

A Internacional

Revista do Comité de Organização pela Reconstituição da Quarta Internacional (CORQI)

ALEMANHA

Há trinta anos, a queda do muro de Berlim



CHILE

Crise revolucionária aberta



Índice

Notas editoriais página 3

Correspondências d'*A Internacional*

Chile: “*Não são os 30 pesos, são os 30 anos*” página 5

**México: Trabalhadores e povos oprimidos do México!
Nasceu a LCI** página 9

Dossiê

**Alemanha: trinta anos depois da reunificação
Uma revolução inacabada** página 14

Documento

**Donde vem o conflito indopaquistanês
A partição, raiz da questão da Caxemira** página 30

Análise

Defesa do Trotskismo página 35

Edição

Ler Hoje *Defesa do Marxismo* Porquê? página 38

Tribuna livre

**A propósito da cisão
da Frente Popular na Tunísia** página 41

A Internacional

Revista do Comité de Organização pela Reconstituição
da IVª Internacional (CORQI)

Director de publicação: Daniel Gluckstein

Editor: Réveil ouvrier

67, avenue Faidherbe, 93100 Montreuil (França)

Tiragem: 3 000 exemplaires

CPPAP : 0623 G 93127

Aviso

A Internacional é a revista teórica e de informação política do CORQI (Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional). Aspira a ser um espaço de debate livre no quadro do que são os princípios próprios da IVª Internacional.

Os artigos assinados publicados nesta revista reflectem a opinião dos seus autores. Não vinculam necessariamente a redacção da revista.

Nos meses transcorridos desde o nosso último número, assistimos à aceleração dos processos da luta de classes.

Na burguesia, já não lembra a ninguém negar a iminência de uma crise financeira de incalculáveis consequências. “*Wall Street está no auge, mas os investidores deixaram de acreditar*”, reza a parangona de um dos jornais do capital financeiro do início de Novembro. As labaredas bolsistas não conseguem disfarçar as montanhas de capitais que não se conseguem valorizar, apesar da evolução exponencial dos sectores mais destrutivos e parasitários (armamento, drogas, especulação pura...). Na frente das guerras imperialistas, Gaza na Palestina, a Síria, o Sahel e o Iémen foram de novo palco da barbárie à solta. O regime assente na propriedade privada dos meios de produção ameaça, mais do que nunca, mergulhar a humanidade na barbárie.

Na cúpula da classe dirigente do país imperialista mais poderoso, os Estados Unidos, concentram-se todas as contradições da situação mundial. Não há desacordo de fundo entre os dois partidos da burguesia — republicanos e democratas —, nem vontade, da parte dos democratas, de destituir Trump... Mas é inegável que o processo de *impeachment* (inquérito constitucional contra o presidente, que pode acabar na sua destituição), que os dirigentes do partido democrata por muito tempo se recusaram a iniciar, reflecte a crise da burguesia americana. Trump, cuja palavra de ordem “*America first*” implicava, conforme ele, aliás, dizia, desvincular-se das tarefas de manutenção da ordem mundial, é obrigado a uma política muito mais intervencionista do que ele gostaria, sob pena de perder o controlo.

Estes três últimos meses foram, contudo, igualmente marcados pelo aprofundamento dos processos de mobilização revolucionária das massas. Na Argélia, há nove meses que as massas manifestam a sua vontade de acabar com um regime ilegítimo. Um regime que, ao adoptar a lei que entrega os hidrocarbonetos às multinacionais, confirmou a sua subordinação ao imperialismo. No Líbano, a partir de reivindicações sociais, as massas põem em causa as instituições confessionais. No Iraque, no Irão, se bem que de formas diversas, por vezes contraditórias, as mobilizações têm-se desenvolvido. No Irão, as massas trabalhadoras recusam o agravamento das suas condições de vida, recusam-se a ser as vítimas das “sanções” imperialistas impostas para abafar a economia iraniana. Respondendo com repressão feroz, o regime dos mulás investe contra a única força capaz de defender até ao fim a independência do Irão.

Na China, nomeadamente em Hong Kong, há três meses que dura a contestação iniciada pela rejeição da lei sobre a extradição — cozinhada em conjunto pelos burocratas de Pequim e pelos capitalistas de Hong Kong — apesar da repressão brutal e apesar de todas as tentativas das forças pró-imperialistas para desvirtuá-la. Na Europa, assistiu-se à continuação da sublevação do povo catalão contra a monarquia espanhola, herdada do franquismo, enquanto, em França, a classe operária procura o caminho para fazer frente ao governo

Macron, um dos mais reaccionários desde que foram instauradas as instituições da Vª República. No continente americano, no Haiti assiste-se à rejeição do regime fantoche de Jovenel Moise pelas massas, regime cujo reinado se deve unicamente à ocupação militar da ONU. No Equador, o governo Moreno salvou a pele à justa, face à mobilização das massas. No Brasil, a libertação de Lula firmou o carácter fraudulento da eleição, em Outubro de 2018, de um Bolsonaro já destabilizado. No Chile — como se pode ler na correspondência dos nossos camaradas no presente número — surgiu um processo revolucionário que põe em causa trinta anos de subordinação das cúpulas do Partido Socialista e do Partido Comunista (e da Frente Ampla, constituída em 2017) às instituições da ditadura de Pinochet. Poderíamos acrescentar a derrota eleitoral de Macri na Argentina, a greve geral na Colômbia, a greve nas *maquiladoras* no México (leia-se no presente número o Manifesto da Liga Comunista Internacionalista)... E, evidentemente, os processos de luta de classes nos próprios Estados Unidos. Um dos factores, e não o menor, que alimentam a crise da burguesia é o desenvolvimento de afrontamentos mais “clássicos” entre as classes: um mês e meio de greve de 47.000 operários na General Motors, onze dias de greve de milhares de membros do corpo docente e não docente de Chicago com as suas organizações sindicais (e contestando às vezes as “concessões” que têm sido aceites por alguns dos respectivos dirigentes). Ante tal efervescência, Washington precisava de lançar a contra-ofensiva. Essa é uma das fontes do golpe de Estado que, na Bolívia, no dia 10 de Novembro, obrigou o presidente legítimo, Evo Morales, a demitir-se. Para o imperialismo americano, era preciso lembrar a todos os povos do continente, e aos trabalhadores dos próprios Estados Unidos, quem é que manda.

Ao redigirmos estas notas, recebemos uma correspondência da Bolívia em que se pode ler: “*Desde o dia 11 de Novembro, as pessoas descem em marchas massivas da cidade de El Alto à sede do governo em La Paz. (...) A 16 de Novembro, organizou-se uma ampla assembleia popular na cidade de El Alto. Os trabalhadores, os moradores e os jovens reuniram-se atrás da whipala (bandeira que representa os povos quechua e aymara, reconhecida pela Constituição de 2009 como uma das duas bandeiras da nação — NDR), com uma fita negra a assinalar a cólera da população face à repressão militar e policial, que fez já, até à data, 23 mortos e centenas de feridos e presos. Todos os 14 distritos que constituem a cidade de El Alto fizeram-se representar na assembleia popular. Compareceram igualmente representantes dos camponeses das 20 províncias do departamento de La Paz, assim como delegações de Alto Beni (parte oriental da Bolívia), entre outros sectores. Os dirigentes da federação dos conselhos de moradores de El Alto (Fejuve) foram desautorizados pela populares presentes por, corruptos, não representarem os interesses do povo. Formou-se, em consequência, uma nova direcção desta Fejuve. Uma das principais decisões da assembleia popular foi a de apelar à demissão da presi-*

● NOTAS EDITORIAIS

dente autoproclamada do país, Jeanine Añez, e à libertação imediata dos presos políticos. Proclamou igualmente uma greve ilimitada e o bloqueio de 1.000 cruzamentos.”

O que, assim, se está desenrolando na Bolívia é um processo clássico de qualquer revolução proletária, o processo espontâneo pelo qual as massas tentam tomar o seu destino nas suas próprias mãos. Esta fase superior da luta de classes embate em obstáculos referidos pela correspondência que recebemos: “*No dia 10 de Novembro, o principal dirigente da central operária boliviana (COB), Juan Carlos Guarachi, apelou à demissão de Evo Morales em nome da “preservação da paz no país”. As suas posições públicas marcam uma ruptura à direita da COB (e da sua principal componente) com o governo de Evo Morales.*” Não sem “diferenciações crescentes”, nota o nosso correspondente, que indica, por exemplo, que “*no dia 12 de Novembro, o sindicato mais combativo da FSTMB, o sindicato regional dos mineiros de Huanuni, adoptou uma resolução a denunciar todos os que têm estendido a mão à direita. (...) Até à data, porém, o sindicato não apelou à mobilização.*” Estamos, sob formas específicas à Bolívia, perante a contradição essencial de todo o período histórico, nos termos em que o programa de fundação da IVª Internacional a articula. Por um lado, a potência das condições objectivas, que puxa as massas oprimidas e exploradas para a via da insurreição revolucionária contra o jugo do capital. Por outro, a imaturidade do factor subjectivo, a ausência de uma direcção revolucionária, evidenciada pela capitulação da direcção tradicional do movimento operário boliviano, a direcção da COB⁽¹⁾.

Foi para resolver esta contradição que nós, militantes da IVª Internacional, nos empenhámos na luta pela construção do partido revolucionário necessário à vitória, numa linha de ruptura com a burguesia e com o imperialismo. No seu número anterior (nº 15, Agosto de 2019), *A Internacional* dedicou um artigo à questão das frentes populares, ontem e hoje. Como escrevemos, não eram questões “históricas” que estavam em causa, estava em causa armar a vanguarda no contexto de processos actualíssimos. Os acontecimentos destes últimos meses ilustram-no perfeitamente.

No Chile, face à vaga revolucionária que se amplia constantemente, reivindicando a Assembleia Constituinte, assiste-se a uma sucessão de manobras destinadas a manter o governo Piñera e a Constituição vinda da ditadura. A última — até darmos ao prelo — é a declaração, assinada pelos partidos de direita e pelos dirigentes do PS e da Frente Ampla, por um “referendo” sobre uma nova Constituição, em Abril de 2020 e a eleição de um organismo encarregado de redigir a Constituição em Outubro de 2020... no âmbito das instituições actuais! Os dirigentes do Partido Comunista Chileno, que não assinaram a declaração, declaram-se, também eles, favoráveis a um referendo... Posição clássica de frente popular e da sua vocação para avançar quando se trata de preservar, na prática, as instituições existentes. O programa da IVª Internacional contrapõe-lhe a reivindicação que os

bolcheviques faziam aos mencheviques e aos socialistas-revolucionários em 1917: “*Rompam com a burguesia, tomem o poder nas vossas mãos!*”

Entretanto, em Espanha, forma-se uma aliança entre o Partido Socialista e o *Podemos*. Uma vez mais, para preservar instituições da monarquia, há anos confrontadas quer com o surto das massas contra os planos do FMI e da troika quer com a sublevação revolucionária que proclamou a República na Catalunha em 2017. Na Argélia, a Frente das Forças Socialistas (FFS), filiada na Internacional Socialista, um dos pilares do Pacto de Alternativa Democrática (PAD, agrupamento de partidos que inclui o Partido dos Trabalhadores da Argélia), lançou, no início de Novembro, um apelo “*a um diálogo inclusivo, global e sincero para salvar definitivamente o nosso país*”, especialmente apontado a chamar à “*razão e à sabedoria os decisores deste país*”. Em 10 de Novembro, o Pacto de Alternativa Democrática pronuncia-se em comunicado por uma “*conferência nacional que junte o conjunto destas forças (as da alternativa democrática... e outras, mais “à direita” — NdR), sendo um momento solene para afirmar a solução da transição democrática votada a um processo constituinte soberano para uma ruptura com o sistema.*” Estas fórmulas arrevesadas servem para fazer de conta que se referem à Constituinte para, na realidade, lhe barrarem o caminho a benefício de combinações políticas para salvar as instituições. Poderiam citar-se numerosos outros exemplos da actualidade desta política de frente popular, como a política do governo ANC-Partido Comunista e COSATU na Azânia (África do Sul), política de privatização das grandes empresas públicas, como a Eskom e a South African Airways, que leva os trabalhadores negros e os seus sindicatos a entrarem em greve. As frentes populares não surgem, contudo, em quaisquer circunstâncias. Com o fascismo, elas constituem, como diz o *Programa de Transição*, um dos “*últimos recursos políticos do imperialismo na luta contra a revolução proletária.*” Neste sentido, a actualidade da frente popular é o espelho invertido da actualidade da revolução proletária. Se as frentes populares tendem a ressurgir hoje com força, é para fazer face à vaga revolucionária que, de formas diferentes, do Chile à Espanha, passando pela Argélia, é a marca da situação mundial. Neste contexto, em que os trabalhadores são levados a fazer-se à luta em condições por vezes difíceis, a defesa da independência política da classe operária é, assim, uma questão central para os militantes de todas as tendências que queiram ajudar a classe operária a emancipar-se. O apelo lançado por 401 militantes operários de todas as tendências de 52 países a uma ampla conferência “*contra a guerra e a exploração, pela Internacional Operária*”, com o Comité Operário Internacional, em Novembro de 2020, reveste, pois, grande importância. Os militantes e organizações do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI), que estão preparando a sua terceira Conferência Internacional, contribuirão sem reservas para o seu bom sucesso.

A Internacional, 25 de Novembro de 2019

⁽¹⁾ Capitulação coberta e justificada pelo centro revisionista, que, nas *Informations ouvrières* (nº 579), depois de ter lembrado a extensão do sector cooperativo mineiro por Morales, que enfraqueceu a posição da COB nas minas, ousa escrever: “*É isso que explica que a COB e a Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros Bolivianos tenham tido dificuldade em defender Morales do golpe de Estado da direita.*” Não, nada pode justificar que os dirigentes da principal organização operária da Bolívia ficassem neutros face aos esquadrões da morte ao serviço de Trump!

Chile

“No son 30 pesos, sino que 30 años”*

* “Não são os 30 pesos, são os 30 anos”

NO DIA 4 DE OUTUBRO é decretado o aumento de 30 pesos do bilhete de metro em hora de ponta em Santiago, em vigor a partir das 7h da manhã. As reacções críticas aparecem com destaque na imprensa. No dia 7 de Outubro, o Ministro da Economia responde às críticas, assinalando: “*Quem madruga pode ser ajudado com uma tarifa mais baixa*”. O aumento, e a mensagem do ministro, afinam pelo diapasão da política do governo: descarregar para cima da população os aumentos de custos e insultar a sua dignidade, tratando-a como gente preguiçosa. Não era a primeira vez que os porta-vozes do governo proferiam declarações a atacar a população. Em Julho, o sub-director da saúde declarara que as aglomerações nos Consultórios de Saúde Primária se deviam a que as pessoas não iam lá por causa das consultas médicas, mas “*para fazer vida social*”. Naquele momento, as reacções foram fortes, obrigando o governo a pedir ao funcionário em questão que se demitisse. Convém explicar que a entrega de pedidos de atendimento médico nos Consultórios funciona das 7h às 8h da manhã. As pessoas têm depois que esperar pela sua vez de serem atendidas. Essa a razão de os Consultórios estarem cheios todo o dia.

Este quadro ajuda-nos a compreender a magnitude do que estava chocando nas profundezas de um povo. Só faltava a gota.

A 6 de Outubro, os estudantes do secundário do Instituto Nacional, reduto de vanguarda das principais lutas dos estudantes, começam a organizar o boicote⁽¹⁾ ao pagamento do bilhete do metro. Durante dez dias, os estudantes lutam sozinhos, apelando ao boicote. No dia 16 de Outubro, o então presidente do metro faz na televisão a sua célebre declaração: “*Putos, não pegou, não têm apoio da população...*”⁽²⁾. No dia 17, sectores significativos dos trabalhadores utentes do metro aderem ao apelo ao boicote. No mesmo dia, os trabalhadores do metro declaram, através do seu sindicato, que não têm condições para trabalhar, culpando as forças especiais pela violência nas estações e condenando o aumento do preço dos bilhetes.

No dia 18 de Outubro, o centro de Santiago arde em vários pontos. Um deles é o edifício da ENEL, empresa privada que controla a venda da água depois

da privatização, que a população apontara a dedo por causa de consecutivas interrupções de serviço. São atacados e destruídos balcões dos principais bancos. As grandes cadeias de supermercados e as farmácias são invadidas, leva-se tudo o que se encontra. Estala a mobilização de rua e os apelos às “caçaroladas”, que começam a traduzir-se em ataques directos à propriedade privada, focados nas instituições que o povo identifica como seus saqueadores: bancos, cadeias de mercearia, farmácias e empresas privadas de venda de serviços como a água.

O regime mostra a sua verdadeira natureza

Na noite de 18 de Outubro, o governo declara o estado de emergência nas províncias de Santiago e Chacabuco e nos municípios de Puente Alto e San Bernardo. O exército sai para as ruas de Santiago. Apesar disso, as manifestações continuam, e o seu número aumenta no dia 19. As regiões do país começam a aderir à mobilização. Primeiro, Concepción, depois, Valparaíso. Começa-se a recorrer ao estado de sítio para constringer as mobilizações. É declarado às 22 horas em Santiago. Em Concepción, às 20 horas, pouco depois mudado para as 18 horas.

O estado de sítio, que, na prática, significa que, a partir da hora indicada, ninguém pode circular nas ruas, com o poder absoluto das forças militares com ordem para disparar, restringe o movimento. Porém, nalguns municípios, a população ocupa as ruas, e os militares não aparecem. Em Concepción, o recolher obrigatório é às 18 horas, o que dá cabo de toda a actividade comercial e de transportes, que só terminam o trabalho às 15 horas. As manifestações reorganizam-se apesar disso, apoderando-se de vários bairros centrais e periféricos. Crescem os ataques aos bancos, cadeias de supermercados e farmácias.

A imprensa e a televisão recebem todas as autorizações e mais alguma para mostrar os ataques a essas instituições, que, aos olhos da população trabalhadora, representam a verdadeira pilhagem do que é o seu trabalho. Do mesmo passo, convidam-se sectores da classe política a analisarem o que eles definem como “*inexplicável*”: como era possível não se prever este tipo de situação. Os “líderes”, tanto da “oposição” como dos partidos do governo, concordam que ninguém podia imaginar tal evolução só por aumentarem as passagens do metro. Formata-se o discurso de que a explosão é chefiada por “*criminosos*” e “*vândalos*”.

⁽¹⁾ Entrando sem pagar.

⁽²⁾ O presidente do metro, Clemente Pérez, fita a câmara, dirigindo-se aos jovens, chamados, no Chile, “*cabros*” (algo como “*putos*” em português). Alguns dias mais tarde, a sua própria filha segura um cartaz, nas manifestações, com a célebre frase (NdT).

● CORRESPONDÊNCIAS D'A INTERNACIONAL

>>> Sectores da direita vão ainda mais longe, assinalando que a Venezuela, Cuba e o Foro de São Paulo estão por trás dos “desmandos” e da “violência”. O vice-presidente do PS, José Miguel Insulza, declara: “Sou partidário de reprimir com mais energia” (18 de Outubro, *The Clinic*).

A linguagem do povo expõe o “inexplicável”: “Não são os 30 pesos, são os 30 anos”. Nesta maravilhosa conclusão se reflecte o desmoronamento da mentira urdida por toda a classe política, enfeudada aos interesses dos bancos, especuladores, capitais estrangeiros, à opressão imperialista sobre o país. Apresentado como o “oásis” da América Latina, o país é a continuidade da ditadura, encarnada na repartição do poder entre civis e militares, cuja natureza anti-democrática é representada pelas instituições cujo papel é preservar um regime de exploração, saque e miséria. Constituição, Congresso Nacional, sistema presidencialista, decalque do regime de Pinochet, Supremo Tribunal, Tribunal Constitucional. A repressão vem não directamente pelas forças armadas, mas pelos carabineiros⁽³⁾, reforçados em número e equipamento de última tecnologia, para esmagar qualquer mobilização.

Os “30 anos” derrubam outra mentira, a do objectivo do golpe de estado de 11 de Setembro de 1973. Durante anos, o que se dizia à população, às diferentes gerações, era que o golpe de 73 tinha sido necessário para salvar a democracia do comunismo. Que o golpe só fora apontado aos marxistas. “30 anos” é o tempo que passou desde 1989, quando Pinochet abandona o trono de presidente e se inicia a “transição para a democracia”, que não foi mais do que um pacto ente algumas fracções da burguesia, o PS e o imperialismo para assegurar a continuidade do sistema económico, político e social. Ao porem em xeque a classe política no seu conjunto, os milhões de chilenos estabelecem a unidade entre passado e presente, ou seja, o facto de que a ditadura e o seu regime se dirigiam contra a maioria da população e de que todos os governos desde essa data reflectiram essa continuidade.

Dirigentes “socialistas” e direita competiam para explicar que, no Chile, não existia luta de classes, que o produto *per capita* se estava aproximando do dos países desenvolvidos, que a democracia e o “diálogo” haviam transformado a estrutura social do país numa poderosa classe média e que a pobreza era marginal. Para ter uma noção da realidade, é preciso explicar que, para extrair lucros astronómicos do povo trabalhador, o sistema de exploração se construiu sobre três pilares fundamentais. Um foi a destruição da indústria nacional desenvolvida durante anos. Impôs-se a sua pilhagem pela via da privatização da maior parte dela. Isto cumpria uma função económica, mas também a de debilitar a força orgânica da classe trabalhadora, liquidando toda a produção nacional e convertendo o país em exportador e comprador de tudo. O segundo foi tornar todos os direitos, a saúde, o ensino, os serviços, em produtos pelos quais a população tem que pagar grandes somas de dinheiro. O terceiro, criar a política da dívida em grande escala, de modo a permitir que a procura não baixasse e que os bancos e grupos financeiros garantissem para si 20 ou 30% de lucros. Não se pode explicar o Chile de hoje de outra maneira, se se quiser compreender que

80% da população vive com salários inferiores a 600 mil pesos, ou 680 euros, e que 40% da população está endividada, 48% da qual tem dívidas em mora. O custo de vida é próximo do de um país europeu.

O 22 de Outubro

Desde o dia 6 até ao dia 21 de Outubro, a mobilização iniciada pelos estudantes adquire um carácter espontâneo, com milhares e milhares de jovens a saírem para as ruas. Não há convocatórias de partidos oficiais nem de sindicatos. Com excepção do sindicato do metro, que denunciou a violência das forças especiais em conferência de imprensa conjunta com a presidente da CUT, não há convocatórias centralizadas. Os trabalhadores portuários juntam-se às mobilizações, mas sem haver apelo nacional.

No dia 22 de Outubro aparece a *Unidad Social*, constituída pela CUT, a coordenação “No más AFP”⁽⁴⁾, o Colégio de Professores, a União Portuária e a Confusam, que organiza sectores da saúde, entre outros, anunciando a sua posição frente a uma mobilização que abala todos os cantos do país. Exige o fim do estado de emergência, o regresso dos militares aos quartéis, que o Congresso Nacional declare a suspensão dos trabalhos, negando-se a legislar as propostas do governo, a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte e a demissão de Piñera, pondo consequentemente em causa o governo.

A força das mobilizações encurrala o governo e a classe política no seu conjunto, mas também todas as organizações sindicais, que não escapam internamente à pressão dos trabalhadores, num cenário em que a juventude, os estudantes liceais, tomaram a iniciativa e travam o combate contra a repressão.

É preciso salientar que o apelo da *Unidad Social*, inclusive ao aderir ao apelo à greve geral, tem a particularidade de se apresentar como supletivo da mobilização. Os porta-vozes da *Unidad Social* não se atrevem a erigir-se em cabeça do movimento, por medo a concentrarem sobre si a rejeição dos milhares que manifestam a sua rejeição dos “políticos”, dos partidos e também da CUT, qualificando-os a todos de “vendidos”. O Colégio de Professores, dirigido durante muitos anos pelo PC, tem novos dirigentes com uma certa tradição de luta, que haviam estado em conflito com o governo durante 90 dias. Contam com a simpatia da população. As contradições manifestam-se dentro da *Unidad Social* e em todas as federações. Os mineiros do sindicato do cobre da maior mina a céu aberto do mundo⁽⁵⁾ aderem às mobilizações e à greve, enquanto o presidente da federação se reúne com o governo e emite um apelo a reduzir a participação nas mobilizações. A federação rebenta. O maior sindicato exige que a direcção da federação se demita. Esta é forçada a demitir-se.

Existem no país cinco centrais sindicais, mas elas não representam mais do que 9% dos trabalhadores organizados. A maior parte dos trabalhadores conta com os sindicatos, mas não se sindicaliza. As razões são variadas, estão relacionadas com a legislação laboral umas, outras com a desconfiança para com a influência dos partidos políticos. A CUT, a maior organização, sofreu uma cisão em 2017 no contexto das eleições internas. O sector militante do PS retirou-se, formando a CTCH, com o aval da direcção do

⁽³⁾ Forças de segurança, corpo criado em 1927.

⁽⁴⁾ “Basta de AFP!”, sendo a AFP a administração dos fundos de pensões de aposentação (NdT).

⁽⁵⁾ A mina de cobre de Chuquicamata, no deserto do Atacama (NdT).

PS. A CTCH faz trabalho conjunto com a UNT e a CAT, de orientação corporativista, adaptando-se à política do governo.

O 25 de Outubro

Desde 18 de Outubro que o PS, o PC e a Frente Ampla dividem papéis para adaptar a mobilização a “negociações” com o governo. Defendem a permanência do governo, realçando que este devia mostrar “*empatia*” com as reivindicações das mobilizações. O mesmo é dizer que sugerem ao governo que “ceda em alguma coisa” nas reivindicações sociais. O governo fá-lo, apresentando medidas que, no essencial, já estavam no seu programa. As exigências de um sistema de protecção social e de pensões responde com uma promessa de aumento das pensões para os “pobres” do país, baseada em subsídios do Estado. Quanto à subida do salário mínimo, que é de 301 mil pesos, anuncia uma subida para 350 mil, mas mediante subvenções estatais, sem valor contributivo. Quanto aos remédios, propõe uma baixa de preços dos medicamentos, assegurando compensação às cadeias de farmácias. Antes, anunciara a anulação do aumento do preço do metro. A tudo isto agrega a possibilidade de retirar os militares da rua se as “*condições assim o permitirem*”, portanto se as mobilizações terminarem. O PDC, fiel à sua natureza reaccionária, sugere ao governo que não tire os soldados da rua enquanto a paz não estiver assegurada.

A reacção não se faz esperar. A mobilização intensifica-se. Em 25 de Outubro, um milhão e duzentos mil manifestantes inundam a capital, números estes da governadora civil de Santiago. Em regiões e vilas afastadas, vem ao de cima uma rejeição rotunda das medidas propostas por Piñera. Dão-se mobilizações de milhares e milhares, com os militares na rua. É importante salientar que, em várias regiões e cidades, os manifestantes fazem frente aos militares, especialmente as mulheres, que os desafiam e conversam com eles. É a confraternização. Em cidades afastadas, como Osorno, a tropa e os seus comandos intermédios fazem acordos com os manifestantes. Noutras, os soldados cedem, abraçam os manifestantes. Um soldado estacionado em Antofagasta nega-se a viajar para impor o estado de emergência e larga a espingarda. É preso e, da prisão, envia uma mensagem a explicar a sua atitude de não aceitar ir reprimir o seu povo. Todos estes acontecimentos circulam nas redes sociais, como os actos de repressão e suas vítimas. Alimentam a fúria colectiva da população.

A crise do regime encarna no governo, encurralado. As suas repercussões estendem-se a todos os sectores da classe dominante. A maioria acode aos programas de televisão a pedir “perdão” por não ter escutado o povo. Outros comprometem-se a aumentar o salário mínimo de 310 para 500 mil pesos nas empresas em que mandam. Competem uns com os outros por subir o valor. Economistas e sociólogos explicam que se pode aceder a reivindicações, mesmo às estruturais, sem afectar o “modelo”.

O pânico chega à família de Piñera, reflectido no áudio de que se vem a saber em que a mulher de Piñera assinala que o país está sendo atacado por uma for-

ça poderosa, “*semelhante a invasores alienígenas*”, e que terão que partilhar os seus “*privilégios*”. Logo no dia 18 de Outubro Piñera considerava que o país estava “em guerra”, justificando o estado de emergência para dar combate, na confrontação entre “*delinquentes e democracia*”. Apela à unidade da classe política para combater a “*delinquência*”.

Apesar disso, no dia 25 à noite cai a decisão de tirar os soldados das ruas. Não é uma concessão às exigências de respeito dos direitos humanos. Os exemplos de confraternização que se produzem e se reproduzem em todo o país são o sinal de alarme, porque constituem um sinal grave para as instituições cujo papel é manter o monolitismo da obediência militar ao governo. O pânico apodera-se dos altos mandos, ao verem que a tropa não escapa à pressão dos milhares e milhares. Os manifestantes utilizam os roubos milionários no exército para traçar a linha de separação entre a tropa e os que exercem o comando. É preciso compreender, para entender a crise do regime, que o golpe de Estado de 73 se fez para impedir o aprofundamento da explosão revolucionária, face ao esgotamento do sistema de dominação política. A ditadura trabalhou para fechar todas as comportas, inclusive a da discussão política interna. O regime não podia abrir frinchas na sua estrutura. É isso que explica que Pinochet liquidasse os generais que procuravam a discussão política entre as diferentes fracções do poder. Decapitou a chefia da força aérea com esse propósito. Pelo acordo a que chegou com o imperialismo e os aparelhos do PS e outras correntes burguesas, como o PDC, instaurou o sistema binominal, que consiste essencialmente em limitar a discussão política a dois administradores do regime económico, político e social, investindo o Tribunal Constitucional no papel de “terceira câmara” do Congresso Nacional, com poder absoluto para impedir que alguém desafie o estabelecido na Constituição anti-democrática.

Em termos económicos, tratava-se de assegurar a todo o custo a política de saque, de endividamento, de baixos salários, de privatização generalizada e de entrega aberta dos recursos mineiros e naturais do país. Por exemplo, a privatização do sistema de pensões, com a criação das AFP, veio a representar a base fundamental de todo o sistema financeiro, em que bancos, grupos de especuladores e empresas enriquecem à custa das contribuições dos trabalhadores. Os fundos de pensões representam actualmente 83,4% do PIB, o que implica que a eliminação do sistema das AFP, reivindicação central das mobilizações, é um golpe de tal envergadura, que põe em causa todo o edifício do qual o capital nacional e estrangeiro extraem os seus proventos.

Crise revolucionária e unidade nacional da classe política

Revolução e contra-revolução enfrentam-se da maneira mais clássica. Por um lado, a juventude, arrastando atrás de si a maior parte dos sectores de trabalhadores, camponeses e mulheres; por outro lado, os representantes do capital financeiro, os seus partidos, aliados ao aparelho dirigente do PS, as suas diferentes fracções, com a manifesta cumplicidade do PC >>>

● CORRESPONDÊNCIAS D'A INTERNACIONAL

>>> e da Frente Ampla. Assumindo esta última, com uma linguagem radical, a sucessão da antiga *Concertación*.

Ao escrevermos o presente artigo, são já 29 os dias de mobilização, de ataques profundos à propriedade privada e de centralização das lutas em torno de “nova Constituição”, “Assembleia Constituinte já” e fim do “sistema de AFP”. Vem ao de cima a questão da soberania do povo, conjugando-se com o ataque ao sistema económico. Estas reivindicações centralizam deveras a luta de milhares, a elas se agregando as do direito à saúde e à educação e as nacionalizações.

A esta radicalização e centralização das reivindicações começaram o PS, PC e FA por responder, nos primeiros dez dias, ignorando-as; depois, pondo a tónica nas medidas sociais. Fazem-no com a intenção de esquivar a realidade de a população estar pondo em xeque a classe política e o seu regime de dominação. Apesar disso, a arremetida das mobilizações na arena política traz os elementos da crise para dentro de todas as organizações, que não lhe escapam. O PS aposta no imobilismo. O PC vai manobrando no Congresso com a apresentação de acusações constitucionais que não passarão no quadro da actual Constituição. A FA toma a iniciativa de fazer adoptar pelo Senado uma primeira indicação sobre um duplo plebiscito: um de consulta ao povo sobre se quer ou não uma nova Constituição, outro para lhe perguntar se quer que a nova Constituição seja redigida por um Congresso Constituinte, ou seja, pela classe política com assento no Congresso, ou por uma Assembleia Constituinte. Armando em defensora da democracia, já que considera que Piñera foi eleito democraticamente, a FA candidata-se ao papel de defensora da

continuidade do regime político, tentando quebrar a mobilização pela via dos plebiscitos, que, nos termos da ordem institucional, demorariam pelo menos seis meses a efectuar-se.

Uma parte da população entende a manobra, mas os sectores mais activos rejeitam o que vêem como “cozinha” da classe política. É importante considerar que estamos perante um movimento de proporções gigantescas, em que nenhuma organização tem o controlo. Fortaleceu-se, nas povoações e universidades, a organização das assembleias populares, distanciando-se dos *cabildos*⁽⁶⁾, não obstante também nestas se reflectirem as contradições entre as aspirações da população e a utilização que o governo delas tenta fazer. Em algumas empresas, o conservadorismo dos aparelhos sindicais controlados pelo PS, pelo PC e pelo PDC tem impedido que as assembleias assumam expressão. Mesmo assim, os trabalhadores são arrastados pelos estudantes, o que já tem obrigado os sindicatos a mobilizar, ainda que com um discurso contraditório, na medida em que o fazem a título de acto de solidariedade, sem assumir que as reivindicações só podem ser resolvidas com um governo responsável ante um Assembleia Constituinte soberana. A maré humana de milhões actua como gigantesca pressão que os aparelhos, grandes e pequenos, tentam iludir. Abre-se um novo período, em que as nossas forças se concentram em atrevermos a enfrentar as dificuldades ao lado da soberania do povo, ajudando a forjar a organização de combate. Esta batalha obriga-nos a considerar as lições da história, entre revolução e contra-revolução. ●

Enrique Gonzales, Chile, 15 de Novembro de 2019

⁽⁶⁾ Assembleias gerais territoriais institucionais (NdT).

Trabalhadores e povos oprimidos do México! Nasceu a LCI

Manifesto do IIº congresso dos militantes mexicanos do CORQI

No meio da voragem de decadência do sistema capitalista ao nível mundial em pleno século XXI, que põe à prova toda a humanidade, ameaçada pelo fim da vida no planeta durante os próximos anos e décadas, a perda dos nossos recursos naturais mais vitais, a água, a terra, o petróleo, etc., nós, camaradas mexicanos membros do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional, reunimos, nos dias 13, 14 e 15 de Setembro, na cidade de Mexicali, na Baixa Califórnia, cidade fronteira com os Estados Unidos, o nosso segundo congresso nacional, em que decidimos constituir-nos como Liga Comunista Internacionalista, para dar um passo em frente na tarefa de reconstituir a IVª Internacional.

TOMAMOS ESTA DECISÃO em virtude do nível de desenvolvimento que atingimos como organização, fixando-nos a meta de passar de grupo propagandístico a organização baseada no centralismo democrático, reatando com as tradições do bolchevismo. Uma organização que, para já, adopta a forma de liga, com a vocação de converter-se em organização enraizada na luta de classes e com influência de massas.

Reatamos com o nome da primeira secção da IVª Internacional no México por nos considerarmos herdeiros das melhores tradições dos trotskistas mexicanos. Reivindicamos a continuidade da primeira LCI, da Liga Obrera Marxista, e a continuidade das tarefas abandonadas pela Organização Socialista dos Trabalhadores, cuja direcção se aliou ao grupo revisionista e liquidacionista que deu azo à crise da nossa organização em 2015.

Constituímo-nos como Liga porque é o que corresponde ao nível de organização que hoje atingimos,

com grupos organizados no Norte, Sul e Centro do país. Consideramos que é necessário recrutar e fazer crescer o nosso grupo para superar a crise de 2015, porque é necessário avançar no caminho da construção de uma secção mexicana da IVª Internacional e, para isso, precisamos de um nome que nos identifique com as nossas tarefas e aspirações. Reclamamos para nós o nome de comunistas por referência ao *Manifesto do Partido Comunista*, que resume a nossa tarefa: a abolição da propriedade privada dos meios de produção. Porque consideramos que:

“Os comunistas só se distinguem dos outros partidos proletários por, nas diferentes lutas nacionais dos proletários, realçarem e reivindicarem os interesses comuns de todo o proletariado, independentemente da nacionalidade e por, nas diferentes etapas históricas que a luta entre proletariado e burguesia atravessa, defenderem sempre o interesse do movimento no seu conjunto.

Os comunistas são, portanto, em termos práticos, a parte mais resolvida e constantemente impulsionadora dos partidos operários de todos os países; teoricamente, têm sobre a restante massa do proletariado a vantagem de uma inteligência clara das condições, da marcha e dos resultados gerais do movimento proletário.

O objectivo mais próximo dos comunistas é o mesmo que o dos outros partidos proletários: a formação do proletariado como classe, o derrube do regime da burguesia, a conquista do poder pelo proletariado.”⁽¹⁾

Declaramo-nos internacionalistas porque compreendemos que estas tarefas não podem ser levadas a bom porto no quadro estreito de uma nação ou de uma região, porque consideramos que a luta de classes é nacional na forma, mas internacional na essência, e o triunfo do proletariado se dará à escala mundial.

Porque, com Trotsky, concordamos com a teoria da revolução permanente, nos termos por ele articulados com base nos ensinamentos de Marx e de Lenine, porque rejeitamos a teoria do socialismo num só país, as suas várias derivações e deformações do marxismo, em especial o estalinismo e seus aparelhos, que levaram à derrota os processos revolucionários dos séculos XX e XXI e que, na nossa nação, desempenharam um papel nefasto, ao alienarem a independência de classe e sujeitarem o proletariado às direcções burguesas.

⁽¹⁾ Karl Marx e Friedrich Engels, *Manifesto do Partido Comunista*, 1848.

● CORRESPONDÊNCIAS D'A INTERNACIONAL

>>> Internacionalistas, porque concordamos com a tarefa de construir a Internacional do Proletariado, o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IVª Internacional, de que aspiramos a ser a secção no México.

O nosso congresso confirmou na prática as análises do *Programa de Transição*, o programa fundador da IVª Internacional: a imperiosa necessidade de resolver a contradição entre condições objectivas e subjectivas da revolução proletária, a necessidade de resolver o problema da crise de direcção revolucionária. Conforme diz Trotsky:

A situação política mundial actual caracteriza-se, antes de mais nada, pela crise histórica da direcção do proletariado... Sem revolução socialista, e já no próximo período histórico, toda a civilização humana fica ameaçada de catástrofe. Tudo depende do proletariado e, portanto, em primeiro lugar, da sua vanguarda revolucionária. A crise histórica da humanidade reduz-se à crise da direcção revolucionária." (*Programa de Transição*)

Os factos mais recentes confirmam estas linhas: as crises revolucionárias abertas na Argélia, no Equador, na Catalunha, demonstram que falta uma direcção revolucionária que lute consequentemente para levar avante a revolução proletária. A política de conciliação praticada pelas direcções da classe trabalhadora e dos povos oprimidos nega uma saída positiva e amarra a humanidade ao cadáver da propriedade privada dos meios de produção.

Verificamos, igualmente, no que diz respeito à etapa actual, a justeza da análise de Lenine de que o imperialismo, na sua fase senil, é a *etapa das guerras e revoluções* — conforme claramente se vê nos levantamentos de Hong Kong, do Equador e da Argélia, nos movimentos do povo porto-riquenho e catalão contra o domínio imperialista e pela autodeterminação.

Igualmente o comprovamos na política de guerra do imperialismo, cujos reflexos vemos claramente no genocídio do povo palestiano, na política de guerra no Irão e no Médio Oriente, guerra contra os povos curdo e sírio.

Esta guerra materializa-se nas políticas de destruição da soberania dos povos e dos direitos laborais em todo o mundo, que, na nossa nação, sujeita aos desígnios do imperialismo norte-americano, sofremos da maneira mais patente; materializa-se no saque e no roubo vil dos nossos recursos naturais; na privatização de empresas públicas; na pressão para servirmos de muro às migrações; na tentativa de impor um novo tratado de comércio livre; na guerra ao narcotráfico, que transformou o México num cemitério para centenas de milhares de vítimas e deu azo a múltiplas formas de decomposição social, uma das quais é o aumento dos feminicídios.

Declaramo-nos partidários do CORQI, que luta pela reconstituição do quadro da IVª Internacional, refundada em 1993 no seguimento da árdua luta do camarada Pierre Lambert e das secções da IVª Internacional em todo o mundo contra o revisionismo pablista e o nacional-trotskismo. Esta luta visa dar um quadro organizado para a resolução da crise de direcção revolucionária, que hoje passa pela superação da crise liquidacionista de 2015.

A situação actual da nossa nação

No México, as tarefas dos revolucionários são as mesmas que em todo o mundo. A primeira é a

conquista da independência de classe, o passar de classe em si a classe para si. É, por isso, iniludível a constituição de uma organização marxista implantada na luta de classes e com influência de massas.

Marca a situação actual da nossa nação a resistência do povo e da classe trabalhadora às políticas de destruição dos direitos e à perda da nossa soberania nacional, que é a forma que, no momento actual, assume a disputa pela mais-valia, que o imperialismo impulsiona para conseguir baixar o preço da força de trabalho e agravar o saque, que constitui uma forma de acumulação primitiva de capital.

A nação mexicana e o seu proletariado protagonizaram, nos últimos anos, uma série de lutas de resistência a esta tendência do imperialismo senil. Os governos do PRI e do PAN têm-se, há décadas, submetido aos ditames do imperialismo e das suas instituições, particularmente do imperialismo norte-americano.

O PRI, surgido das facções burguesas que triunfaram na revolução, derrotando os exércitos camponeses de Emiliano Zapata e Francisco Villa, fortaleceu-se corporativizando o movimento operário com a colaboração das direcções estalinistas e foi o primeiro a executar uma série de contra-reformas para dismantelar as conquistas conseguidas pelo povo do México. A mais transcendente era a nacionalização do petróleo, das minas e da energia eléctrica.

A partir dos anos oitenta, efectuaram-se uma série de privatizações de empresas públicas e de concessões das nossas riquezas a multinacionais estrangeiras. Realizaram-se reformas da Constituição de 1917, permitindo a venda de terras e o desaparecimento do *ejido* (cooperativas agrícolas da revolução)⁽²⁾, começando a privatização do sistema educativo e sanitário, estabelecendo o sistema de contas individuais de aposentação e acabando com o direito à aposentação.

Em 1994, o governo de Carlos Salinas de Gortari assinou o Tratado de Comércio Livre da América do Norte com o Canadá e os Estados Unidos (NAFTA), que lançou as bases das contra-reformas que se seguiram e da perda da nossa soberania nacional e alimentar.

Os governos subsequentes aprofundaram as reformas, atacando as leis laborais que consagravam direitos conseguidos na revolução e fazendo do México um país de *maquiladoras*, em que os direitos laborais são letra morta.

Os governos do PAN (2000-2012), partido clerical de direita nascido da oposição ao governo nacionalista burguês de Lázaro Cárdenas, assinaram acordos com o governo norte-americano para sujeitar a soberania nacional à ingerência permanente do governo norte-americano nos assuntos internos do México. Foi o caso do Plano Mérida e do Acordo para a Prosperidade da América do Norte (ASPAN), acordos que serviram de base para a chamada guerra contra o narcotráfico, que custou a vida a 500 mil pessoas. Além de terem promovido a liquidação dos sistemas de aposentação dos trabalhadores do Estado e submetido a diplomacia mexicana aos interesses do governo norte-americano.

Apesar destes ataques, a classe operária e o povo oprimido resistiram. Milhões de mexicanos saíram à rua em múltiplas ocasiões para defender os seus direitos, o que explica que os governos tenham demorado mais de trinta anos a conseguir os seus fins.

⁽²⁾ Sistema de distribuição e posse da terra institucionalizado quando da revolução mexicana, que consiste na atribuição em propriedade colectiva de um terreno a um grupo de camponeses.

CORRESPONDÊNCIAS D'A INTERNACIONAL ●

Os jovens têm defendido o direito ao ensino público, laico e gratuito, encabeçando greves estudantis e manifestações em todo o país. Os trabalhadores petroleiros e electricistas conseguiram a reforma da energia em várias ocasiões, os professores primários têm defendido as suas condições de trabalho, os camponeses e indígenas as suas terras. E, apesar da repressão e dos golpes que têm levado, mantêm-se de pé.

A eleição de Andrés Manuel López Obrador (AMLO)⁽³⁾ como presidente em 2018 é o resultado deformado destas resistências, já que ele conseguiu canalizar as mobilizações dos últimos anos, à falta de uma organização política dos trabalhadores e dos sectores oprimidos. Milhões de mexicanos fartos de corrupção e de políticas de destruição depositaram nele o seu voto. No entanto, ao contrário das suas duas candidaturas anteriores, ele apresentou um programa moderado, para *não assustar* os sectores da oligarquia nacional.

Apesar disso, o sentido do voto, para milhões de mexicanos, foi contra a continuação das políticas de privatização e saque, dando ao novo governo um mandato de ruptura.

AMLO e o seu partido, MORENA, arrasaram eleitoralmente, obtendo a maioria no Congresso e nas governadorias dos Estados que estavam em disputa. O povo do México caiu sobre o regime como um tsunami, sem, no entanto, varrê-lo completamente.

Desde que assumiu funções, o governo mostrou as suas contradições. AMLO integrou no seu gabinete e nas funções principais empresários, personagens oriundas do regime, mas também lutadores conhecidos.

Desde o princípio que, amparando-se na grande popularidade de que goza entre a população (com um ano de governação, tem, segundo sondagens, 72% de apoio) o governo tem promovido uma política de conciliação de classes. Tem levado a cabo uma série de políticas que oscilam entre a continuidade com o regime e as cedências parciais a reivindicações da população: a revogação da reforma do ensino de Peña Nieto, o aumento do salário mínimo para o dobro, a reforma laboral, o fortalecimento das companhias petrolífera e eléctrica nacionais, PEMEX e CFE, e a luta contra a corrupção.

AMLO é visto pela oligarquia como um dique às mobilizações sociais, ante a crise política que vivia o governo de Peña Nieto. A oligarquia conta com que os movimentos sociais que o apoiam se contenham perante a personagem que levaram ao poder. Do mesmo passo, com o apoio do governo norte-americano, ela organiza-se para evitar que se ande para a frente na ruptura.

As câmaras empresariais opuseram-se duramente a AMLO, pondo obstáculos aos seus planos de governo, e os sectores da direita têm encabeçado mobilizações para fazer recuar os direitos sociais obtidos no período mais recente.

Dentro do próprio governo têm-se vivido contradições. Um exemplo é os deputados do MORENA se terem manifestado contra algumas das políticas do presidente, apoiando a oposição. Mais recentemente, o secretário do Tesouro propôs o aumento da idade de aposentação.

Algumas das políticas que o próprio AMLO pro-

pugna vão ao arripio do mandato dado pela população. Um exemplo é o prolongamento dos megaprojectos de infra-estrutura, a continuação do Plano Puebla Panamá, um corredor de maquiladoras e de transporte no istmo de Tehuantepec e o comboio maia na península de Iucatão, que têm gerado reacções contrárias da parte dos indígenas que habitam essas zonas.

Pelo seu lado, o imperialismo norte-americano sujeita o governo de AMLO a grande pressão. Trump negociou com o governo de Peña Nieto um novo tratado de comércio livre, chamado T-MEC (USMCA em inglês), que aprofunda o NAFTA. AMLO associou o chanceler mexicano, Marcelo Ebrad, à fase final das negociações. Nos primeiros meses do seu governo, a câmara de senadores aprovou o USMCA com ampla maioria do MORENA, com a oposição de apenas três legisladores do seu partido.

Trump tem igualmente feito pressão, ameaçando impor pautas aduaneiras às exportações mexicanas, que começariam em 5% e poderiam chegar a 25% se o México não iniciasse acções para deter a migração centro-americana, acentuada por caravanas de milhares de hondurenhos que atravessaram o território nacional para irem solicitar asilo nos EUA.

Ebrad e o departamento de Estado dos EUA acordaram num plano para a contenção da migração, avaliado por AMLO, que destacou 25 mil tropas da Guarda Nacional para as fronteiras sul e norte, destinando-se milhões de pesos a apoios aos governos centro-americanos. O dito plano contempla a abertura de dezasseis pontos de atravessamento de fronteira para deportar para o território mexicano milhares de indocumentados de todas as nacionalidades e propõe que o México assine um tratado que o converta em “país terceiro seguro”, ou seja, que faça com que os indocumentados residam no México enquanto aguardam a resolução judicial do seu pedido de asilo (o plano intitula-se “vive no México”). As consequências já são sentidas por centenas de imigrantes que vivem amontoados nos abrigos, convertidos em autênticos campos de concentração, cercados por tropas da Guarda Nacional.

Não contente com isto, Trump fez um acordo com o governo mexicano para se fiscalizarem de 90 em 90 dias os “*progressos*” no plano das migrações, o que representa uma violação flagrante da soberania nacional.

A resistência do povo do México continua

Se bem que o governo se submeta às pressões da oligarquia e do imperialismo, existe, também, a resistência do povo do México, que se tem feito sentir nos últimos meses apesar dos bloqueio dos aparelhos políticos e sindicais.

No seu primeiro dia de governo, AMLO decretou a criação de uma comissão especial para investigar o desaparecimento dos 43 estudantes do magistério de Ayotzinapa e encontrar os responsáveis. Esta medida foi muito bem acolhida pelos milhares que se têm mobilizado nos últimos quatro anos e continuam a fazê-lo, pressionando o governo da República. No passado dia 26 de Setembro, quinto aniversário do desaparecimento, dezenas de milhar saíram às ruas das principais cidades para manter a exigência de castigo dos culpados⁽⁴⁾.

⁽³⁾ AMLO, um dirigente pequeno-burguês, foi candidato à presidência em 2006 pelo PRD. Apesar de ter ganho as eleições, graças a um discurso nacionalista de ruptura com as políticas do PRI e do PAN e de resistência parcial às privatizações, foi vítima de uma fraude eleitoral. Em 2012, foi novamente candidato deste partido, mas perdeu a eleição ante Enrique Peña Nieto, do PRI. Em 2018, de novo candidato, agora pelo partido MORENA, conseguiu vencer os candidatos do PRI e do PAN. Mais de 32 milhões de mexicanos votaram em AMLO, que canalizou o descontentamento e a força das mobilizações dos últimos anos.

⁽⁴⁾ A mobilização por que eles aparecessem com vida e pela justiça exigiu a demissão do governo, sumindo-o numa dura crise, da qual nunca conseguiu sair.

● CORRESPONDÊNCIAS D'A INTERNACIONAL

>>> Nos meses de Julho e Agosto, milhares de mulheres saíram à rua para exigir o castigo dos culpados de feminicídios em todo o país. As manifestações continuam, num movimento que assumiu o nome de “diamantina”, que exige que os legisladores do MORENA e da oposição avancem com os direitos democráticos das mulheres: despenalização do aborto, direito à educação sexual, interrupção legal da gravidez e medidas de prevenção do feminicídio.

Milhares de estudantes universitários saíram também à rua para exigir o aumento do orçamento. Estas mobilizações convergiram com as paralisações dos principais sindicatos do sector. Em Veracruz e na Baixa Califórnia, em particular, milhares de estudantes exigiram o pagamento das dívidas às universidades públicas, cuja retenção mantém em suspenso o ciclo escolar.

Duas mobilizações se destacaram, no entanto, pela sua importância para a classe operária e pela sua magnitude.

A primeira foi encabeçada pela CNTE⁽⁵⁾, que, para fazer cumprir a promessa de campanha de AMLO, tem realizado grandes paralisações e marchas sobre a capital, exigindo a revogação da reforma do ensino de Peña Nieto, que abria caminho à privatização do sector.

Os professores universitários membros da CNTE colocaram um piquete no congresso e pressionaram pela retirada da reforma, ante a firme oposição dos empresários, do PAN e dos meios de comunicação. Foi uma primeira conquista do mandato de 1 de Julho de 2018, embora não sem contradições, já que a reforma não foi revogada a 100%, apesar de dirigentes da própria CNTE terem sido eleitos pelo partido MORENA.

A segunda grande mobilização foi a encabeçada pelos operários da *maquiladora* de Matamoros, cidade fronteiriça com os EUA. AMLO decretara também, no seu primeiro dia de governo, a duplicação do salário mínimo. Os empresários actuaram, no entanto, rapidamente para não sentirem os aumentos, eliminando prémios e prestações, de modo que os operários da *maquiladora* acabaram a ganhar o mesmo e, em alguns casos, menos do que antes recebiam. Milhares de trabalhadores, calcula-se que 75 mil, reagiram, assessorados pela advogada trabalhista Susana Prieto, iniciaram greves em múltiplas empresas, exigindo um aumento de 20% e um prémio anual de 32 mil pesos. Estas acções ficaram conhecidas como o movimento operário matamorenses 20/32, impondo-se às direcções sindicais corporativas. Conseguiu-se ganhar as reivindicações, e o movimento estendeu-se a toda a zona fronteiriça, originando a construção de uma nova organização, o Sindicato Nacional Independente dos Trabalhadores da Indústria e Serviços (SNITIS-MOM 20/32).

As duas mobilizações trouxeram para a ordem do dia a ruptura com as organizações corporativas, principalmente com a CTM e a CROC, organizações integradas no PRI. Quanto ao SNITIS⁽⁶⁾, ele apoiou-se na reforma laboral promovida por AMLO, que permite a livre sindicalização em cada empresa, situação antes

limitada pelas leis laborais e policiada pelos sindicatos corporativos, ou *charros*.

A dita reforma foi impulsionada pelo senador do MORENA, Napoleón Gómez Urrutia⁽⁷⁾, dirigente do sindicato mineiro, que passou muitos anos exilado no Canadá, perseguido pelo governo mexicano pela sua oposição às reformas laborais do PAN, acusado de desvio de fundos sindicais. Esta reforma, se permite a livre sindicalização, tem como pano de fundo a criação da Confederação Internacional de Trabalhadores, uma nova central que é apoiada pela AFL-CIO, pelos sindicatos de mineiros canadianos e pelo governo de AMLO. É uma central que não emerge das lutas, estando antes a incorporar federações sindicais provenientes da CTM e da CROC, numa tentativa de recomposição do corporativismo dos governos do PRI.

A necessidade de independência de classe e de uma representação política dos trabalhadores

As actuais mobilizações, que, na maioria dos casos, surgiram de maneira espontânea, como trovão em céu sereno, caracterizam-se pela emergência de sectores que, com excepção da CNTE, não tinham estado activos nos anos mais recentes e carecem de organizações ou direcções consolidadas que os unam.

Assiste-se actualmente a uma desmobilização generalizada dos movimentos sociais e sindicais, cujas direcções deram o seu apoio ao governo de AMLO e têm aceiteado políticas que vão de encontro ao mandato da população. Assistimos, por outro lado, a como outras referências de luta, como o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) e os grupos que o orbitam, adoptam uma política sectária para com os milhões que continuam a procurar a mudança em AMLO. Negam-se a dialogar com as bases de apoio de AMLO, praticando a denúncia, que, ainda que justa, é estéril.

Pela sua parte, as organizações que se autopromulam socialistas e dos trabalhadores têm oscilado entre apoiar acriticamente o governo, caso da OST (o grupo filiado no centro revisionista, NdR), e aguardar que as ilusões em AMLO se esgotem e cheguem “*tempos melhores*”, remetendo-se a uma acção meramente propagandística.

Para nós, LCI, como temos dito nos editoriais do nosso órgão de imprensa, *Transición*, e nos locais em que intervimos, não há tempo a perder: os de cima estão-se organizando para fazer do governo de AMLO um governo de continuidade; é tempo de nós, os de baixo, nos prepararmos para a luta.

Para nós, LCI, as mobilizações do período mais recente traçam o risco. Para impor o mandato da população, é necessária a organização independente, sem submissão ao governo ou ao MORENA, sem submissão às direcções *charras*, é necessária a independência de classe e a luta em frente única contra as políticas que afectam a classe trabalhadora e contra o imperialismo, para rechaçar as contra-reformas.

Os operários de Matamoros demonstraram que se pode varrer as direcções *charras* pela acção organizada da classe trabalhadora, e os professores da CNTE

⁽⁵⁾ Coordenadora Nacional dos Trabalhadores do Ensino, agrupamento nacional de professores filiados no Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Ensino, que há mais de 30 anos luta pela sua democratização, tendo protagonizado as principais lutas do magistério.

⁽⁶⁾ SNITIS: Sindicato nacional independente dos trabalhadores das indústrias, dos transportes e dos serviços.

⁽⁷⁾ “Napito”, como este dirigente é conhecido, é filho de Napoleón Gómez, o dirigente corporativo histórico do sindicato dos mineiros, durante muitos anos um baluarte do PRI. Dada a situação com que a organização se viu confrontada pelas privatizações da década de noventa e pela perda de 80% dos seus filiados, foi obrigado a resistir à linha das privatizações e a opor-se ao governo de Vicente Fox, que propunha uma reforma da legislação laboral.

CORRESPONDÊNCIAS D'A INTERNACIONAL ●

mostraram que é possível repelir as contra-reformas. Demonstraram que não devemos esperar, devemos arrancar com a mobilização pelas nossas reivindicações, ainda que isso incomode quem apela a confiar cegamente no governo, a dar-lhe um cheque em branco ou quem se adapta ao possibilismo.

Por isso empenhamos as nossas forças na acção de construção de uma central sindical independente como instrumento de defesa dos direitos dos trabalhadores. Por isso apoiamos a construção do SINTIS e da Nova Central dos Trabalhadores (NCT), impulsionada pelo Sindicato Mexicano de Electricistas (SME), e lutamos pela criação de novos sindicatos ou pela democratização dos que existem, com a intenção de criar um pólo de organização independente. Do mesmo passo, solidarizamos-nos com todos os sectores da classe operária que enfrentam ataques do patronato e do governo.

Por isso aderimos às lutas das mulheres e dos jovens e apostamos na sua organização.

Por isso nos comprometemos na construção de um partido dos trabalhadores para o povo do México, um partido operário independente, que pegue nas reivindicações da população e as traga para o terreno político, nos bairros, nas escolas e centros de trabalho, que apele à unidade na mobilização. Por isso somos militantes activos da Organização Política do Povo e dos Trabalhadores (OPT)⁽⁸⁾, batendo-nos por que ela se transforme no germe de ferramenta política de que o povo do México necessita.

Para nós, LCI, o primeiro passo para conseguirmos os nossos objectivos revolucionários é conseguir a independência de classe, gerar, portanto, nos trabalhadores a consciência da sua força e de que os seus interesses são contrários aos das direcções e partidos burgueses.

Consideramos que, neste momento, a NCT e a OPT⁽⁸⁾ são os instrumentos para andar para a frente nesta tarefa. As condições poderão mudar no futuro, mas a nossa avaliação é que são elas as referências que servem de alavanca para esta tarefa, sem excluir que haja novos desenvolvimentos e surjam novas formas de agrupamento.

As tarefas da LCI na luta de classes no México

Empenhada nestas tarefas, a LCI tem intervindo na luta de classes viva. Enviámos camaradas a Matamoros e discutimos com os operários, que pegaram na necessidade de disputar o poder político e fazer uma campanha de denúncia no terreno eleitoral, apresentando candidatos operários sem registo anterior nas eleições locais, convertendo-se na segunda e terceira força eleitoral nas circunscrições em que se apresentaram.

Na Baixa Califórnia, discutimos com os camaradas da OPT e de outros grupos a apresentação de candidaturas independentes com a plataforma dos movimentos de resistência, obtendo milhares de assinaturas e conseguindo um regedor, militante da OPT, em Tecate, cidade em que participamos na construção de sindicatos independentes, participando, em todo o Estado, na constituição da NCT.

Em Chiapas e em todo o Sudeste, participamos das mobilizações da CNTE pela revogação, lutamos lado a lado contra a repressão governamental e organizamos as resistências do povo de Chiapas e a construção da OPT e da NCT.

Em toda a parte em que as nossas camaradas intervêm, elas empenham-se na luta pelos seus direitos e contra os feminicídios, combatendo as ideias do feminismo burguês e chamando à unidade de classe.

Os nossas camaradas jovens destacam-se na luta pelo pagamento da dívida às universidades públicas, pelo aumento do orçamento de todo o ensino. Abraçamos a tarefa de recrutar para formar um grupo da Aliança Internacional dos Jovens pelo Socialismo (AIJS) fundada no Encontro Internacional de Jovens Revolucionários impulsionado pelo CORQI em Paris.

Seguindo a nossa vocação internacionalista, coordenamo-nos com a nossa secção irmã norte-americana *Socialist Organizer* para levar por diante a luta binacional pelos direitos dos dois lados da fronteira. Manifestamos o nosso apoio aos processos revolucionários em todo o mundo. Em actos de solidariedade e eventos, difundimos as lutas do povo palestiano, do povo catalão, dos povos porto-riquenho e equatoriano. Pronunciamos-nos pela libertação de todos os presos políticos na Argélia e seguimos atentamente as vicissitudes destes processos.

Ao nível nacional, por fim, impulsionamos a campanha de assinatura da carta aberta a AMLO, para que se retire do USMCA e rejeite a política migratória de Trump. Esta nova campanha central pretende dialogar com os milhões que deram o seu voto a AMLO, exigindo que se cumpra o mandato que a população lhe deu em 1 de Julho. A nossa intenção é agrupar em igualdade de circunstâncias todos aqueles que estão dispostos a lutar pelas reivindicações da população, pela ruptura com os ditames do imperialismo.

Revogação imediata do USMCA!

Não ao muro da vergonha de Trump! Abaixo o Pacto Migratório!

Unidade da classe operária centro-americana, mexicana e norte-americana!

Revogação das reformas estruturais, a começar pela reforma da energia!

Construamos a OPT e a Nova Central de Trabalhadores!

Unidade da classe operária mexicana pela defesa da nossa independência sindical e política!

Camarada, convidamos-te a aderir à LCI (CORQI) e a lutar por um futuro para a humanidade, convidamos-te a aderir à luta pelo socialismo.

“Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres.”

“Quem não se mexe, não sente as cadeias.”

Combativamente,

Liga Comunista Internacionalista (CORQI)

⁽⁸⁾ OPT, NCT: A Organização Política do Povo e dos Trabalhadores (OPT), ao nível político, e a Nova Central dos Trabalhadores (NCT) ao nível sindical inter-profissional, são duas iniciativas lançadas nos anos mais recentes pelo Sindicato Mexicano dos Electricistas (SME).

A Alemanha trinta anos depois da reunificação

Uma revolução inacabada

NO DIA 9 DE NOVEMBRO DE 1989, um poderoso movimento, nascido “nas bases”, de centenas de milhares de operários e jovens anônimos da ex-República Democrática Alemã (RDA, Alemanha de Leste), que há meses organizavam manifestações contra a burocracia, os seus privilégios e o seu regime policial, derrubou o muro de Berlim, impondo depois a reunificação da Alemanha, dividida em duas desde 1945.

Claro está que, numa sociedade em que “*a ideologia dominante é a ideologia da classe dominante*”, o trigésimo aniversário do 9 de Novembro foi ocasião para a burguesia despejar toneladas de propaganda com o tema do “fim do comunismo” para fazer crer, em absoluta contradição com os factos históricos, que o fim do Muro foi obra da vontade comum dos grandes deste mundo da época, do presidente americano Bush ao presidente “socialista” francês Mitterrand, passando pelo chanceler alemão Kohl e pelo secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, Gorbachov. Outros, nostálgicos do estalinismo — aberta ou mais dissimuladamente — sustentam que a reunificação da Alemanha foi obra de uma conspiração anti-comunista ou mesmo resultado de uma anexação. Este chorrilho de mentiras de um lado e do outro não resiste ao exame dos factos.

O movimento que derrubou o Muro, como se lerá neste dossiê, correspondeu àquilo que nós, com Leão Trotsky, chamamos de movimento da “revolução política”. O movimento, pois, em que a classe operária dos países em que o capital foi expropriado, mas onde o poder político é detido por uma camada burocrática parasitária saída do estalinismo (União Soviética, países do Leste europeu, China, Cuba, etc.), procura derrubar o poder da burocracia parasitária, reconquistar o poder e preservar as conquistas sociais.

Como se lerá, em Novembro de 1989, nenhum governo imperialista (fossem o dos Estados Unidos, de França ou da Grã-Bretanha, tão pouco como o governo da burguesia alemã na República Federal da Alemanha, RFA) nem, bem entendido, a burocracia no poder na URSS ou na RDA queriam a reunificação. É evidente que o imperialismo não podia tolerar as conquistas sociais e a propriedade estatal, na RDA como na URSS. No entanto, o poderoso movimento que derrubou o Muro e o regime policial da RDA não era um movimento contra as conquistas sociais e a propriedade do Estado. Bem pelo contrário, era um mo-

vimento que se apoiava nas conquistas para correr com a burocracia e fazer a junção com os trabalhadores do “lado ocidental”.

Com efeito, nesse mesmo momento, na Alemanha Ocidental (RFA), a classe operária estava empenhada em mobilizações significativas contra a liquidação da siderurgia pela burguesia alemã, envolvida na Comunidade Económica Europeia (CEE, antecessora da União Europeia). A imensa maioria dos trabalhadores do “Oeste” olhava com simpatia o movimento que se formava “no Leste” contra a burocracia, tentando muitos estabelecer contactos além fronteira.

A queda do Muro de Berlim, ao pôr termo à divisão da Alemanha imposta em 1945 pelos aliados (portanto, pelos imperialismos americano, britânico, francês e pela burocracia estalinista da URSS), restaurava a unidade da classe operária alemã, a classe operária historicamente mais organizada e poderosa da Europa. Trazia para a ordem do dia a luta pela revolução social contra a burguesia.

Foi exactamente para bloquear brutalmente este processo que o imperialismo teve de mobilizar não apenas todas as suas forças, mas também as dos aparelhos originários do movimento operário (na Alemanha, o aparelho dirigente do Partido Social-Democrata, o SPD, e o que restava do aparelho estalinista da ex-RDA, já metido até às orelhas nas privatizações).

À mobilização revolucionária dos operários e dos jovens que derrubaram o Muro para impor “um verdadeiro socialismo”, como alguns então diziam, e à junção com os trabalhadores do “Oeste” em luta contra os planos da burguesia alemã e da CEE respondeu a vaga de privatizações e de destruição da economia do Leste sob a égide da Treuhand (organismo criado pelo último governo “socialista” da RDA, que pilotou as privatizações). A devastação das privatizações no “Leste” foi o ponto de partida de uma ofensiva sem precedentes (que se acelerou após a queda da União Soviética em 1991) contra as conquistas sociais dos trabalhadores de toda a Alemanha. A unidade da Alemanha acabou por não se poder perfazer nem no plano da democracia nem no plano social.

1989 foi, por todas estas razões, uma revolução inacabada. Os problemas levantados há trinta anos continuam, todavia, no cerne da luta de classes na Alemanha dos nossos dias.

Alguns marcos da história

CONVÉM, nesta introdução ao nosso dossiê, lembrar alguns marcos da história recente da Alemanha, permitindo aos nossos leitores do mundo inteiro familiarizarem-se com os acontecimentos referidos.

Por razões históricas que aqui não se ventilarão, a nação alemã formou-se tardiamente. Para formá-la, foi necessário derrubar as sobrevivências da fragmentação feudal, nas guerras revolucionárias inacabadas de 1848-1849. Acabou por ser a Prússia a impor “de cima para baixo” a unidade alemã, ao proclamar o *Reich* (império) em 1871 (excluindo a Áustria, seu concorrente histórico). À época, os comunistas, mormente os dois mais célebres, Marx e Engels, apoiaram sem reservas a constituição da nação alemã no ponto de vista dos interesses da classe operária (sem jamais subordinar o partido operário aos interesses da burguesia). Engels participará mesmo, pessoalmente, em diferentes episódios das guerras revolucionárias de 1848-1849. Foi, efectivamente, na moldura dada pela unificação da nação alemã que pôde nascer o mais organizado e, portanto, o mais poderoso proletariado da Europa (e do mundo, nesse tempo): a classe operária alemã. Engels escreverá, assim, em 1884, que a nação não é mais do que o primeiro dos “campos de batalha” do proletariado, exigindo, portanto, os interesses do proletariado “a unificação final da Alemanha em uma nação”⁽¹⁾.

Sem entrarmos em pormenores, assinalemos algumas das grandes etapas do combate do proletariado alemão. 1875 marca a sua constituição em partido, formado pela fusão da Associação Operária Geral (ADAV, constituída em 1863 por Lassalle) com o Partido Operário Social-Democrata (SDAP), para cuja construção Marx e Engels contribuem activamente. Em 5 de Maio de 1875, Marx escreve em carta a W. Bracke: “*Pondo isso de lado, é para mim um dever não reconhecer, mesmo por um diplomático silêncio, um programa que, estou disso convicto, é absolutamente condenável e desmoraliza o Partido. (...) Sabemos que, só por si, a união dá satisfação aos operários, mas é um erro pensar que o preço a pagar por este resultado imediato não é demasiado caro.*”

O Partido Operário Social-Democrata foi rebaptizado Partido Social-Democrata (SPD) em 1891, secção alemã da Internacional Operária. Um partido que organiza centenas de milhar de proletários conscientes, com as suas organizações, as suas sedes, os seus jornais, os seus sindicatos, o seu grupo parlamentar... Um partido que não escapa à traição dos seus dirigentes em Agosto de 1914, ao votarem estes o orçamento da guerra, aderindo ao seu próprio imperialismo — como o fazem os seus homólogos em França e nos outros países imperialistas. Logo a seguir à declaração de guerra, a esquerda da social-democracia alemã recusa essa traição e a da IIª Internacional. A adesão dos dirigentes do SPD à guerra imperialista vai produzir, em Abril de 1917, uma ruptura à esquerda no partido: o USPD (SPD Independente). São seus membros os militantes do Spartakusbund (Liga Espartaquista) de Rosa Luxemburgo e Karl

Liebknecht, que já em 1914 recusaram a subordinação à guerra imperialista. Estes processos de ruptura irão estar na origem do jovem Partido Comunista (KPD). A guerra imperialista é, na Alemanha como noutros países, a parteira da revolução, que, em 1918, cobrirá a Alemanha de conselhos de operários, marinheiros e soldados. O esmagamento da revolução alemã de 1918-19, prolongamento da revolução de Outubro de 1917 na Rússia e a que Lenine e Trotsky prestaram a mais escrupulosa atenção, compreendendo que estava em jogo o destino da revolução mundial, se se ficou a dever, em primeiro lugar, à traição da direcção do SPD, ficou-o também à fraqueza e aos erros da direcção do Partido Comunista. As sucessivas derrotas da revolução alemã irão pesar fortemente no processo de refluxo da revolução mundial e de isolamento da revolução na União Soviética, que iria redundar na degenerescência estalinista.

É, aliás, na Alemanha que a degenerescência estalinista do Partido Comunista Russo e da Internacional Comunista tem resultados mais desastrosos. No início dos anos trinta, quando o capitalismo mundial passa por um novo sobressalto da sua crise e a população alemã se vê humilhada e esmagada pelas consequências do Tratado de Versalhes imposto em 1919 pelos aliados vencedores da guerra imperialista de 1914-18, reúnem-se os ingredientes de uma crise revolucionária. A burguesia alemã opta então pelo fascismo, que, como nos ensina o Programa da IVª Internacional, é, com a frente popular, o “último recurso político da burguesia para lutar contra a revolução”. Enquanto o grande capital conta com as secções de assalto do partido nazi para esmagar fisicamente a classe operária, a direcção estalinista da Internacional Comunista, que enveredara por uma política ultra-esquerdista (dita do “terceiro período”), dita à direcção do KPD uma política que irá redundar na derrota sem combate do proletariado alemão. Sustentando que o pior inimigo do operário é a social-democracia, a direcção estalinista do KPD organiza a divisão das fileiras operárias, ao ponto de fazer alianças ocasionais com o partido nazi. A direcção social-democrata responde a essa divisão, procurando alianças com os sectores “democráticos” da burguesia, supostos capazes de barrar o caminho ao fascismo. E a confederação sindical, a ADGB? Tendo Hitler chegado ao poder “legalmente”, o presidente da ADGB proclama, a 31 de Janeiro de 1933: “*organização, e não manifestação, tal é a palavra de ordem do momento*”. Até 2 de Maio, dia em que as SA e as SS tomam de assalto todas as sedes sindicais, a direcção da ADGB tenta chegar a um acordo com Hitler.

Só os apelos de Leão Trotsky e dos grupos da Oposição de Esquerda internacional (que, nessa altura, embora expulsos da Internacional Comunista, lutam pela sua reabilitação) a romper com a política criminosa da Internacional Comunista e a realizar a frente única SPD-KPD-sindicatos para esmagar o fascismo teriam podido abrir outra saída. O estalinismo arcará com a responsabilidade esmagadora da derrota sem combate que abre caminho, em Janeiro de 1933, à vitória de Hitler e ao esmagamento da classe operária alemã. Nos meses seguintes, centenas de militantes do SPD, do KPD, dos sindicatos e outros militantes serão as primeiras vítimas dos campos de concentração nazis. Leão Trotsky afirma, no dia 14 de Maio de 1933, a respeito da “*tragédia do proletariado alemão*”⁽²⁾: “*O proletariado alemão voltará a*

⁽¹⁾ Friedrich Engels: Marx e a “*Nova Gazeta Renana*”, T 21 da edição francesa das Obras, p. 20.

⁽²⁾ Leão Trotsky: “*A Tragédia do Proletariado Alemão*” in *Como Vencer o Fascismo*, Paris, 1973, p. 335.

● DOSSIÊ

»»» *levantar-se, o estalinismo nunca mais*”. Porém, a política estalinista que redundou na derrota do proletariado alemão não dará azo a nenhuma discussão e a nenhuma crítica nos partidos da Internacional Comunista... Isto levará Leão Trotsky, algumas semanas mais tarde, a concluir que a Internacional Comunista virará completamente. Passa, então, a orientar-se para uma IVª Internacional.

A ditadura nazi impõe um regime de terror à classe operária alemã, alistada à força na Frente do Trabalho — organização corporativista obrigatória, dirigida contra os sindicatos, construída sobre as ruínas destes e financiada pelo roubo puro e simples das quotas — e depois na *Wehrmacht*, que o imperialismo alemão lança ao assalto, primeiro, dos seus concorrentes europeus e, a partir de Junho de 1941, da União Soviética. Apesar da desorganização do Exército Vermelho pela burocracia estalinista, que facilita a invasão nazi, as massas soviéticas, recusando-se a ser reduzidas à escravidão e defendendo as conquistas de Outubro, irão infligir ao IIIº Reich a derrota histórica de Estalinegrado, em 1943. Para os trabalhadores e povos do mundo inteiro, incluindo os trabalhadores alemães submetidos ao jugo nazi, é uma viragem. Estalinegrado é o ponto de partida de uma vaga revolucionária que, durante vários anos, varrerá a Europa e os impérios coloniais das grandes potências imperialistas “democráticas”. A guerra revolucionária dos “partisãs” na Iugoslávia e na Grécia e a insurreição revolucionária na Itália fascista infligem derrota atrás de derrota ao imperialismo alemão. Em França, reúnem-se os ingredientes de uma situação revolucionária. Nos impérios coloniais, os povos oprimidos saúdam a derrota próxima do fascismo sacudindo as cadeias que as potências “democráticas” (França, Grã-Bretanha, Bélgica...) lhes impõem. Em todo o lado, partidos estalinistas e sociais-democratas terão de redobrar esforços para impedir a revolução. Na Alemanha, o desmoronamento do IIIº Reich liberta a energia da classe operária. Na realidade, a resistência do proletariado alemão nunca parou, depois de 1933, o que estilhaça a pseudoteoria reaccionária da “culpa colectiva do povo alemão”. Em 1936, três anos após a vitória de Hitler, ano em que eclodem greves na região industrial do Ruhr, os arquivos da Gestapo registam 12.000 prisões por “distribuição de panfletos socialistas ou comunistas” e participação em reuniões ilegais. Desde 1943 estalam movimentos insurreccionais contra o poder nazi em Hamburgo. Noutras regiões, autênticas guerras civis opõem os soldados — trabalhadores em uniforme — às SS. Reatando com as suas tradições democráticas, os operários alemães, nalguns casos em uniforme, querem, também eles, libertar-se. “Ao desmoronamento do nazismo seguiram-se demonstrações de espírito socialmente revolucionário: os operários ocuparam as suas fábricas e ajustaram contas com as direcções nazis e nazificadas”, registava o jornal britânico *The Economist* em 26 de Março de 1946. Os Aliados imperialistas e a burocracia de Moscovo receiam acima de tudo que, no centro da Europa, o proletariado alemão se reconstitua. Os Aliados decidem então bombardeamentos massivos das cidades alemãs a fim de reduzi-las a cinzas, como em Dresden, enquanto Estaline incita o Exército Vermelho a entrar em Berlim não como libertador, mas como conquistador.

Em Ialta e depois em Potsdam (em Fevereiro e em Julho de 1945), os representantes dos imperialis-



4 de Novembro de 1989 em Berlim Leste

mos americano e britânico têm que chegar a um acordo com Estaline. Para “restabelecer a ordem”, para lutar activamente contra a revolução proletária, precisam de todo o peso da burocracia estalinista e do seu aparelho internacional, aureolados pela vitória dos povos da União Soviética sobre o nazismo. É a “santa aliança contra-revolucionária” que a IVª Internacional (e, depois, as forças que, a seguir à crise pablista de 1950-53, se empenharão na sua reconstrução) apelará, durante décadas, a combater sem tréguas. Aquela aliança não conseguiu impedir a revolução na Iugoslávia, pois os dirigentes do Partido Comunista Iugoslavo foram empurrados a ir mais longe do que queriam pelo exército dos 500.000 partisans de todas as nacionalidades. Mesmo assim, foi com a ajuda de Estaline que as tropas britânicas esmagaram no sangue os partisans gregos, apesar de estes serem dirigidos pelo Partido Comunista. Ialta e Potsdam dividiram a Europa em “zonas de influência”. A Oeste, os imperialistas. A Leste, nos países libertados pelo Exército Vermelho, os acordos de Ialta e Potsdam prevêm que os governos, de união nacional, que incorporam os partidos comunistas subordinados ao Kremlin, não toquem na propriedade privada dos meios de produção. Contudo, uma vez mais, as massas decidem outra coisa. Para os operários e camponeses da Hungria, da Polónia, da Checoslováquia,



a chegada do Exército Vermelho há-de implicar não somente o fim da ocupação nazi, mas também o fim da dominação dos capitalistas e grandes proprietários fundiários. Nos meses e anos que se seguem, os governos das pretensas “democracias populares” nos países do Leste da Europa terão que proceder à expropriação do capital (embora burocraticamente).

No caso da Alemanha, impedir a revolução exigia obviar à reconstituição da força organizada do proletariado. Para isso, foi preciso dividir a nação alemã. A Leste, a zona de ocupação soviética, a Oeste, as zonas de ocupação americana, britânica e francesa. A Leste, a burocracia de Moscovo impõe logo em 1946 o seu partido único, forçando as organizações do KPD e do SPD a fundirem-se naquilo que virá a ser o partido único da burocracia este-alemã, o SED (Partido Socialista Unificado). A Oeste, a direcção do KPD, aplicando as directivas de Moscovo, aceita a reorganização assente na propriedade privada dos meios de produção, ao passo que o dirigente do SPD, Schumacher, apela aos Aliados para que tomem conta dos negócios. A seguir à Conferência de Londres, que acaba em 2 de Junho de 1948, as seis “potências”, Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, a que se juntam a Bélgica, os Países Baixos e o Luxemburgo, fizeram “recomendações aos governos”, convidando à constituição de um Estado da Ale-

manha Ocidental alinhado com os interesses do imperialismo. Seguem-se a fundação da República Federal da Alemanha (RFA) no dia 23 de Maio e, em resposta, a da República Democrática Alemã (RDA), no dia 7 de Outubro de 1949. A nação alemã e, conseqüentemente, o proletariado ficaram, assim, divididos durante quase quarenta e cinco anos, depois de sofrerem o jugo da ditadura nazi durante doze longos anos. Na altura, só a IVª Internacional se opõe à divisão da Alemanha.

Apesar desta divisão, a classe operária, partida entre a RFA e a RDA, regressa ao caminho da luta. A Oeste, na forma de uma luta de classes “clássica” contra a exploração capitalista que prossegue debaixo da ocupação militar das tropas aliadas. A Leste, na forma da luta contra a burocracia parasitária do SED, que se ampara nas tropas soviéticas. Mal haviam passado quatro anos da fundação da RDA, os operários de Berlim sobem ao palco, no dia 17 de Junho de 1953, em manifestações e greves contra o aumento das normas laborais imposto pelo SED. Os operários de Berlim juntam às reivindicações sociais reivindicações políticas: eleições livres, mas também, como o formulam os operários da fábrica metalúrgica de Hennigsdorf, a exigência de um “governo dos siderúrgicos”. Opondo-se aos apelos à calma dos permanentes do SED, trabalhadores das oficinas da *Reichsbahn* >>>

● DOSSIÊ

>>> (caminhos de ferro) de Oranienburg declaram: “*Queremos ser nós a governar-nos e a construir o nosso governo da base*”. A seus olhos, não devia ser um governo só para o Leste: a classe operária do Leste respondia às greves do Ocidente do ano de 1952. Junho de 1953 é a primeira manifestação da revolução política na RDA, do movimento que Trotsky descreve como aquele pelo qual os operários e camponeses da URSS procurarão derubar a burocracia parasitária para restaurar o poder dos soviets e recuperar plenamente o seu lugar na marcha para a revolução mundial. Este prólogo viria a ser um sinal para o movimento revolucionário na Polónia e para a revolução húngara dos conselhos operários em Outubro-Novembro de 1956.

Foi nestas condições que a burocracia da RDA lançou, em 1961, os fundamentos do que rapidamente se torna num muro intransponível entre Berlim Este e Berlim Oeste. Um muro que o presidente dos Estados Unidos, Kennedy, qualificará na altura de “*solução pouco elegante, mas mil vezes preferível à guerra*”, enquanto o chefe do imperialismo britânico, o primeiro-ministro Macmillan, diz não ver “*nada de ilegal*”. Estas declarações dos principais representantes imperialistas poderão surpreender o leitor de 2019. Nada têm, no entanto, de surpreendente. O imperialismo nunca tolerou que o capital fosse expropriado na União Soviética nem nos países a que essa expropriação foi alargada depois de 1945 sob o controlo da burocracia parasitária. Essa é a origem da tensão permanente entre o imperialismo e a burocracia (a que os jornalistas burgueses deram o nome de “guerra fria”). Fundamentalmente, no ponto de vista do capital, não podia haver coexistência pacífica entre propriedade privada e expropriação do capital (fosse embora sob o controlo da burocracia), contrariamente ao que então pretendia o principal representante da burocracia, Khrushchov. Não obstante, o imperialismo não estava, em 1961, na sua luta contra a revolução mundial, em condições melhores do que em 1945 para poder dispensar a burocracia do Kremlin (e suas agências na RDA e noutros países). Nesse sentido, o Muro, ao perfazer a divisão da Alemanha e da sua classe operária, enquadrava-se na política de santa aliança contra-revolucionária selada em Ialta e Potsdam, que só as forças do Comité Internacional da IVª Internacional (que haviam combatido o pablismo) na altura denunciavam.

Um movimento que vem de longe

A REVOLUÇÃO POLÍTICA de 1989 no Leste da Alemanha não caiu do céu aos trambolhões, por muito que tenha surpreendido todas as forças institucionais. A classe operária alemã recorreu muito, mesmo debaixo do regime da Stasi⁽³⁾ na RDA, a greves locais, como indica o registo estatístico da FDGB, a confederação “sindical” ao serviço do regime do SED. As greves ocorriam muitas vezes por causa de salários insuficientes ou em atraso ou de condições de trabalho insuportáveis⁽⁴⁾. Mesmo debaixo da bota estalinista, a luta de classes foi travada, mas não parou. A

maior parte das greves eram por salários não pagos ou incompletamente pagos ou pelo aumento das cadências ou ainda contra condições de trabalho inaceitáveis.

Os primeiros movimentos de massa dos anos oitenta na RDA não controlados pelo regime dão-se em Janeiro de 1988 por ocasião do aniversário do assassinato de Rosa Luxemburgo e de Karl Liebknecht. São duramente reprimidos. Instala-se uma calma muito precária. Por vezes, as igrejas protestantes são utilizadas como refúgio pelos manifestantes, para se reunirem. A revolução política na Alemanha de Leste começou em Setembro de 1989 como movimento pela democracia, contra o poder confiscado pelo SED e pela Stasi e ao som das palavras de ordem: “Somos o povo!”, “Democracia!”, “Liberdade de circulação!” e “Abaixo a Stasi!”, nomeadamente nas “manifestações das Segundas-feiras” em Leipzig. Não é, ainda, um movimento pela reunificação. No entanto, ante as medidas brutais de repressão, vai engrossando sem parar, e as palavras de ordem democráticas chegam rapidamente à reivindicação clara de reunificação: “Somos UM povo!”, “Abaixo os corruptos!”, “Abaixo a burocracia!”.

Pelo quadragésimo aniversário da RDA no dia 7 de Outubro de 1989, quando toda a nomenklatura do Leste está reunida com Gorbachov no palácio da República em Berlim Leste, desenrola-se aos pés do edifício uma enorme manifestação ao som destas palavras de ordem. As imagens mostram os nomenklaturistas aglomerados às janelas a olhar, estupefactos, para os que, em baixo, se manifestam para correr com eles. No dia 9 de Outubro, são 70.000 em Leipzig, e 320 mil no dia 23 de Outubro. O medo mudou de campo. O movimento não parará até à unificação.

Alguns meses antes de começar no Leste o movimento de manifestações dos trabalhadores da mal chamada República Democrática Alemã (RDA) que resultará na queda do Muro, todas as forças institucionais do imperialismo e do estalinismo parecem ter a certeza de que a divisão está para durar. Honecker, o secretário-geral do SED, predisse, no dia 19 de Janeiro de 1989, que o Muro “*ainda ficará de pé por mais cinquenta ou cem anos*”. Pela sua parte, Helmut Kohl, dirigente da burguesia alemã, declara no dia 11 de Junho de 1989 que “*as possibilidades da reunificação são nulas*”.

O *New York Times* resume a posição de todas as forças apegadas à manutenção da divisão da Europa. A 23 de Outubro de 1989, com a RDA coalhada de manifestações contra o regime, o órgão oficial do capital americano revela os receios e esperanças da santa aliança contra-revolucionária: “*Ninguém quer que a Alemanha de Leste rebente. Nem a Alemanha Ocidental, nem a URSS, nem a Polónia, nem os Estados Unidos, nem a França, nem as outras potências ocidentais.*”

O jornal burguês francês *Le Monde*, um dos órgãos do capital, faz votos, a 20 de Outubro, por “*uma democratização (da Alemanha de Leste) que permita que a população se reveja nesse Estado.*” Ainda mais explícito, o *Libération*, jornal da “esquerda” francesa, escreve a 9 de Outubro: “*O mundo moderno assenta em Ialta e, no centro desse dispositivo, a República Democrática Alemã ocupa uma posição que se assemelha à da pedra de fecho em arquitectura.*”

Quanto ao partido tradicional da classe operária alemã, o SPD, a sua direcção, em torno do

(3) A Stasi era a polícia política do regime, odiada pela população.

(4) Ver Bernd Gehrke, Renate Hürtgen (Hrsg.): *Der betriebliche Aufbruch im Herbst 1989: Die unbekannt Seite der DDR-Revolution. Diskussion - Dokumente - Analysen*, p. 321 e seg., Berlim, 2001.

vice-presidente Oskar Lafontaine, desempenha um papel abertamente contra-revolucionário, opondo-se à unificação. Enquanto a Leste, após a queda do Muro, a mobilização por uma Alemanha unificada e eleições livres continua, Lafontaine declara: “*Pela nossa parte, não procuramos a reunificação dos alemães num Estado nacional.*”⁽⁵⁾ Outros sectores da direcção social-democrata são mais clarividentes, nomeadamente o presidente do partido, Hans-Jochen Vogel, que retorque, ciente de até onde não é ir longe demais (a expressão consagrada é: “*saber até onde ir longe demais* — Jean Cocteau): “*O muro caiu e tu a tentar reconstruí-lo.*”

No mais, na perspectiva das eleições na RDA, a direcção do SPD não é favorável à criação do SPD no Leste, chegando a propor outro nome, PSD (Partido Socialista Democrático). Mas de nada serve. A vontade de reconstituir o partido da classe operária é demasiado forte, e o SPD é reconstituído no Leste contra a vontade do aparelho. Acrescente-se que a DGB, a confederação sindical do lado ocidental, começa por ser desfavorável à sua extensão pura e simples ao Leste. Porém, perante o surto operário, acabará por ter de ceder, pois os trabalhadores de Leste, desejosos de se unirem aos seus irmãos de classe do lado ocidental, constroem os seus sindicatos independentes do regime, filiando-se na DGB. De notar que os pretensos “trotskistas” do “secretariado unificado” deitam também eles a sua acha para a fogueira anti-unificação, avançando a palavra de ordem “Alemanha nunca mais!”, que assimila a reunificação revolucionária do proletariado alemão a um perigo fascista.

“Demasiado rápido”

Sem terem conseguido impedir a queda do muro em 9 de Novembro, para as forças da ordem, o caso é, de novo, refrear na medida do possível o movimento de unificação. Depois de se desembaraçar de Honecker, a direcção do SED (que, numa manobra grosseira, cedo mudará de nome para PDS — Partido do Socialismo Democrático!) designa novos chefes de governo (Krenz, Modrow), não menos rejeitados do que os seus antecessores.

Também a Ocidente há uma azáfama para impedir ou, pelo menos, atrasar a unificação. A direcção do SPD propõe ao chanceler Kohl uma “mesa redonda”, e Kohl avança com um plano de reunificação em várias etapas: primeiro acordos contratuais entre os dois Estados alemães tal como se mantinham, a seguir instituições comuns e, no fim das contas, uma longínqua federação. O governo leste-alemão de Modrow propõe, pelo seu lado, um plano por etapas. Em suma, é urgente, para todos eles, aguardar.

Os trabalhadores, porém, não querem esperar. Prosseguem com o seu movimento revolucionário pela unificação imediata. No dia 4 de Dezembro de 1989, o edifício da Stasi em Leipzig é invadido pelos manifestantes. No dia 15 de Janeiro de 1990, é a vez de Berlim. A revista americana *Time* assusta-se com a radicalização revolucionária, escrevendo a 8 de Dezembro: “*É tudo demasiado rápido, diz um representante de alta patente da administração Bush, a eliminação de todos os dirigentes, o descrédito de todas as instituições, o ódio para com o antigo poder,*

a rapidez e intensidade dos acontecimentos, é tudo preocupante. Tem-se a sensação de nada se poder fazer, nem os EUA nem a URSS.” Por outras palavras, a luta de classes é mais forte do que os aparelhos!

Falta-nos o espaço para descrever em pormenor os acontecimentos que foram marcando o período que desembocou no 3 de Outubro de 1990, dia oficial da reunificação alemã. Contra toda a expectativa, vence o novo grupo apadrinhado por Kohl “Aliança pela Alemanha” com 48% dos votos, contra apenas 22% para o SPD, que paga, assim, a sua política anti-unificação. O PDS, partido continuador do odiado SED, consegue mesmo assim 16%, ao aparecer como o único que quer manter os direitos adquiridos com a socialização a Leste.

Seis meses mais tarde, dão-se as eleições regionais, que confirmam mais ou menos estes resultados, para grande pena do imperialismo americano, que compreende perfeitamente o que significam. Escreve a esse respeito o *Washington Post*: “*É a grande fome de unificação a mensagem destas eleições... O partido social-democrata tem resultados mais fracos que os que tem obtido a Ocidente. A razão óbvia disto é a sua atitude nos últimos meses, os seus apelos a avançar mais devagar, que ofenderam profundamente os eleitores leste-alemães.*”⁽⁶⁾

Uma única organização política apoiou sem reservas, neste período, este movimento revolucionário e compreendeu o seu significado. Foram os trotskistas da IVª Internacional (Comité Internacional pela Reconstrução da IVª Internacional), que, desde a Segunda Guerra Mundial, haviam combatido a Santa Aliança contra-revolucionária, apelando à unificação da classe operária alemã.

A declaração do Secretariado Internacional da IVª Internacional-CIR reflecte o conteúdo do movimento da classe operária alemã:

“*As aspirações e a acção de toda a classe operária alemã conjugam-se para conseguir a igualdade de direitos e conquistas para todos:*

- *Garantia de emprego para todos;*
- *A trabalho igual, salário igual para todos, ao nível dos salários alemães ocidentais; habitação pelas normas ocidentais às rendas do Leste;*
- *Acesso gratuito à saúde para toda a Alemanha, ao nível de qualidade da Alemanha Ocidental;*
- *Livre exercício de todos os direitos e liberdades democráticas em toda a Alemanha; liberdade de imprensa, de reunião, direito de greve, direito de organização.*

“*É deste modo que a classe operária de toda a Alemanha se constitui como classe independente, implicando, nomeadamente, que os trabalhadores alemães tenham o direito de se organizarem numa única confederação sindical, a DGB, de uma ponta à outra do país.*”⁽⁷⁾

Na era do imperialismo em apodrecimento, a burguesia é incapaz de satisfazer a mínima reivindicação democrática

⁽⁵⁾ Citado por François Forgeue: “Um ano de revolução alemã”, in *La Vérité*, n.º 1 (nova série n.º 807), Novembro de 1990, de onde tirámos vários elementos.

⁽⁶⁾ Citado por F. Forgeue, op. cit.

⁽⁷⁾ “*A Unidade da Alemanha É a Unidade da Classe Operária Alemã*”, declaração do secretariado internacional da IVª Internacional (CIR), Paris, 17 de Novembro de 1989.

● DOSSIÊ

»» Já em 1945-48 as quatro potências vitoriosas haviam agido de concerto para fazer refluir a vaga revolucionária e os conselhos operários que se formavam por toda a Alemanha. O destino da Alemanha foi selado em Washington e Moscovo sem consultar o povo alemão. Não houve Assembleia Constituinte. O mesmo fenómeno se repetiu em 1989-90. O povo alemão só se pôde unir após a assinatura de um tratado “2+4” (os representantes das duas Alemanhas e das quatro potências ainda ocupantes), em que os Aliados reconheceram formalmente o direito da Alemanha a decidir do seu futuro. Onde todos estiveram de acordo foi em recusar ao povo a possibilidade de eleger uma Assembleia Constituinte⁽⁸⁾, em que o peso social e político da classe operária teria sido determinante. Com efeito, na era do imperialismo em putrefacção, havia o risco de tal modo de proceder democrático pôr em perigo o sistema da propriedade privada. Para a classe operária alemã, unificação significava uma só nação, uma só classe operária, igualdade de direitos democráticos e de regalias adquiridas para todos, a trabalho igual, salário igual e condições de trabalho iguais, e o direito de decidir livremente o seu futuro. Não era a propriedade social o que os trabalhadores de Leste rejeitavam, era o seu saque por uma burocracia espoliadora que confiscara o poder político para seu exclusivo proveito material.

A fazer de decisão democrática, quem organizou, com o chanceler Kohl e com a benção de Washington e Moscovo, a “adesão” pura e simples da RDA à RFA e à sua Lei Fundamental, nos termos do artigo 23º desta, foi o governo de “bloco central” de Leste (CDU, mais partidos periféricos da CDU, mais o movimento pequeno-burguês da “Renovação Democrática” (Demokratischer Aufbruch), mais o

SPD). Foi o “Tratado de Unificação” de 31 de Agosto de 1990, assinado em Berlim Leste, prevendo a dissolução da RDA e a sua adesão à RFA.

Antes, porém, a Câmara do Povo da RDA votara, no dia 17 de Junho, a lei que instituiu a “Treuhand”, organismo estatal de direito alemão ocidental encarregado de privatizar e entregar ao capital internacional toda a propriedade social de Leste. Em poucos anos foram desbaratadas umas 13.000 empresas. Parte importante delas, nomeadamente as da indústria pesada, foram pura e simplesmente destruídas para não fazerem concorrência às ocidentais, que atravessavam séria crise. Milhões de assalariados perderam o emprego. Dois anos após a reunificação da Alemanha, a produção industrial, na RDA, caiu 73% em relação a 1989!

Antes da unificação, havia outra contradição a resolver: a da moeda. Valendo o marco de Leste sete vezes menos do que o marco ocidental no mercado negro, poderia haver uma única moeda para o Leste e o Ocidente? O banco central da RFA, o Bundesbank, opunha-se, acabando por recomendar a taxa máxima de 1 marco ocidental por 2 marcos orientais. Mais do que isso, e o perigo para a economia ocidental era demasiado. O patronato e o sector bancário eram igualmente hostis à taxa 1 por 1.

No entanto, mal veio a lume a possibilidade de uma taxa 1 por 2, a Alemanha de Leste viveu uma vaga de manifestações pela unidade monetária e social. A taxa 1 por 2 significaria, com efeito, que, no mesmo país, os salários seriam no Leste claramente inferiores aos do Ocidente. O capital teve de recuar e aceitar que a taxa 1 por 1 ficasse no Tratado de Unificação.

⁽⁸⁾ O artigo 146º da Lei Fundamental da RFA de 1949 admite, todavia, a possibilidade de uma Assembleia Constituinte, ao preceituar que: “A presente Lei Fundamental, que, uma vez feitas a unidade e liberdade da Alemanha, será aplicável a todo o povo alemão, caducará no dia da entrada em vigor de uma Constituição adoptada pelo povo alemão em plena liberdade de decisão.”



Manifestação na RDA

Hans Tietmeyer, um dos principais dirigentes do Bundesbank, falou assim: “*O Bundesbank propôs uma taxa 2 por 1,5 (...). Esta proposta provocou manifestações até na parte ocidental da Alemanha. Aceitámos, pois, uma conversão 1 por 1 (...). Esta evolução teve que ver com a implantação de novos sindicatos no Leste, cuja atitude foi agressiva, afirmando pelo tema: vocês vão ver o que é a eficácia dos sindicalistas quando já não dependem do Partido Comunista. Enquanto isso, não se tinha organizado nenhuma associação patronal, pois ainda não existe propriedade empresarial propriamente dita. Faltou um contrapoder patronal.*”⁽⁹⁾. Onde uma vez mais se verifica, do mesmo passo, o poderio da classe operária e o medo que ela inspira quando não tem os “aparelhos” a “enquadrá-la”.

Esta incapacidade do imperialismo para satisfazer as reivindicações democráticas mais elementares (Constituinte, igualdade social...) é a marca de água de um modo de produção agonizante e incapaz de responder, se a isso não se vir obrigado, às aspirações dos trabalhadores.

No entanto, não podendo evitar conceder a unidade monetária, o capital desforrar-se-á, fazendo pagar ao proletariado alemão do Leste e do Ocidente um duríssimo preço pelas concessões que tivera de lhe fazer. O Leste da Alemanha irá tornar-se numa espécie de “zona económica especial”, “com salários de miséria e desemprego crescente, compelindo, nomeadamente, a juventude a emigrar internamente para o lado ocidental do país à procura de trabalho e melhores salários”⁽¹⁰⁾. Trinta anos após a unificação, a unidade social do Leste e do Ocidente continua por realizar, e por não pouca margem.

Crise e explosões a Ocidente A Leste e a Ocidente, uma enorme destruição de forças produtivas

Na sua porfia por baixar o valor da mercadoria força de trabalho, o capital procedeu, no início dos anos oitenta — com o acompanhamento político do governo social-democrata de Schmidt e das direcções sociais-democratas dos sindicatos, acorrentadas desde 1952 à “parceria social” da co-gestão —, a grande número de encerramentos de fábricas, no âmbito de medidas maciças de racionalização, visando aumentar os lucros. Os consequentes despedimentos deram origem a um exército de milhões de desempregados que, segundo as estatísticas oficiais, ascendia, em 1980, a 800.000, para, de 1982 em diante, atingir 2 milhões. A burguesia escolheu, em 1982, constituindo o governo Kohl, eliminar o SPD do governo. As exigências da crise impunham golpes ainda mais duros contra a classe operária e as suas conquistas — mesmo que ao preço de explosões políticas e sociais. Principiava o declínio dos centros industriais das bacias do Reno-Ruhr e do Sarre, mas também no Norte e na costa. A taxa de desemprego, inédita desde 1948, originou as manifestações operárias mais massivas desde 1952. Nas eleições regionais do Hesse e da Baviera, viu-se claramente a classe operária a concentrar as suas forças atrás do seu partido histórico, o

SPD.

Desde o início da “viragem”, com o governo Kohl, os lucros dos capitalistas conheceram uma subida explosiva, 92,3% entre 1982 e 1988. A classe operária pagou-o caro. Só em Duisburgo, foram suprimidos, entre 1975 e meados dos anos oitenta, mais de 61 mil postos de trabalho no sector siderúrgico. No Ruhr, 150 mil entre meados dos anos setenta e 1988. Em reacção a este corte drástico, todo o Ruhr foi presa de greves e acções que iam bem além da solidariedade com os siderúrgicos de Rheinhausen. Mais de 200.000 trabalhadores participaram, em toda a região, em ocupações de fábricas, greves, manifestações e concentrações. Foi uma demonstração de força da classe operária organizada. Desde o final dos anos setenta que esta evolução opunha, em conflito, a direcção à classe organizada. O pessoal da siderurgia e, à sua cabeça, as estruturas de delegados sindicais exigiam a nacionalização da indústria siderúrgica. Em 1983, o congresso sindical da IG Metall pronunciou-se, apesar da oposição da direcção, pelo “Programa de Nacionalização da Indústria Siderúrgica”. A sua realização foi completamente boqueada pela direcção.

A resposta da direcção da SPD, encabeçada por Vogel, para a Alemanha de Leste e para o Oeste, em vista das eleições de 1991, foi inequívoca: os “factos consumados” eram o que eram, não se podia voltar para trás. A direcção do SPD punha, assim, de manifesto que nem pensar em ela mobilizar-se ao lado da classe operária unida contra as depredações da Treuhand e do capital.

Não há nenhuma dúvida de que a RDA fazia parte dos países industriais de ponta à escala internacional. Com a instauração da “união económica, monetária e social”, em 1 de Julho de 1990, a Treuhand absorveu mais de 8.000 “combinados” e empresas, abrangendo 4 milhões de trabalhadores e trabalhadoras da Alemanha de Leste. O jornal *Die Zeit* ofereceu uma panorâmica em Novembro de 2014: “*Em meados dos anos noventa, a Treuhand era proprietária ou gerente de cerca de 8.000 empresas nacionalizadas... Acresciam 17.200 milhões de metros quadrados de terras agrícolas, 19.600 milhões de metros quadrados de domínios florestais e 25 mil milhões de metros quadrados de bens imobiliários. Além disso, esta administração detinha em carteira cerca de 40.000 pequenos comércios e restaurantes, alguns milhares de livrarias, centenas de cinemas e hotéis, bem como alguns milhares de farmácias.*”⁽¹¹⁾

Já no seu título de “*Lei em matéria de privatização e reorganização dos bens de propriedade social*” a Lei da Treuhand indicava a tarefa que lhe incumbia ao serviço do capital. Originada por uma decisão do último governo da RDA, a Treuhand passou, depois do 3 de Outubro de 1990, a depender do governo Kohl. O chefe da Treuhand, Rohwedder, social-democrata, explicou a sua função numa única frase: “*Privatizar os ‘combinados’ sempre que possível. Recuperar o que for possível. Fechar e liquidar o que for inevitável.*” Em apenas vinte meses, dos 4,1 milhões de empregados das empresas estatais (VEB), quase 3 milhões foram parar ao desemprego. Encerraram-se 3.713 empresas. O desemprego alcançou 14,2% nos novos *Länder* do Leste. Por práticas nalguns casos delituosas, a Treuhand desbaratou cerca de 50.000 bens imobiliários, 10.000 empresas e mais de 25.000 pequenas empresas. O mais tardar em 1993, quase todos os postos de direcção e de “conselho” da Treuhand estavam nas mãos >>>

⁽⁹⁾ Citado por F. Forgue, op. cit.

⁽¹⁰⁾ Note-se, entretanto, que a burguesia alemã nunca conseguiu impor uma verdadeira “zona franca”.

⁽¹¹⁾ *Die Zeit*, 6 de Novembro de 2014.

● DOSSIÊ

>>> de “managers” ocidentais, que tratavam — nem sempre desinteressadamente — de fazer com que o produto da “venda ao desbarato” dos bens nacionalizados da RDA, privatizados ou liquidados a uma escala sem precedentes na história, fosse parar ao Ocidente.

Em 1994, a Treuhand é dissolvida. Balanço: mais de 3 milhões de postos de trabalho suprimidos e uma montanha de 264 mil milhões de marcos ocidentais de dívidas.

Os dossiês respeitantes a este desbarato estão em grande parte fechados ao público ou totalmente inacessíveis e fechados a sete chaves até 2020.

É significativo o balanço feito em 2010 por Rappe, presidente do sindicato das minas e da indústria química até 1995: “*As afirmações de que a Treuhand terá destruído emprego levemente quando a Alemanha federal podia ter recuperado estas empresas vetustas e não competitivas sob a tutela do Estado, são os sonhos nocturnos e acordados de todos os que se aproveitaram do antigo sistema.*”⁽¹²⁾

Não era ele o único a defender esta posição dentro da direcção sindical, e esta posição, tal como posições similares de outros sectores do aparelho, é uma das razões essenciais da forte desconfiança hoje como ontem manifestada pelos militantes da antiga Alemanha de Leste para com as direcções sindicais “do Oeste”.

Um exemplo em que a direcção do sindicato das minas operou em grande contra os interesses dos colegas foi o caso “Bischofferode”. Em 1993, os mineiros desta mina de potássio ocuparam a mina e alguns deles entraram em greve da fome para defender os últimos 700 postos de trabalho. Dos 32.000 postos de trabalho anteriormente existentes na indústria da potassa e do sal da RDA, 27.000 haviam já sido liquidados.

O antigo “combinado” Kali, que passara a ser controlado pela Treuhand, estava para ser entregue à empresa alemã ocidental Kali+Salz, do grupo BASF, que, desse modo, ficava a controlar todo o mercado alemão. O tratado mantém-se secreto até hoje.

O sindicato das minas não só deixou os colegas isolados e sem apoio na sua luta, como tomou abertamente partido pela BASF. A fusão das empresas da potassa custou 1.150 milhões de euros. O Land da Turíngia teve de arcar com as medidas de segurança para as antigas minas, um custo de vários milhões por ano. A BASF ficou exonerada desse encargo pelo acordo com a Treuhand.

O acordo com a Treuhand fez com que a BASF não precisasse de ter medo da “concorrência”. No dia 31 de Dezembro, o encerramento da mina foi efectuado com a aprovação da Comissão Europeia. Segundo avaliações feitas, encontram-se ainda no Noroeste da Turíngia jazidas de 178 milhões de toneladas de sais de potassa. A destruição capitalista das forças produtivas e dos meios de produção manifesta-se, neste caso, em todo o seu esplendor: o vazamento de uma substância alcalina nas jazidas de Bischofferode tornou inutilizáveis os sais de potassa avaliados em 3.500 milhões.

Tendo o processo principiado no Ocidente já em finais dos anos setenta (no Ruhr e no Sarre...) e continuado, graças à Treuhand, a Leste, onde se lançou numa pilhagem sem precedentes da propriedade social, o capitalismo, amparado nas leis Hartz do governo Schröder e com a colaboração dos “parceiros sociais”, deu azo a um desemprego de massas que abrangia quase 5 milhões de pessoas em 2005. O imperialismo em apodrecimento destrói as bases da produção e é incapaz de satisfazer qualquer reivindicação social.

A burguesia, os aparelhos da social-democracia e os estalinistas recauchutados bloqueiam a unidade social

Muito embora não represente actualmente uma palavra de ordem de luta da classe operária e da juventude, a palavra de ordem de Assembleia Constituinte nada perdeu da sua importância. Ocupa o seu lugar na luta pela instauração da unidade social, da revolução social que enterre o sistema de propriedade privada dos meios de produção. Após a queda do Muro, a Constituinte foi, na verdade, de novo sonegada. Foi pela via de tratados impostos, que organizaram a propriedade privada dos meios de produção, a privatização completa da propriedade social e a integração da Alemanha na NATO, que o sistema capitalista foi instituído com a ajuda dos detritos da burocracia estalinista e dos partidos satélites da “lista única”, muito em particular com a ajuda da direcção social-democrata. A destruição das forças produtivas, a submissão total da produção, dos serviços de proximidade e dos serviços públicos ao regime da propriedade privada dos meios de produção avançavam a bom ritmo — se bem que não ao mesmo ritmo — na Alemanha Ocidental e na Comunidade Europeia, quando o Muro caiu, em 1989. Tudo em conformidade com o “Acto Único Europeu” (1987) e o Tratado de Maastricht (1992).

De modo a poder avaliar a situação da classe operária alemã, que, sujeita, a Leste, à matraca estalinista, não tinha, durante quarenta anos, podido dispor de qualquer organização independente e que, após 1989, podendo organizar-se com a parte alemã ocidental da classe operária em sindicatos comuns, foi, contudo, brutalmente repelida pelo aparelho social-democrata dirigido por Lafontaine, é importante referir uma posição enunciada nas “Notas preparatórias ao Conselho Geral da IVª Internacional — Revolução Política e Revolução Social na ex-URSS”, que o camarada Daniel Gluckstein formulou por ocasião da reunião do Conselho Geral, em Janeiro de 2004. Escreveu ele:

“*A classe não deixa de ser a classe. Ainda quando lhe é recusada toda e qualquer forma de organização, ela procurará, apesar de tudo, movida pelas leis próprias da luta de classes, os caminhos de organização que a elevem de “classe em si” a “classe para si”.*”⁽¹³⁾

“*A classe não deixa de ser a classe. Ainda quando lhe é recusada toda e qualquer forma de organização*”. Esta realidade manifestou-se na Alemanha em 1989, quando o movimento da classe operária alemã começou a Leste, onde, precisamente, lhe era interdita toda e qualquer forma de organização política e sindical independente, alastrou a toda a Alemanha, fez cair o Muro e pôs termo à divisão do país.

A luta pela realização da unidade social, pela fusão das conquistas ao mais alto nível, pela revolução social que ponha termo ao sistema da propriedade privada dos meios de produção, não terminou.

A tentativa da classe operária de recuperar o SPD como o seu partido ao nível de toda a Alemanha é combatida pela direcção, que recorreu a todos os meios, incluindo destruir o partido. Desde essa altura, o papel

⁽¹²⁾ Revista *Mitbestimmung* 10/2010.

⁽¹³⁾ “*Revolução Política e Revolução Social*”, in *La Vérité*, Fevereiro de 2004.

do SPD nas eleições na Saxónia e na Turíngia reduziu-se ao de um partido “abaixo de 10%”.

É na direcção Lafontaine do SPD que esta evolução tem a sua origem. Por outro lado, os velhos militantes que tinham conhecido o SPD dos anos 1945-46 trabalhavam pela sua reconstrução. “São eles que, em Berlim, tentam entrar em contacto directo com a direcção do partido em Berlim Ocidental e são rejeitados. Na realidade, no Leste, apesar da falta de meios e de organização central, o SPD começa-se a reconstruir rapidamente contra a vontade da direcção nacional da social-democracia alemã.”¹⁴⁾

Este processo está hoje concluído. A classe operária viu-se confrontada com uma direcção que reconhecia o governo Krenz e rejeitava os trabalhadores do Leste e do Ocidente que procuravam fazer do SPD o seu instrumento. Dando, assim, a Kohl a margem de manobra que lhe permitiu apresentar-se como campeão da reunificação e dando a Kohl, representante do imperialismo alemão, toda a latitude para o novo papel que lhe coube desempenhar, e ao vacilante governo do SED o seu apoio na restauração da propriedade privada dos meios de produção. A decisão que impôs a Lei da Treuhänd, que iria devastar a Alemanha Oriental, foi, com efeito, tomada em comum pelo SED/PDS e pelo governo Kohl. O SPD, único partido que escapava ao sistema de dominação do estalinismo, entrou no “governo de responsabilidade nacional” em 28 de Janeiro de 1990, de concerto com os partidos-fantoches da “Frente Nacional” (CDU-Este, FDP-Este, etc.), que assumiram um papel central no desmantelamento da propriedade social, apoiados pelo SPD-Este, fiel à direcção Lafontaine.

Primeiro foi esta linha seguida pela direcção Lafontaine, depois a política da Agenda de Schröder, com as medidas Hartz e a pauperização crescente. As cidades com maiores taxas de desemprego encontram-se no Ruhr, seguidas pelo porto de Bremerhaven. A Leste, a taxa de desemprego, com um nível oficial de 7,1%, é globalmente dois pontos percentuais superior à da Alemanha Ocidental. O desemprego dos jovens mantém-se, apesar da migração massiva de quase 3,7 milhões de jovens da Alemanha de Leste para a Alemanha Ocidental, reflexo da ausência de perspectivas para a juventude do Leste. O salário médio dos trabalhadores da Alemanha Oriental eleva-se a 80% do “salário ocidental”. O número oficial da pobreza baixa ligeiramente a Leste, ao passo que sobe nitidamente a Oeste. As destruições a Leste deram origem, sem surpresa, às destruições das conquistas a Ocidente. É a única forma de harmonização que a burguesia é capaz de realizar, com a ajuda da direcção do SPD. A Alemanha continua a ser atravessada por uma fronteira. Tirando o Ruhr, onde a destruição da indústria começou muito cedo, marcam essa fronteira indicadores como os salários, as pensões, as aposentações, a pobreza e o desemprego. A linha de fronteira segue a que dividia a Alemanha e, portanto, a sua população laboriosa e a sua juventude até 1989. Esta fronteira, que se mantém, fazia parte da que separava a Europa em duas: Este e Oeste, Comunidade Europeia e COMECON, NATO e Pacto de Varsóvia...

Porque se mantém ainda hoje esta fronteira, após a adesão dos Estados da Europa de Leste primeiro à NATO, por ordem do imperialismo americano, e depois à Comunidade Europeia / União Europeia?

A divisão da Alemanha e da Europa traça uma fronteira, interna ao sistema de propriedade privada dos meios de produção e, portanto, do capitalismo, que deixa a Leste um grau mais elevado de destruição dos direitos e regalias adquiridos, de privatizações generalizadas, de desregulamentação maciça e um número muito mais elevado de assalariados precários. Tal é o preço que a população da ex-RDA e de toda a Europa de Leste teve que pagar pela privatização da propriedade social e pela instauração do sistema de propriedade privada. As massas foram espoliadas pelos “colonizadores”, nisso zelosamente acolitados pelos resíduos da burocracia putrescente que esperavam por um lugar debaixo da mesa do banquete de onde lhes deitassem de tempos a tempos alguma migalha. O que ficou, foram constelações mafiosas saídas dos detritos da nomenklatura, que têm licença, sob o olhar do FMI, do Banco Mundial e da UE, para ocupar um lugar de agência directa da pilhagem e da opressão da classe laboriosa.

Sob a dominação do estalinismo, a casta burocrática parasitária expulsou a classe operária da direcção da economia socializada. A nomenklatura assim constituída, agência indirecta do capital financeiro na vida económica do seu próprio país, continua lá, no essencial, envergando agora indumentárias “sociais-democratas”, “populistas” ou de “extrema-direita”... No processo geral de privatização da economia e da propriedade social, esta nomenklatura corrupta frui os pequenos benefícios que o capital financeiro lhe concede.

Convirá acrescentar ao balanço desta pilhagem a destruição das conquistas da economia socializada, a destruição das empresas, que deu na desindustrialização, no desemprego de massas, no êxodo da juventude de regiões inteiras, na erosão dos efectivos sindicais e na ausência de uma verdadeira representação política dos trabalhadores e da juventude.

O partido *Die Linke* dá apoio local ao regime capitalista sempre que acede a postos governamentais. Apoia a “regra de ouro” dos 3% de défice e os ditames de austeridade que servem para aplicar as directivas da União Europeia. Gysi (dirigente do ex-PDS, Ndt), actual presidente da Esquerda Europeia, manifestou em 2009 a sua adesão às exigências deste regime, ao declarar, a respeito da destruição da produção na Opel:

“Somos contra uma VEB Opel (VEB eram as empresas de propriedade social na RDA). Não só as experiências acumuladas na RDA, mas também na RFA, provam a nocividade da propriedade nacionalizada na indústria e nos serviços.” Assim, o administrador da sucessão ao regime estalinista da RDA faz-se, com base na sua pretensa experiência, campeão da oposição à expropriação dos grandes grupos.

Realizou-se em 9 de Novembro de 2019, na cidade de Gotha, na Turíngia, um encontro de militantes e trabalhadores de várias tendências do movimento operário. Foram convidados militantes da Europa de Leste e da Europa Ocidental.

A decisão de fazer esta reunião não teve unicamente que ver com o 30º aniversário da queda do Muro de Berlim. Resultou, antes de mais, da situação da classe operária na Europa. Não confundimos, nisto, Europa com o quadro da União Europeia, uma vez mais rejeitado nas eleições europeias de 26 de Maio.

¹⁴⁾ F. Forgue, op. cit.

● DOSSIÊ

Os trabalhadores e militantes que prepararam o encontro de 9 de Novembro fizeram o seu balanço a partir das suas experiências e bases políticas respectivas e desenvolveram, desse modo, as suas perspectivas para as lutas que se anunciam.

A IVª Internacional e a luta pela unidade da Alemanha

O combate dos trotskistas na Alemanha está indissociavelmente vinculado ao combate pela unidade da Alemanha. O grupo *Internationale Arbeiterkorrespondenz* (IAK) considerava, desde que se iniciou a publicação do jornal do mesmo nome, em 1965, em oposição, nomeadamente, aos pablistas, que a luta que travava pela construção do partido revolucionário na Alemanha era parte integrante da luta pela reconstrução da IVª Internacional. Em Maio de 1967, escrevíamos, no nº 5 da IAK, que a penetração do capital nos países de Leste europeu significava, no que à Alemanha dizia respeito, empurrar o regime de Ulbricht para os braços da Alemanha Ocidental: “A burguesia alemã quer acabar com as conquistas socialistas na Alemanha de Leste. É dessa maneira que ela concebe a unificação. Por isso, a pressão que pesa sobre o regime de Ulbricht é tanto mais forte, quanto a questão está ligada à da unidade da Alemanha. A verdade é que nem a burocracia da Alemanha de Leste nem os capitalistas oeste-alemães querem a unidade da Alemanha, pois esta implica a unidade da classe operária alemã, que considera tão inaceitável o regime de Ulbricht como o capitalismo alemão ocidental.”

Hoje, os camaradas do CORQI na Alemanha lutam lado a lado com os militantes de várias origens do movimento operário por uma política operária e um governo operário. É no contexto deste combate que se suscita a questão do agrupamento de militantes e quadros na linha da constituição de um partido operário. Nesta ordem de ideias, uma camarada oriunda da Alemanha de Leste disse, dirigindo-se, em 2016, à Conferência das secções do CORQI, em Turim: “Em 1989, conseguimos que fosse resolvida a questão política, portanto a questão da unidade alemã. No entanto, a seguir à questão política, havia a questão social. Não existir nenhuma organização independente representou, desde o princípio, um problema gravíssimo. Na época, tentámos fazer do SPD essa organização independente, muitos entraram nele, muitos se dirigiram para ele. Não demorou, contudo, a perceber-se que não era o SPD. Muito pelo contrário, ele até se recusou abertamente, pela voz de Lafontaine, a dirigir as massas nas questões políticas e sociais. Lafontaine disse então que a unidade alemã tinha acontecido cedo demais. Em consequência disso, foram os partidos burgueses que ganharam. Não obstante, em 1991 houve outra vez grandes manifestações de massas, pois, no decurso de uma incrível vaga de expropriações operadas pela Treuhand em nome do governo federal, as pessoas viram-se despojadas dos seus meios de subsistência. Nessa altura, as massas recorreram aos sindicatos, mas também estes se recusaram a exercer

o seu papel de direcção. Acabámos, assim, por ter uma revolução de 1989 inacabada. Faltou-nos a organização independente. Por isso me alegro que tenhamos esta orientação (a da construção do partido revolucionário)”. A camarada vincava que nos encontramos numa etapa em que as massas procuram organizações independentes “por os seus meios de subsistência estarem ameaçados pela guerra e pelas privatizações.”⁽¹⁵⁾

Em Outubro de 2019, os militantes da secção alemã do CORQI apresentaram para discussão um documento preparatório da sua conferência de fundação. Os membros da secção faziam, nele, a seguinte pergunta: “Quais são as formas transitórias para a construção do partido revolucionário, através das quais seja possível agrupar militantes e quadros em volta de uma linha de política operária independente, de governo operário? Na Alemanha de Leste, como na Alemanha Ocidental, as massas deixaram de se considerar representadas pela política da direcção do SPD. Como se há-de ajudar os trabalhadores a agruparem-se por si mesmos politicamente, a formarem núcleos independentes com a linha do partido operário independente?”

⁽¹⁵⁾ Ver o nº 1 d’A Internacional, Março de 2016, p. 57.



É claro que não se poderá prestar essa ajuda sem construir a organização trotskista. Entendemos, por conseguinte, estar a ajudar o proletariado a cumprir a sua missão histórica, que consiste em pôr cobro à propriedade privada dos meios de produção e pôr no seu lugar uma sociedade socialista (...). A construção de um partido revolucionário, tal como, evidentemente, a de uma organização trotskista, é do foro do desenvolvimento da luta de classes no seu conjunto. Assenta na luta de classes, mas não é seu resultado automático. A construção da organização trotskista é uma tarefa internacional e o resultado de uma acção consciente dos revolucionários, amparando-se nas experiências revolucionárias da classe operária e no seu acervo programático. Sem as bases programáticas da IV^a Internacional, sem o Programa de Transição, não haverá organização nem internacional trotskista e, inversamente, sem luta pela Internacional e pelas suas secções, o programa é supérfluo.

Por isso vincamos com firmeza que, 'sejam quais forem as circunstâncias, tome a nossa construção, em cada país, a forma que tomar, um órgão de expressão trotskista é sempre um princípio absoluto, que não tolera excepção'⁽¹⁶⁾. Com a publicação da IAK (Correspondência Internacional dos Trabalhadores), esboçámos os primeiros passos nesta di-

recção. É necessário fazer um balanço, como é necessário responder à seguinte pergunta: como havemos de ganhar forças para a organização através desse órgão? Como havemos de fazer desse órgão um produto colectivo da secção e como há-de ele poder tornar-se num órgão em que os quadros discutam das questões da luta de classes, do marxismo, do programa, do socialismo e da construção da IV^a Internacional? Exactamente enquanto "Correspondência", enquanto órgão de intercâmbio dos quadros, segundo a fórmula adoptada pelos camaradas em Junho de 1965, na primeira edição da IAK.

A tarefa central desta "Correspondência" é a de fazer o balanço dos trinta anos e dos acontecimentos políticos que se sucederam à queda do Muro, de modo a preparar-nos para os combates que estão por diante. Queremos construir-nos como secção do CORQI na Alemanha, e é com esse objectivo que propomos à discussão dos militantes e quadros os problemas da luta de classes e as suas soluções na perspectiva da revolução social." ●

M. Schumacher e M. Heinrich
30 de Outubro de 2019



“O povo somos nós”, manifestação contra a lei Hartz, 4 de Setembro de 2004

⁽¹⁶⁾ Pierre Lambert, 1984: “Alguns problemas da reconstrução da IV^a Internacional e da construção das suas secções na situação actual”.

● DOSSIÊ

Resolução política adoptada pelo 34º Congresso do Partido Comunista Internacionalista (PCI), secção francesa da IVª Internacional (11 de Novembro de 1989)

Dois dias após a queda do Muro de Berlim, reunia-se o 34º Congresso do PCI, secção francesa da IVª Internacional (Centro Internacional de Reconstrução). O congresso adoptou a resolução abaixo reproduzida, redigida por Pierre Lambert. A resolução realça o lugar que a revolução política na Alemanha de Leste ocupa no desenvolvimento internacional e revolucionário da luta de classes.

1) *As contradições das relações internacionais e das relações entre as classes revelam-se com força sem precedentes nas explosões revolucionárias que se dão, a vários níveis, à escala mundial e em todos os continentes através de um desenvolvimento cujo factor dominante é o ascenso do movimento revolucionário das massas. As explosões na Birmânia e na China, na Alemanha e na URSS, na Polónia e no Brasil, na África do Sul e na Venezuela, tal como a resistência da revolução nicaraguense à contra-revolução apoiada pelo imperialismo americano confirmam a caracterização da situação mundial como situação de iminência da revolução. Período histórico analisado como abrangendo um período longo, em que a marcha da revolução experimentalmente altos e baixos. Poderá parecer que a Europa capitalista se viu até agora poupada: a gigantesca explosão social na Alemanha de Leste revela as contradições que ainda estavam relativamente es-*

condidas, abalando todo o equilíbrio mundial. Os movimentos em curso na Alemanha de Leste, dirigidos contra a burocracia de Leste, abalam a Alemanha Ocidental capitalista, que é uma sociedade de classes. Não é possível prever nem determinar inteiramente a sucessão de todas as etapas que aí vêm. O ascenso da revolução na Alemanha decorre de um processo global de relações internas e internacionais e de intensas contradições. O que é certo é que foi aos milhões que os operários de Berlim Ocidental acorreram a saudar os milhares de trabalhadores do Leste. Não se esqueça, todavia, que a classe operária e os povos oprimidos, incluindo a classe operária alemã, têm conhecido e conhecerão decerto quanto baste de desilusões, perfídias e traições.

2) *Aquilo a que estamos assistindo é ao desabar do equilíbrio mundial erigido em Ialta, destabilizando tanto o equilíbrio dos países onde a propriedade privada fora expropriada como o equilíbrio de todo o sistema capitalista na Alemanha, na Europa e no mundo. Ao equilíbrio de Ialta, liquidado pela realidade dos factos, sucederá uma situação em que se desenvolverão movimentos antagónicos entre revolução e contra-revolução, que a burocracia e o imperialismo não conseguirão resolver. Em Ialta edificou-se um equilíbrio mundial entre as classes baseado na contenção duma vaga revolucionária por um sistema de conquistas sociais arrancadas ao imperialismo pelo proletariado e pelos povos oprimidos, assim como das conquistas arrancadas pela expropriação, revoluções deformadas. Foi nesta situação que, com Ialta, o imperialismo manteve em equilíbrio os mecanismos do sistema de propriedade privada dos grandes meios de produção graças à burocracia do Kremlin e suas agências nacionais e aos aparelhos dos partidos sociais-democratas, que conseguiram manter a classe operária na moldura do equilíbrio burguês.*

3) *Quando de toda a parte ressoa a afirmação do falhanço do marxismo, o que é verdade é que toda a situação económica mundial condena as falaciosas teorias do socialismo num só país. A situação mundial como um todo confirma que, constituído o mercado mundial edificado pelo capitalismo, as forças produtivas abafam no espartilho da propriedade privada e dos Estados. Confirmam-se as análises marxistas de Trotsky e da IVª Internacional. A economia dos países em que o capitalismo foi expropriado vive na dependência do mercado mundial, “ao qual estamos subordinados, ao qual estamos ligados e do qual ninguém pode arrancar-se” (Lenine). O resultado final da gestão burocrática da economia pela casta privilegiada é o caos. Não é o marxismo que está ultrapassado, são as teorias falaciosas do “socialismo num só país”, da coexistência pacífica e dos pretensos países socialistas. A decomposição de todo o sistema mundial do imperialismo sob a égide do FMI e da CEE arrasta todos os países, mesmo os países avançados, para a mais extraordinária destruição das forças produtivas. Nos países atrasados, com a exigência do pagamento da dívida externa, o imperialismo envereda por um processo de recolonização. Os elementos de restauração da propriedade privada dos grandes meios de produção na URSS, na China e*

nos países de Leste, acrescentando-se à gestão castrófica da burocracia, arrastam a economia destes países para um desastre sem precedentes.

A penetração do capital financeiro, a restauração da propriedade privada dos grandes meios de produção acarretariam relações de tipo colonial, com todas as suas desastrosas consequências. O sistema da propriedade privada e o de propriedade social coexistiram durante dezenas de anos. A marcha da luta de classes demonstra que, historicamente, as duas formas de propriedade não podem coexistir. Recordamos que, no seu discurso ao último congresso a que assistiu, Lenine declarou, em substância, que algumas dezenas de anos contam na vida de um homem, mas à escala da história são uma mera gota de água. É a esta última escala que continuamos a contemplar a crise da civilização humana, que só pode ser resolvida solucionando os problemas suscitados pela crise de direcção revolucionária do proletariado.

4) Por trás das receosas declarações de todos os homens políticos de toda a espécie sobre a necessária unidade da Europa, com todos os governos, seja qual for a sua cor política, a tentarem organizar o mercado único de 1992, a mais aguda e feroz concorrência vai tornando a luta entre os Estados extremamente agreste. É um dado a levar em linha de conta, ao avaliar o abalo sofrido pelo equilíbrio europeu edificado em Ialta. As fundações da economia mundial são abanadas pela especulação: “dos 400 mil milhões de dólares que circulam cada dia nas praças financeiras, só 12 mil milhões servem para liquidar transacções comerciais” (Maurice Allais, economista burguês). O que confirma que estamos assistindo à destruição das fundações mesmas da economia mundial. Confirmando isto que aos governos capitalistas não é possível realizar a verdadeira unidade económica e política da Europa. Eles não podem fazer mais do que compromissos parciais e meias medidas, que, tendo embora a sua importância na luta de classes, não podem consumir uma Europa económica e politicamente unida.

5) O capitalismo entrou na fase em que a acção destrutiva advinda da manutenção do sistema da propriedade privada dos grandes meios de produção mina as conquistas sociais arrancadas pelo proletariado. O imperialismo, assustado com a crise revolucionária mundial que surgiu da segunda guerra imperialista, teve que conceder reformas: indubitavelmente, o capitalismo, enquanto não morrer, conhecerá flutuações, mas estas flutuações ascendentes e descendentes reforçam o parasitismo do seu sistema, de que a especulação é o reflexo. São flutuações apenas superficiais (conquanto importantes para a luta de classes), todavia contra um fundo de destruição crescente das forças produtivas, minando a economia mundial. Nesta situação, agravada pela feroz concorrência a que os Estados se entregam, os governos burgueses de todas as cores políticas, estribando-se nos partidos da IIª Internacional e nos PCs, não vêem outra saída a não ser a intensificação da exploração e do desem-

prego e a redução do poder de compra. Com a marcha para a restauração capitalista na URSS e nos países onde a propriedade privada fora expropriada, o aumento da exploração, com a ajuda da intervenção directa do FMI, seria sem precedentes, como o demonstram a Hungria, a Iugoslávia e a Polónia. Na prática, assistimos a uma ofensiva que, em todos os países, se reflecte na imposição da flexibilidade, da precariedade e do desemprego. Contra esta política, nós apoiamo-nos na resistência da classe operária, factor central que impede os governos de instaurar uma verdadeira estabilidade nas relações mundiais entre as classes. Apesar dos obstáculos que se erguem no caminho do movimento emancipador, os factores da revolução vão-se desenvolvendo. A primeira de tais causas é o desabamento do equilíbrio de Ialta. A segunda, a crise de direcção da classe burguesa, de que faz parte a crise da burocracia, factor de mobilização independente da classe operária. A terceira é o desenvolvimento da luta das nacionalidades oprimidas. Tudo isto condiciona a materialização da unidade mundial da luta de classes.

6) O movimento revolucionário da classe operária alemã que hoje se afirma na revolução política na Alemanha de Leste evoca com veemência a necessidade de avançar com a palavra de ordem dos Estados Unidos Socialistas da Europa contra a Europa do capital, contra os planos do FMI, contra a perestroika restauracionista. No que concerne à Alemanha, a palavra de ordem de Estados Unidos Socialistas da Europa ganha um lugar ainda mais central, quando o equilíbrio de Ialta desaba, acarretando forçosamente uma crise decisiva nos países de Leste e na Europa dos Doze. Combatemos sempre pela unidade da Alemanha. Hoje, a unidade alemã, combinando o combate da secção do proletariado alemão ocidental, com as suas conquistas arrancadas ao imperialismo, com o da secção do proletariado alemão da Alemanha de Leste, onde a expropriação do capital ocorreu, em presta toda a sua força às palavras de ordem:

— direito do povo alemão a restaurar a sua unidade nacional;

— um só proletariado alemão, secção do proletariado mundial, uma só nação alemã;

— liquidação dos sindicatos oficiais na Alemanha de Leste, direito a organizações sindicais independentes, uma só DGB em toda a Alemanha;

— eleições livres em toda a Alemanha;

— Constituinte;

— reconhecimento dos partidos no sector oriental da nação alemã;

— governo de unidade dos trabalhadores e das organizações, concretizando-se agora na palavra de ordem: governo SPD da Alemanha unificada. ●

Novembro de 1989

(La Vérité, nº 60-61, especial Pierre Lambert,

Março de 2008).

● DOSSIÊ

Testemunho

“Como vivi Novembro de 1989 na Turíngia e como a luta dos trabalhadores se apresentava na RDA antes de 1989”

**K.S., operário da Alemanha de Leste,
testemunha dos acontecimentos**

A SUBLEVAÇÃO DE 17 DE JUNHO DE 1953 dos trabalhadores da RDA em luta contra o regime do SED, que queria impor, sem alteração de salário, um aumento das normas de trabalho, foi sangrentamente esmagada, com o apoio de tropas soviéticas. Ora, esta batalha nunca era tratada, nem nas escolas, nem nas instituições, nem nas publicações da RDA. O que na altura nos contavam era que por trás dela estavam revanchistas, agentes do Ocidente que queriam destruir o socialismo em construção. A doutrina estalinista foi levada à prática com toda a violência possível.

Não obstante, o Comité Central do SED tirou dela as suas próprias “lições”. Para impedir que se reacendessem lutas operárias, a FDGB (sindicato único na RDA, NdT) foi integrada no regime do SED, e os trabalhadores divididos entre membros do SED, por um lado, e sem-partido, por outro. Integrados à força em brigadas e colectivos “socialistas”, trabalhavam mais arduamente do que nunca. Todos eram envolvidos na emulação socialista pela realização dos planos anuais decididos pelo Comité Central e pelos congressos do SED.

Quem decidia, com os secretários do partido, o funcionamento das empresas, eram as secções de empresa do SED. Eram eles que mandavam e tinham a competência legal, não os directores. Todo o sistema era estratificado em diversas organizações e comissões que actuavam localmente (secções de empresa e de sector do partido, direcções sindicais de empresa e sectoriais, comissão de conflitos e permanentes de grupo).

Estes últimos compunham-se de representantes do pessoal, dos responsáveis culturais, da segurança social, da segurança no trabalho, das organizações desportivas e das comissões de conflitos. Nos colectivos intervinham os representantes do pessoal eleitos pelo colectivo. Não ouvi, nessa altura, falar de greves na Turíngia.

Os trabalhadores continuavam, bem entendido, a tentar dar vencimento aos seus direitos. Um dos instrumentos de que dispunham era o Código do Trabalho da RDA. Em todos os estágios de formação mensais que eram uma obrigação legal, o chefe do



Berlim, Novembro de 1989

colectivo citava artigos importantes. Todos os trabalhadores, altamente qualificados como operários indiferenciados, conheciam os seus direitos consagrados no Código do Trabalho e reclamavam, obviamente, a sua estrita aplicação.

Em 1989, eu trabalhava numa oficina de reparação da Reichsbahn (companhia ferroviária estatal, NdT), que, na altura, era ainda, com os seus 2.000 empregados, uma das maiores fábricas da cidade. Embora fosse sem-partido, era eu o “chefe de colectivo”, o que era pouco corrente. Uma das razões disso era que nenhum membro do SED com a qualificação de contramestre queria tomar a responsabilidade da direcção de uma instalação completamente vetusta. Devido às muitas autorizações especiais exigidas, corria-se sempre o risco, como responsável, de ir parar à prisão. Por isso o facto de eu não pertencer ao partido não era um problema, embora eu estivesse no centro da empresa, num sector classificado como de alta segurança. O sector estava constantemente na mira quer do “oficial local” membro da Stasi quer da direcção do partido e do sindicato. Sobretudo quando um acidente técnico originava uma avaria, partia-se sempre, *a priori*, do princípio que a causa era sabotagem.

O ano de 1989 foi dominado pelo 40º aniversário da RDA, pelas recentes eleições municipais e pelas eleições para as direcções sindicais de empresa. Foi também, todavia, um momento de renovação e de agitação, quando a fronteira húngara foi aberta e milhares de trabalhadores se foram embora para a RFA, passando pela embaixada em Praga. Ainda



tenho bem presente na memória como desfilámos sem autorização, uma cinquentena de manifestantes, da praça do Mercado pela cidade. A Stasi filmou-nos de uma loja não ocupada e, na manhã seguinte, os secretários do partido de todas as empresas locais foram convocados para fazerem a identificação.

Comecei por me orientar para o *Demokratischer Aufbruch* (Renovação Democrática), mas depressa percebi que ele defendia as ideias da burguesia. Era dirigido contra os nossos interesses. Eu estava preocupado com o futuro dos 2.000 empregados no caso de as coisas virarem. Eu lutava por uma RDA melhor, sem as mentiras, associada à liberdade de expressão e de circulação. Logo em Outubro-Novembro de 1989, havia colegas de trabalho que discutiam sobre se haviam de aderir ao novo partido, o SDP (Partido Social-Democrata da RDA, Ndp), fundado em Swante, ao pé de Berlim. Entretanto havia nessa época centenas de milhares de pessoas a concentrarem-se em manifestações às Segundas-feiras nas praças de Leipzig, Berlim, Dresden, Halle, mas também noutras cidades da RDA, pela liberdade e pelos direitos humanos. No dia 9 de Novembro, foi a queda do Muro. O nosso grupo de empresa depressa percebeu que era preciso tomar a iniciativa de medidas inovadoras de imediato e globalmente, se fosse preciso indo para a rua, não deixando as mãos livres à Igreja e às forças burguesas. As condições eram as melhores em todo o país: a desconfiança para com o SED e os partidos do Bloco (partidos satélites que existiam na RDA, fazendo parte da lista única às eleições, dita lista do Bloco) estava profundamente

arraigada, a perda de confiança era geral. Nessa época, a minha ideia era que, em todas as empresas da RDA, era principalmente a classe operária que era a classe produtora e que, por isso, ela devia passar enfim a ser a classe que exerce o poder. É por isso que me bato ainda hoje. Era para isso que a classe operária precisava de um sindicato livre, independente. Era preciso mudar, e já.

As direcções do partido e do sindicato da nossa empresa foram, conseqüentemente, obrigadas a demitir-se. Exigimos, então, nós, trabalhadores, com coragem e resolução, uma mudança profunda na empresa e na base. Organizámos a primeira greve por melhores condições de trabalho na empresa. Entre Agosto de 1989 e Abril de 1990, 51,5% das greves da RDA deram-se na Turíngia.

Além disso, fundámos o SPD da nossa cidade logo em Dezembro de 1989, sem obter nenhum apoio da direcção do SPD, que levantou obstáculos, não só ao proibir a utilização do nome do partido, mas ao arvorar-se Oskar Lafontaine em adversário determinado da mudança na RDA e da unidade alemã. As direcções do SPD e do sindicato não se opuseram à Treuhand e às suas privatizações de empresas e serviços públicos. Nem sequer intercederam pelos seus direitos sobre os bens pertencentes ao sindicato, conquistas dos trabalhadores. Foi tudo recuperado, mais, desbaratado, por intermédio da Treuhand ou do Ministério das Finanças de Theo Weigel. ●

Fonte: *Freie Plattform für Arbeiterpolitik*, nº 42,

18 de Outubro de 2019

Donde vem o conflito indopaquistanês

A partição, raiz da questão da Caxemira

Apresentação

O actual governo da Índia, o governo do BJP, presidido por Narendra Modi, é, sem dúvida nenhuma, um dos governos mais reaccionários que a Índia tem conhecido desde que a República Indiana se constituiu, em 1947. É um governo aliado do imperialismo americano na vontade deste de isolar a China. Na própria Índia, o governo Modi investe sem tréguas contra os direitos da classe operária, abre amplamente o país à penetração imperialista e multiplica as privatizações.

Há outro ângulo em que este governo se revela a uma luz profundamente reaccionária. O BJP é um partido hinduísta, portanto um partido que considera que só quem pratica a religião hindu merece ser plenamente reconhecido como cidadão da Índia.

Entre os acontecimentos mais recentes conta-se a decisão do governo Modi de abolir o estatuto especial do Estado indiano da Caxemira (cujo nome exacto é Estado de Jamu e Caxemira). A Índia é, recorde-se, um Estado federal. Este território do Norte da Índia, cujos habitantes praticam maioritariamente a religião muçulmana, embora contando uma proporção significativa de hindus e budistas, é reivindicado, desde a partição da Índia, em 1947, pela República Indiana e pelo Paquistão. O estatuto especial de que o Estado da Caxemira beneficiava e lhe permitia que fosse o seu parlamento a aprovar as leis que não dependiam da autoridade federal, radicava no entendimento formal da Índia de que o seu controlo sobre a Caxemira era apenas provisório, devendo ser confirmado por uma consulta à população — que, nos últimos setenta anos, nunca se fez.

Enquadra-se aí, igualmente, a decisão de retirar a cidadania a quase dois milhões de habitantes do Estado de Lassam, originários do Bangladeche ou descendentes de famílias vindas do Bangladeche. A esmagadora maioria das vítimas desta decisão é muçulmana.

A política do governo Modi visa agravar as tensões, na própria Índia, entre muçulmanos e hindus, de modo a dividir os trabalhadores e, assim, enfraquecer a resistência à sua política anti-operária.

Quanto à Caxemira, a sua existência no quadro da Índia tem sido sempre de crise permanente: o exército indiano nunca deixou de praticar sevícias brutais contra a população, em nome da luta contra os que reivindicam uma Caxemira independente ou se pronunciam pela adesão ao Paquistão.

A decisão de 5 de Agosto foi, porém, o início de uma escalada. Durante semanas, fez-se o silêncio informativo completo: sem televisão, sem jornais, ligações à internet cortadas. Prisões maciças e arbitrarias de dirigentes dos principais partidos políticos locais e de responsáveis sindicais. Hoje o governo indiano fala de “regresso à normalidade”, mas a verdade é que o país permanece em estado de sítio. É a própria Constituição indiana que está sendo comprometida (porquanto a situação especial da Caxemira procedia de um artigo da Constituição), ameaçando o carácter federal do Estado, pois qualquer Estado cujo governo se ache em contradição com o poder central está sujeito a que lhe aconteça o mesmo.

O BJP vai, assim, de encontro aos princípios que a República Indiana invocava — os princípios de “secularismo” que proclamavam o Estado independente das diversas religiões praticadas na Índia. Não convém, todavia, esquecer que a moldura dessa proclamação fora o reconhecimento e aceitação, pelo Partido do Congresso (o partido de Nehru), da partição, consumada precisamente segundo linhas religiosas. A justificação da separação da Índia e, logo, da formação do Paquistão assentava, efectivamente, no considerando de que os muçulmanos formavam uma nação com direito ao seu Estado.

Na raiz destes acontecimentos está, pois, a partição da Índia. Por este motivo voltamos a publicar, no presente número d’*A Internacional*, um artigo do camarada François Forgue consagrado à questão, originalmente publicado no n.º 31 de *La Vérité*, em Outubro de 2002.

“Q UANDO, EM 1947, se vê obrigado a deixar de exercer domínio directo sobre o que ele até então designava como “*império das Índias*”, o imperialismo britânico não o faz de bom grado. Cede, sim, ao ascenso revolucionário que se desenvolve por todo o sub-contidente, de Chittagong a Delhi, de Lahore a Madrastra, espalhando-se aos grandes centros mais industrializados e bastiões da classe operária, como Bombaim e Calcutá. O “período de transição” inicialmente previsto é abreviado. O governo britânico declara-se disposto a transferir o poder para mãos indianas “*o mais tardar em Junho de 1948*”. Será ainda mais rápido. No dia 18 de Junho de 1947, o Parlamento britânico vota a lei sobre “*a independência da Índia*”. No dia 15 de Agosto de 1947, a independência é proclamada⁽¹⁾.

O desaparecimento do “*império das Índias*” nos termos do plano traçado pelo último vice-rei, lord Mountbatten, salda-se, porém, pela constituição de dois Estados politicamente independentes: a Índia (nas fronteiras que hoje conhecemos) e o Paquistão (na altura composto pelo Paquistão Ocidental — o Paquistão dos nossos dias — e pelo Paquistão Oriental — que dará origem ao Bangladeche em 1971). Esta partição obedece, por hipótese, a linhas de separação religiosas. O Estado do Paquistão é apresentado como Estado dos muçulmanos que viviam no território do antigo império das Índias.

Na altura da partição, pouco mais de um quarto da população reunida no âmbito do que então era o império das Índias era de confissão muçulmana. Sem bem que os muçulmanos fossem maioritários em algumas províncias, não há um enclave muçulmano puro, há minorias muçulmanas maiores ou menores em todas as regiões. O conjunto que a Índia forma englobou organicamente, ao longo da história, uma componente “muçulmana”, unindo, portanto, muçulmanos e hindus. As diferentes partes geográficas, assim como as diferentes nacionalidades, não se determinam pela origem, referência religiosa ou cultural. Duas das componentes essenciais da Índia, o Panjabe e Bengala (que constituíam entidades históricas e linguísticas), compreendem muçulmanos, hindus e outros. Só a política colonial britânica dará, no início do século XX, forma institucional à separação entre hindus e muçulmanos (os dois colégios⁽²⁾). É esta política que, face ao movimento revolucionário das massas, o imperialismo britânico irá içar a outro patamar, amparando-se para tal na orientação de alguns senhores feudais e grandes burgueses muçulmanos que propagam a teoria das “duas nações” (uma nação muçulmana e uma nação “hinduísta”).

Convém realçar que, mesmo em 1940, esta posição era minoritária entre a população muçulmana. Uma conferência de partidos muçulmanos opôs-se então à noção de Estado separado, declarando-se favorável a uma “*pátria comum a todos os cidadãos, independentemente da raça e da religião*”.

A partição, que se consumou segundo os critérios religiosos acima referidos, efectuar-se-á na prática à custa de uma terrível “limpeza étnica”, para utilizar um termo actual. Rompe-se duas das componentes

essenciais da constituição da Índia e da sua história, o Panjabe — onde tem as suas raízes a minoria religiosa dos siques — e Bengala. Milhões de pessoas, hindus, siques ou muçulmanos são atirados ao caos de um êxodo trágico. Estima-se que um milhão não lhe sobreviveu...

A partição era a arma última do imperialismo para manter o seu domínio indirecto. Ainda que os acontecimentos revolucionários à saída da Segunda Guerra Mundial tivessem criado condições imprevistas, a partição tinha sido preparada de longa data. O colonialismo britânico sempre soube encontrar meios para dividir aqueles que escravizava. O movimento nacional dirigido pelos elementos da burguesia indiana (o Partido do Congresso) começou por se afirmar como força política oposta a uma primeira divisão de Bengala (divisão administrativa que separava as regiões de maioria muçulmana das outras), em 1905.

O governo britânico criou então, aceitando um sufrágio censitário restrito nas eleições locais, um “colégio duplo” (muçulmanos e não muçulmanos), medida que teve a oposição da maioria dos indianos de confissão muçulmana.

Da partição escreve Charles Bettelheim no seu livro *L’Inde indépendante*:

“*Esta partição denotava numerosas características artificiais. Ela fazia de cada um dos dois Estados Estados mais fracos do que pudera ser uma Índia unida. Toda a história dos anos que a antecederam mostra, todavia, que o governo britânico não poupou esforços para tornar a partição politicamente inevitável. Esperava, deste modo, manter mais facilmente sob o seu controlo os dois jovens Estados.*”

Neste ponto de vista, o plano do imperialismo britânico mostrou-se eficaz: provocou e continua a provocar um sofrimento imenso aos povos de toda a região. As consequências da partição manifestam-se hoje com nova acuidade no contexto da situação mundial tal como se tem entretido nos últimos anos e tal como se traduziu a seguir ao 11 de Setembro de 2001.

Em contrapartida, a realidade dos factos ocorridos desde a partição atesta o seu fracasso em relação aos objectivos que pretensamente a justificavam. Há hoje quase 120 milhões de indianos de confissão muçulmana dispersos por todos os Estados da Índia. É a constituição do Bangladeche, em 1971, reflecte a impossibilidade de manter um Estado exclusivamente baseado em critérios religiosos.

A ditadura militar paquistanesa procurou impor a Bengala a língua oficial do Paquistão Ocidental. A defesa que o povo bengali fez do seu direito a falar a sua língua esteve na origem do movimento que daria origem, em 1971, à constituição do Bangladeche independente.

Como se fez já notar, até entre os muçulmanos da Índia a posição dita das duas nações era minoritária. A Liga Muçulmana, que propugnava a necessidade de dois Estados, só se tornou poderosa nos anos de guerra, ao ser designada pelos britânicos como “interlocutor válido”, enquanto o Partido do Congresso era atirado para a ilegalidade após o levantamento de 1942⁽³⁾.

(1) O “império das Índias” foi, com efeito, até 1947, a principal possessão colonial do imperialismo britânico. O governador deste imenso território é o “vice-rei das Índias”. Lord Mountbatten será o último a exercer tal função. A Grã-Bretanha começara a estabelecer o seu domínio colonial na Índia ainda no séc. XVI. Este domínio estender-se-á a todo o país no final da primeira metade do séc. XIX.

A constituição de um movimento nacional, o Congresso Nacional Indiano, dirigido por representantes da burguesia nacional, ocorreu nas duas últimas décadas.

(2) Dois colégios eleitorais, um para os hindus, o outro para os muçulmanos, para as eleições para as assembleias provinciais instituídas pelo poder colonial.

(3) Em 1942, em plena guerra, a direcção do Partido do Congresso lança uma campanha com a palavra de ordem “*Quit India now!*” (Saíam da Índia já!) fazendo pressão sobre o imperialismo britânico para conseguir uma autonomia ampla. É ultrapassado pelas massas, que transformam esse movimento numa sublevação geral contra o imperialismo. Este responde com repressão violenta, muito facilitada pela atitude do Partido Comunista Indiano, que condena a sublevação em nome da “*unidade na guerra anti-fascista*”, deixando, deste modo, a luta pela independência nas mãos do Partido do Congresso.

● DOCUMENTO

(...) A IVª Internacional, em manifesto datado de 26 de Setembro de 1942, viu-se sozinha a saudar a luta heróica do povo indiano, dos operários e camponeses, apelando à solidariedade com eles e comparando a sua luta com a explosão da revolução russa. (...)

A traição do PC deixa o controlo do movimento nacional nas mãos do Congresso. Este aceitará a forma em que se virá a instaurar a independência da Índia. Primeiro, com a constituição de um “*governo provisório*” em 1946, a cargo do Congresso, enquanto o verdadeiro poder continua nas mãos dos britânicos, do seu exército e dos administradores. A seguir, com a recusa de qualquer assembleia eleita por sufrágio universal. Dá-se o nome de “*Assembleia Constituinte*” à instituição encarregada de controlar o executivo criado pelo Partido do Congresso. De constituinte só tem, porém, o nome.

A assembleia assim baptizada de “*Assembleia Constituinte*” compõe-se, por um lado, por 292 membros eleitos em segunda mão por assembleias legislativas provinciais. Estas assembleias foram elas próprias eleitas por sufrágio censitário em 1946 (só podendo votar um quinto da população adulta). Estava-se, portanto, perante uma construção colonial. A outra componente era constituída pelos 93 representantes dos “*Estados principescos*”. A administração britânica compreende, com efeito, no conjunto do sub-continente, além do império propriamente dito, uma série de principados, desde pequenos territórios a vastas entidades. Serão os soberanos destes territórios que, em nome da partição, irão decidir da sua integração num ou no outro Estado.

É esta a origem directa da questão da Caxemira. A Caxemira era um dos territórios principescos. Tinha a sua própria língua, o caxemir. O sultão era hindu, a maioria da população, muçulmana.

O sultão começou por optar pela independência. Ameaçado, porém, por uma insurgência, apelou para as tropas indianas, enquanto também o exército paquistanês penetrava no território da Caxemira. A primeira guerra indopaquistanesa acabou numa partilha que envolveu a ONU, que ofereceu garantias de que a população seria consultada. Nunca o seria.

A Caxemira tornou-se então no foco dos diferendos entre os dois Estados, indiano e paquistanês. Deu azo a duas guerras (1948 e 1965) e um conflito armado em 1999 (a crise dita de Kargil, aberta quando as tropas indianas descobriram, em Maio de 1999, a presença de elementos armados nos pontos altos estratégicos situados em território indiano).

A questão da Caxemira constitui apenas a parte visível do icebergue. A partição e as suas consequências implicam que os dois Estados que ela fez constituir se definem permanentemente pela sua oposição. Esta tensão entre os dois Estados, inerente à sua própria existência, tem marcado sempre as suas relações e constituído uma alavanca para dividir as massas laboriosas das cidades e dos campos e desviá-las da acção pelos seus próprios interesses, assim como maneira de levar a cabo as medidas mais reacçãoárias.

Insistimos nisto: foi face à eclosão da revolução na Índia que a partição se fez. Não foi por acaso que a partição da Índia se deu em 1947, o mesmo ano da

partição da Palestina, quando alastrava a vaga revolucionária mundial que se formara na fase final da Segunda Guerra Mundial, quando a luta dos povos pela sua emancipação desfazia os velhos impérios coloniais. O imperialismo — do mesmo passo que se amparava na burocracia estalinista e na política dos seus partidos — recorria à divisão de base religiosa ou racial. Esta foi a ideologia reacçãoária desenvolvida para justificar quer a partição da Palestina quer a da Índia. Num editorial da revista “*Quarta Internacional*”⁽⁴⁾ em que se denunciava a partilha da Palestina e se apelava à luta “*por uma Palestina unida e independente, em que as massas determinem soberanamente o seu destino, elegendo uma Assembleia Constituinte*”, estabelecia-se o nexos com os planos do imperialismo no sub-continente indiano:

“*Tal como nas Índias, a partilha mostrou ser a maneira mais eficaz de desviar já a luta das massas árabes, já o descontentamento da população laboriosa judia de uma explosão anti-imperialista para uma luta fratricida.*” A luta dos operários e camponeses da Índia, “*país colonial clássico, como a Grã-Bretanha era a metrópole clássica*” (Leão Trotsky), sempre teve importância crucial para o grande revolucionário russo e para os militantes que a ele se juntaram contra a degenerescência estalinista, primeiro, e, depois, pela constituição da IVª Internacional. Em 1930, Leão Trotsky consagrava um estudo, intitulado “*A revolução na Índia. Tarefas e perigos*”, à luta de emancipação do povo indiano e ao papel da classe operária nessa luta.

Escrevia:

“*Como nos mais antigos países burgueses, as numerosas nacionalidades existentes na Índia só se poderão fundir numa só nação através de uma revolução que as ligue cada vez mais umas às outras como um todo.*”

Na verdade, o conjunto sobre o qual a Grã-Bretanha exerce o seu domínio é não só imenso, mas geograficamente diverso. Engloba povos diferentes, por vezes reunidos sob a égide de um império, mas com experiência de desenvolvimentos próprios. Quando a Índia consegue a sua unidade política, a Constituição reconhece dezoito línguas diferentes (línguas escritas, com as suas literaturas). Solda-os a luta contra o inimigo comum, o colonialismo britânico, abrindo caminho, através da revolução, à sua fusão numa nação. Mas que revolução?

Essa revolução que se iniciou em 1942. Foi contra ela que o imperialismo, beneficiando do acordo da burguesia nacional e dos seus dirigentes políticos, levantou o obstáculo da partição. Prosseguia Trotsky: “*Ao contrário dos velhos países, a revolução na Índia é uma revolução colonial dirigida contra opressores estrangeiros. Mais, é a revolução de um país historicamente atrasado, onde a servidão feudal, as divisões em castas co-existem com os antagonismos de classe entre burguesia e proletariado, grandemente exacerbados no período mais recente.*”

(...) A necessidade de rejeitar o sistema da opressão imperialista, cujas raízes se entrelaçam profundamente com as velhas formas de exploração locais, exige um esforço revolucionário extraordinário da parte das massas indianas, dando, por si mesma, considerável impulso à luta de classes.

⁽¹⁵⁾ Editorial da revista *Quarta Internacional* (número de Novembro-Dezembro de 1947).

(...) *Se a Índia é uma componente interna do domínio da burguesia britânica, o domínio imperialista do capital britânico é um elemento constitutivo da ordem interna da Índia. Esta questão não se pode reduzir simplesmente à da expulsão de algumas dezenas de milhar de exploradores estrangeiros.*

Não é possível separá-los dos opressores internos e, quanto mais a pressão das massas se acentua, menos os opressores internos se querem separar dos opressores estrangeiros... Na Índia, a luta contra a opressão imperialista desenvolve nas massas numerosas do campesinato oprimido e semi-pauperizado a ideia de que é preciso liquidar os grandes proprietários feudais, os agentes e os intermediários, os funcionários locais e as hienas da usura. O camponês indiano quer uma distribuição "justa" da terra. É a base da democracia e é, do mesmo passo, a base da revolução democrática como um todo.

(...) *A resistência passiva dos camponeses, tal como as suas insurreições sangrentas, só se podem transformar em revolução sob a direcção de uma classe urbana, que então ascende a chefe da nação revolucionária e, após a vitória, a sede do poder revolucionário.*"

Esta perspectiva começa a encontrar uma materialização precisa em plena guerra. Como vimos, a primeira vaga da revolução é aguentada pela combinação da traição aberta do PC indiano e da repressão. Porém, logo que acaba a guerra, em Abril, a seguir à capitulação do Japão, o movimento recomeça no ponto que tinha alcançado em 1942. Uma vaga revolucionária espalha-se por toda a Índia.

No Outono de 1945, a classe operária começa logo a ocupar o primeiro plano, combinando as suas reivindicações sociais com a luta pela independência: deflagram greves em todas as grandes cidades, em Calcutá, Bombaim, Madrasta, Delhi.

Em Julho de 1946, greve geral dos correios e telegrafos, seguida pela greve dos empregados bancários e, em Agosto, dos ferroviários. Contam-se 1.960.000 grevistas em 1946, 2.215.000 em 1947.

A situação é revolucionária e estende-se a toda a Índia. Quando as massas estão em movimento e se organizam pelos seus objectivos na luta, a divisão cuidadosamente alimentada entre "muçulmanos" e "hindus" cai por terra na acção comum dos trabalhadores. O Partido do Congresso teme acima de tudo a radicalização das massas. Gandhi⁽⁵⁾ denunciou como "ímpias" as manifestações em que hindus e muçulmanos se encontraram de braço dado a apoiar os marinheiros amotinados da Royal Indian Navy⁽⁶⁾. O Partido do Congresso só pode, porém, conter o movimento de massas se elas tiverem a sensação de ter conseguido uma vitória. Pelo seu lado, o imperialismo britânico receia ver-se arrastado para uma guerra colonial à escala de um continente.

O governo inglês renuncia a manter um processo controlado de acesso à independência que demore vários anos.

Em 2 de Setembro de 1946, forma-se o "governo provisório" presidido por Nehru, mas a situação continua a deteriorar-se. A luta entre "comunidades", as rivalidades religiosas que a política britânica incentivou durante anos são directamente utilizadas contra o movimento revolucionário. Pogroms contra

os muçulmanos, represálias anti-hindus: agrava-se a ameaça de uma terrível guerra fratricida. As forças repressivas, tão lestras a disparar contra manifestações desarmadas, mostram então reacções bem lentas.

Enquanto o país escorrega para o caos, o governo britânico decide acelerar o abandono do seu domínio da Índia.

No dia 15 de Agosto de 1947, é proclamada a independência. O "governo provisório" torna-se no governo nacional da Índia. O Partido do Congresso dirige o primeiro governo da Índia independente. Simultaneamente, dá-se a partição, nas condições recordadas mais acima.

A IVª Internacional, que fora a única organização a apelar à solidariedade internacional com a revolução indiana, mormente na Inglaterra e nos Estados Unidos⁽⁷⁾, combateu com igual clareza a partição, que condenou de imediato, como fizera quanto à da Palestina.

Assim, o número de 24 de Maio de 1947 do *New Spark*, órgão da secção da IVª Internacional na Índia, escrevia:

"É mais do que tempo de denunciar abertamente este plano de rompimento da Índia... A partilha da Índia segundo comunidades religiosas é um acto regressivo irreparável. Querer rachar os órgãos vitais das nacionalidades cristalizadas nas Índias é tão criminoso como exigir o povoamento do Paquistão pela transferência de populações. A exigência do Congresso de partição do Panjabe e de Bengala foi achada muito subtil e foi aplaudida. O facto é que esta reivindicação é ultra-reaccionária. O comunismo hindu não pode ser o antídoto do comunismo muçulmano. Panjabe unido e Bengala unido numa Índia unificada, eis a única via progressiva a seguir. Tal como é apresentado este projecto, o princípio do direito das nacionalidades à autodeterminação é violado por todos os lados: nem serve a autodeterminação da Índia no seu todo nem serve a autodeterminação das nacionalidades que a constituem.

Os tumultos entre comunidades que actualmente assolam a Índia são o resultado inevitável de um esforço de cúpula para resolver o problema da Índia, sem falar com as massas e por cima delas. Os problemas, urgentes para a Índia, da libertação nacional, da abolição da propriedade fundiária e da liquidação dos Estados feudais só podem ser verdadeiramente resolvidos pela luta revolucionária das massas. A revolução é, tal como um parto, um processo natural. A tentativa de apagá-la causará graves complicações. A revolução nas Índias atrasou-se, não se desenvolveu em 1942 por diversas razões. As dores do seu parto, de novo sentidas na revolta da Royal Indian Navy, foram, na prática, abafadas através de uma intervenção artificial. O problema da Índia, que compreende uma herança de vários séculos de opressão, não poder ser resolvido por um alfaite burocrático. Seja qual for o plano britânico definitivo, ele só pode vir complicar a situação, semear o germe da discórdia e de futuras desordens. O problema da Índia só pode ser resolvido pela intervenção das massas."

Uma vez a partição brutalmente consumada — tentara-se justificar a pressa com que se consumara o despedaçamento da Índia pela necessidade de parar

⁽⁵⁾ Gandhi (1869-1948) é um dos principais dirigentes do Partido do Congresso. Preconiza o respeito pelas "tradições indianas", nomeadamente o sistema de castas. Nehru (1884-1964), outro dirigente do Partido do Congresso, encabeçou o primeiro governo indiano depois da independência, representando a face modernista da mesma política, que buscava um acordo com o imperialismo.

⁽⁶⁾ Marinha de Guerra Indiana, componente da marinha britânica.

⁽⁷⁾ Já que, em ambos os países, existia a possibilidade — se bem que coarctada pela censura — de se exprimir legalmente na imprensa sobre a revolução indiana. Não se esqueça, no entanto, que, no caso da França ocupada, o jornal clandestino dos trotskistas franceses, *La Vérité*, manifestará a sua solidariedade com a luta dos trabalhadores e do povo indiano.

● DOCUMENTO

>>> os massacres, quando ele levou a massacres ainda maiores — , a secção da IVª Internacional não aceitou o facto consumado, nem o qualificou de “inevitável”. Bem pelo contrário, abriu uma perspectiva que permitia superar a divisão, resolver democraticamente o problema da Índia. (...)

A posição da IVª Internacional cortava com todas as que aceitavam a partição. Cortava, porque partia dos interesses dos trabalhadores de todo o sub-contidente, independentemente das diferenças de origem, língua e religião.

Passou-se, entretanto, mais de meio século. A situação internacional em que se enquadram os acontecimentos que se desenvolvem no sub-contidente é profundamente diferente da que prevalecia em 1947. Os Estados directamente saídos da partição, a Índia e o Paquistão, e os outros Estados que se constituíram no sub-contidente, o Bangladeche e o Sri Lanka, conheceram uma história e etapas diferentes nas suas relações com o imperialismo e entre si. A classe operária tem lutado pelos seus direitos no âmbito de cada um dos Estados, fez inscrever conquistas, garantias e limitações à exploração na legislação de cada país.

Nenhum dos problemas que se punham em 1945-1947 ficou resolvido com a divisão em Estados segundo critérios religiosos, assim nos Estados directamente saídos da partição, mas também em todo o sub-contidente.

Neste sentido, as questões levantadas pelos que se opunham à partição nada perderam da sua validade no novo contexto. Como podem os povos do sub-contidente unir-se na luta contra os seus inimigos

comuns?

(...) A defesa das reivindicações dos trabalhadores, na Índia como no Paquistão, a defesa de uma política independente da classe operária, a defesa da democracia, começam pela luta contra a guerra e pela paz. Tanto maior importância assume a condenação conjunta da política belicista dos respectivos governos por sindicalistas paquistaneses e indianos filiados em diferentes organizações, o seu apelo conjunto à paz e ao estabelecimento de relações fraternas entre os povos do sub-contidente. É a primeira condição para uma resistência que oponha uma barragem eficaz aos planos de ingerência, destruição e esfacelamento do imperialismo.

A acção para superar as consequências da partição, portanto para avançar rumo ao estabelecimento de relações livremente decididas por povos livres, decorre da resistência comum dos operários e camponeses de todo o sub-contidente, da sua recusa prática do futuro de ruína que o Afeganistão lhes apresenta, da sua luta contra a dominação imperialista, reflexo directo do sistema assente na propriedade privada dos meios de produção.

Só os povos soberanos podem determinar democraticamente as formas e condições da sua unidade, partindo dos seus interesses comuns — contrários à dominação imperialista e à exploração capitalista — , recusando divisões contrárias a esses interesses comuns em nome da religião, língua ou origem. ●

**François de Massot (nº 31 de *La Vérité*,
Outubro de 2002)**

Defesa do Trotskismo

No dia 10 de Outubro de 2019, o semanário francês *Informations ouvrières*, órgão da CCI e do seu grupo internacional, publicou um documento intitulado: “*Os advogados de Louisa Hanoune revelam o que ela disse ao juiz...*” do tribunal militar de Blida.

Logo no dia 9 de Maio de 2019, o CORQI e as suas organizações tomaram posição contra a detenção de Louisa Hanoune e reiteraram essa posição quando o tribunal militar de Blida a condenou a 15 anos de prisão. Uma posição de princípio de solidariedade incondicional contra a repressão, que não equivale, evidentemente, a acordo político com Louisa Hanoune e o seu partido.

Que Louisa Hanoune e o seu partido façam a política por que optaram é evidentemente seu absoluto direito. O CORQI tem plena confiança na capacidade dos trabalhadores argelinos para identificarem e escolherem entre os partidos que hão-de representar os seus interesses e os que não os representam. Mas quando um grupo internacional que se reclama da IVª Internacional e do trotskismo faz sua uma política como aquela, é preciso separar águas. Não pedimos a nenhum trabalhador, a nenhum militante que acredite em nós da boca para fora; por isso, publicamos em anexo o documento na íntegra, tal como foi publicado nas *Informations ouvrières*.

A leitura do documento sugere duas observações.

A primeira observação é que, no seu conjunto, as trocas de palavras entre Louisa Hanoune – nos termos em que os seus advogados as reproduziram – e o tribunal militar de Blida (que, tendo-a detido e encarcerado em 9 de Maio de 2019, a condenou a 15 anos de prisão em 25 de Setembro) confirma:

— que foi exclusivamente por causa das suas opiniões e da sua actividade política como dirigente do PT que Louisa Hanoune foi presa e condenada;

— que não se fez nem sombra de prova de qualquer alegada “conspiração” contra quem quer que fosse;

— que é, pois, indiscutível que Louisa Hanoune é reprimida e presa por causa das suas posições políticas.

Pela nossa parte, aderindo ao princípio – que deve ser o princípio de todo o movimento operário – de solidariedade incondicional com todos os militantes de todas as tendências do movimento operário e democrático vítimas da repressão, reafirmamos, com os nossos camaradas do Comité de Organização dos Socialistas Internacionalistas da Argélia (COSI):

“*No ponto de vista da democracia, a responsável do PT só tem contas a dar ao seu partido e não à hierarquia militar; outra coisa equivaleria a criminalizar a actividade política. Sem por isso dar qualquer apoio político à secretária-geral do PT e ao seu partido, o Comité de Organização dos Socialistas Internacionalistas (COSI) tem exigido a sua libertação incondicional desde que ela foi presa. Reitera agora a sua posição de princípio. Continuará a intervir, com outros, unitariamente, para esse fim.*”

A segunda observação é que, para qualquer trabalhador, para qualquer militante operário em qualquer parte do mundo e, por maioria de razão, para qualquer militante que se reclame da IVª Internacional, do seu programa adoptado em 1938 e da sua reproclamação em 1993 com o camarada Pierre Lambert, é forçoso discutir e elucidar os factos tal como estão reproduzidos na declaração publicada pelas *Informations ouvrières* de 10 de Outubro de 2019.

Este documento reivindicado pela direcção da CCI foca “*o encontro de 27 de Março na vila Dar-El-Afia*”, um encontro entre a secretária-geral do PT, o irmão e conselheiro especial do ex-presidente, Saïd Bouteflika, e o general Toufik, ex-responsável dos serviços de informações (DRS). O documento indica que Louisa Hanoune terá “*aceitado o convite*” do conselheiro do presidente: ter-se-á, conseqüentemente, reunido com os principais dirigentes do regime no dia 27 de Março.

27 de Março foi mais de seis semanas depois de terem irrompido, em todo o território argelino, em 22 de Fevereiro, manifestações populares de massas, em que milhões de argelinas e argelinos começaram por exigir “*Não ao quinto mandato*” (de Bouteflika) e, a partir de 1 de Março, acrescentaram a essa palavra de ordem a de: “*Fora o sistema!*”. No dia 27 de Março, no mesmo dia em que ocorria o encontro entre Saïd Bouteflika, o general Toufik e Louisa Hanoune, um militante do Comité de Organização dos Socialistas Internacionalistas da Argélia (COSI) explicava, em entrevista publicada, em França, por *La Tribune des travailleurs* (nº 182, 27 de Março de 2019): “*O povo respondeu* (às “*conversas de bastidores*” para salvar o regime – NdR), *manifestando-se, no dia 22 de Março, pela quinta vez em um mês, com cartazes que proclamavam “A palavra é do povo” e “É o povo que há-de gerir a transição”. A determinação era tão forte, que outros cartazes proclamavam que isso era “não negociável”.*”

A 27 de Março, indica, então, o documento reivin- >>>

ANÁLISE

>>> dicado pelas *Informations ouvrières*, “o encontro deu-se pelas 15h30. Não foi secreto.”

Não foi secreto? Se não foi, então é que foi tornado público. Se o foi, diga-se onde e quando. Onde se publicou informação sobre o encontro? Em que comunicado do PT? Em que declaração pública, em que meio de comunicação? Em que artigo das *Informations ouvrières*?

Qualquer trabalhador e qualquer militante honesto podem-se certificar: a verdade é que a reunião nunca foi tornada pública, nem antes de se fazer, nem depois. Nem publicamente, nem internamente, nem dentro do próprio Partido dos Trabalhadores, e menos ainda nas *Informations ouvrières*. Facto assente: a primeira vez que o encontro veio a público foi depois da prisão de Louisa Hanoune (9 de Maio), quando um dos seus advogados, Rachid Khane, falou publicamente dele, no dia 16 de Maio.

Uma coisa é as *Informations ouvrières* acharem politicamente justificado a dirigente de um partido que se reclama dos trabalhadores encontrar-se com os principais dignitários de um regime rejeitado por milhões de argelinas e argelinos.

Outra, contudo, é que os partidários da emancipação operária – e, por maioria de razão, os partidários da IV^a Internacional e do seu programa – sempre foram os mais ferozes adversários de toda e qualquer “diplomacia secreta” que pretenda encontrar “soluções” nas costas dos trabalhadores e dos povos oprimidos.

O documento publicado pelas *Informations ouvrières* atribui a Louisa Hanoune a seguinte declaração perante os seus juízes: “A única coisa que eu própria referi no encontro foi política de natureza civil: a demissão do presidente em primeiro lugar, a dissolução das duas câmaras parlamentares, a saída de cena do governo e a devolução da palavra ao povo (...). A minha única proposta foi que o presidente se demitisse e sobre a natureza das decisões políticas a tomar, a saber, a demissão do governo e a dissolução das duas câmaras, antes de dar a palavra ao povo através de uma Assembleia Constituinte.”

Quem há-de, porém, acreditar que a direcção da CCI e a redacção das *Informations ouvrières* ignorem o que vale reivindicar uma Assembleia Constituinte... no quadro de uma discussão secreta com os principais representantes do antigo regime?

Ao publicar este documento, as *Informations ouvrières* estão a fazer sua a reportada declaração da secretária-geral do PT de que: “Fiz tudo para encontrar uma saída para a crise. Encontrei-me com o conselheiro do presidente em exercício. Se ele não tem legitimidade, como se escreve no acto de acusação, então todas as nomeações desde 1999 são ilegítimas..”

“Legítima”? “Ilegítima”? Tudo depende do ponto de vista de que se parta. No ponto de vista das instituições e do regime, o presidente, tanto como o seu “conselheiro”, eram evidentemente “legítimos” no dia 27 de Março. Já no ponto de vista dos trabalhadores, das massas populares, dos quais as *Informations ouvrières* se reivindicam? Não se pronunciaram as massas, aos milhões, pela rejeição deste presidente, do seu “conselheiro” e de todo o regime de ambos como “ilegítimos”?

Acha a redacção das *Informations ouvrières* que é papel de um partido que se reclama dos tra-

balhadores ir “discutir” a “saída da crise” com os representantes deste regime que as massas rejeitam como “ilegítimo”? Está-se imaginando o responsável de um partido que se reclamasse dos trabalhadores, no início de Janeiro de 2011, na Tunísia, a ir ter com o clã de Ben Ali, para “encontrar uma saída política”? Está-se imaginando Lenine, de regresso à Rússia, a ir discutir com os dignitários do regime qual havia de ser a “personalidade” que pudesse substituir Nicolau II?

Exagero nosso? Segundo o documento reivindicado pelas *Informations ouvrières*, Louisa Hanoune relata que (Said Bouteflika e Toufik) “me informaram que haviam proposto Liamine Zéroual para dirigir o período de transição. Eu opus-me, dizendo que Liamine Zéroual era o presidente da República e não aceitaria ser primeiro-ministro. Eu estava contra, porque prefiro e milito por que o posto seja confiado a um civil e não a um militar, como, aliás, o povo reivindica.”

Mais uma vez: 27 de Março, foi seis semanas depois do surto popular de milhões de argelinos aos gritos de “Fora o sistema!”. Seis semanas de mobilização massiva para o povo recuperar, enfim, a sua soberania, o seu direito a decidir.

Ao arrepio deste facto, as *Informations ouvrières* reivindicam uma política que consiste em debater, com os principais dignitários do regime, qual há-de ser a “personalidade” mais idónea para ocupar o posto de presidente da República... no âmbito das instituições existentes, que ainda se mantinham.

Esta política é assim justificada pela secretária-geral do PT, segundo os seus advogados: “Cada partido político tem a sua estratégia política. Há partidos que se contentam com denúncias e declarações, mas o Partido dos Trabalhadores pensa que participar na acção política é ir ter com as instituições do Estado e encontrar soluções.”

Claro que Louisa Hanoune e os seus adeptos têm o absoluto direito de defender e reivindicar tal política. E nada, repita-se ainda, do que Louisa Hanoune fez justifica a repressão de que é vítima.

Agora, é preciso separar águas quando uma corrente que pretende ter uma relação com a IV^a Internacional e o trotskismo reivindica esta política. Há já quem venha explorar estes factos para tentar manchar o “trotskismo”, a IV^a Internacional em geral, e o camarada Lambert em particular. São forças que procuram demonstrar que, afinal de contas, o trotskismo não é melhor do que todos os velhos partidos falidos do movimento operário: por um lado, belos discursos e, na realidade, a preservação do velho sistema de exploração e opressão. Tal campanha tem um só objectivo: desarmar os trabalhadores, militantes e jovens da Argélia e no mundo inteiro, que precisam de um partido revolucionário, precisam da IV^a Internacional e do seu programa para ajudar o seu movimento a ir até ao fim.

A verdade e a honestidade obrigam-nos a dizer que a política que esteve na origem do encontro de 27 de Março não tem rigorosamente nada que ver nem com a IV^a Internacional e a sua bandeira sem mácula, nem com o que deve ser a política de um autêntico partido dos trabalhadores, nem com a democracia.

Secretariado do CORQI, 23 de Outubro de 2019

(1) Quando publicou este documento no dia 2 de Outubro na sua conta Facebook na do PT, o responsável do PT Ramdane Youssef Tazibt foi interpelado por um militante: “Querem dizer que ela participou na reunião sem o aval do executivo do partido?” Resposta: “Ela é a secretária-geral, o controlo faz-se a posteriori. Ela actuou em conformidade com os estatutos do partido.”

(2) Embora esta reunião secreta represente um novo patamar, não é menos certo que ela se inscreve na continuidade da política do PT reivindicada pela direcção da CCI e pelas *Informations ouvrières*, nomeadamente a partir de 21 de Fevereiro de 2019 (leia-se neste particular, no número 14 da revista do CORQI, *A Internacional*, o artigo intitulado “A política da direcção do Partido dos Trabalhadores no processo”). Ver também mais adiante.

ARGÉLIA

INFORMATIONS OUVRIÈRES Nº 574, SEMANA DE 10 A 16 DE OUTUBRO DE 2019

Os advogados de Louisa Hanoune revelam o que ela disse ao juiz...

Condenada pelo tribunal militar de Blida a quinze anos de reclusão penal, ao mesmo título dos dois antigos chefes dos serviços secretos, Mohamed Mediene e Bachir Tartag, bem como de Said Bouteflika, irmão e conselheiro do presidente demitido, Louisa Hanoune, secretária-geral do Partido dos Trabalhadores, é, para os seus advogados, um "preso político". Depois de darem conta de numerosos "vícios processuais" ocorridos durante a instrução judiciária e o processo, eles desvendam agora o pormenor dos debates entre Louisa Hanoune e o presidente do tribunal militar durante a audiência de 24 de Setembro último.

Para o colectivo dos seus advogados, a audição de Louisa Hanoune pelo tribunal militar de Blida na semana passada, no âmbito do processo, que durou menos de quarenta e oito horas, "não deixou qualquer dúvida" quanto à "inexistência" da "conspiração contra a autoridade do Estado e do exército" que lhe custou uma condenação a quinze anos de reclusão penal. O colectivo revela o pormenor das duas horas de perguntas e respostas da tarde de 24 de Setembro último.

Interrogada a respeito do encontro de 27 de Março na vivenda Dar-El Afia, Louisa Hanoune declara ter "aceitado o convite" do conselheiro do presidente "por ele me ter afirmado" que o irmão "tomara a decisão de se demitir". Refere em seguida que "no dia 22 de Fevereiro, falei com a irmã do presidente e pedi-lhe que dissesse ao irmão que se demitisse antes que fosse tarde demais, evitando pior para o país. Mandei um SMS ao seu irmão e conselheiro, do mesmo conteúdo, para acelerar a saída do presidente, mas não pedi nenhum encontro, que para mim seria uma formalidade.

Aconteceu no passado eu solicitar por várias vezes encontros ao conselheiro do presidente. Não vejo qual é o problema de ver um responsável político ou um conselheiro do presidente da República." O juiz traz a arguida de regresso à data de 27 de Março, respondendo ela que fora Said Bouteflika a "contactá-la, a convidar o general Toufik e a organizar as coisas. O encontro deu-se às 15.30h. Não foi secreto. Deu-se numa residência oficial."

O juiz interroga-a quanto à acusação de conspiração contra a autoridade do exército. "Não tenho nenhuma relação com a instituição militar. Sou responsável política. Nunca, na minha presença, esteve em causa atentar contra a estabilidade do exército. A única coisa que eu própria referi no encontro foi política de natureza civil: a demissão do presidente em primeiro lugar, a dissolução das duas câmaras parlamentares, a saída de cena do governo e a devolução da palavra ao povo", explica Louisa Hanoune.

Quanto aos outros arguidos presentes no encontro (Said Bouteflika e Mohamed Mediene), "eles informaram-me que haviam proposto Liamine Zéroual para dirigir o período de transição. Eu opus-me, dizendo que Liamine Zéroual era o presidente da República e não aceitaria ser primeiro-ministro. Eu estava contra, porque prefiro e milito por que o posto seja confiado a um civil e não a um militar, como, aliás, o povo reivindica."

Pergunta o presidente: "Porque aceitou ir ter com este regime rejeitado pela população?" Resposta de Louisa Hanoune: "O regime ainda não se foi embora. O problema não são as pessoas, é a natureza das instituições do Estado e das relações entre elas. É a natureza do sistema, das leis e práticas. A primeira reivindicação da revolução é correr com os 4B, mas até agora só dois é que se foram embora.

A cada sexta-feira, o povo reclama que os outros dois se vão embora." O presidente: "Por que razão foi o PT o único que participou em encontros, e os outros não?" Louisa Hanoune: "Cada partido político tem a sua estratégia política. Há partidos que se contentam com denúncias e declarações, mas o Partido dos Trabalhadores pensa que participar na acção política é ir ter com as instituições do Estado e encontrar soluções. Se os partidos deixaram de ter o direito de mudar o regime, então é que o multipartidarismo já não existe, mesmo formalmente. Eu milito desde os anos setenta pelo fim do regime de partido único e pela restituição da palavra ao povo. O tribunal militar meteu-me na prisão por acusações mais graves do que as de hoje. Passei seis meses na prisão até que o presidente Chadli Benjedid pronunciou uma amnistia em meu favor.

Já me aconteceu, enquanto chefe de um partido político, encontrar-me com antigos presidentes, ministros, responsáveis de segurança, etc. Manifestei as minhas opiniões e propus soluções, tanto mais que o meu partido não se dirige a interesses estrangeiros. Ao aceitar o convite de Said Bouteflika, o meu objectivo era acelerar a demissão do presidente e a aceitação das reivindicações populares. Quis contribuir para uma saída positiva, para evitar ao meu país a situação actual. Esse esforço que fiz é punido pela lei? Eu nunca fiz parte de um poder ou governo. A minha militância e a do meu partido são conhecidas. As minhas posições e o meu combate sempre foram para defender a soberania da nação e reforçá-la. Tenho-me sempre oposto a intervenções de interesses estrangeiros."

Quanto à acusação de "atentado à autoridade do Estado com a finalidade de mudar o regime", punida pelo artigo 77º do Código Penal, Louisa Hanoune explicou que tal questão "nunca foi discutida" durante o encontro que manteve com Said Bouteflika.

"Não estávamos numa conferência académica ou política para falar do melhor regime, presidencial, parlamentar, etc.", disse, referindo que a mudança de regime "é um direito de todos os povos e está consagrada no artigo 7º da Constituição da Argélia, reivindicando-a o povo desde o dia 22 de Fevereiro. Em todos os seus discursos, Abdelkader Bensalah declara que os argelinos têm o direito de mudar de regime e de definir a natureza do regime.

O povo quer acabar com o regime presidencial, em que o presidente se apropria de todas as missões. Terá algum sentido da minha parte pensar numa operação não pacífica para mudar o regime, quando milito pela soberania do povo? Terá algum sentido da minha parte lançar um apelo ao povo para que pegue em armas contra o seu país? Para mim, o 22 de Fevereiro foi o mais belo dia da minha vida e a consagração de quarenta e três anos de militância pela restituição da palavra ao povo. No encontro, não falámos da natureza do regime.

A minha única proposta foi que o presidente se demitisse e sobre a natureza das decisões políticas a tomar, a saber, a demissão do governo e a dissolução das duas câmaras, antes de dar a palavra ao povo através de uma Assembleia Constituinte. Se bem que o artigo 77º preveja o recurso à violência e às armas para destituir Abdelaziz Bouteflika, isso não tem lógica, pois ele decidiu demitir-se."

Quanto à inculpação ligada ao artigo 284º do Código Militar, a saber, o "atentado à autoridade do exército", Louisa Hanoune recordou a palavra de ordem Djeich, chaab, khawa khawa (Povo, exército, irmãos) utilizada nas marchas populares das sextas-feiras, dizendo: "O ANP protege o país e as suas fronteiras contra qualquer agressão, venha ela de onde vier, não sendo mais do que a continuação do Exército de Libertação Nacional.

Isso, para mim, traz à colação o que o distingue do exército egípcio, que é financiado pelo ministério das finanças dos EUA e foi obrigado a assinar o acordo de Camp David. O exército argelino é financiado pelo ministério das finanças argelino através dos impostos e das receitas petrolíferas, o que lhe garante a sua soberania nacional.

A única situação em que seria meu dever apelar aos meus militantes e aos argelinos para pegarem em armas seria em caso de ataque de um país estrangeiro ao meu país." Louisa Hanoune explica que o regime que combate "esteve na origem do nascimento da oligarquia, a harge, da insegurança e de todos os flagelos sociais e criou o arrivismo. Ele representa uma ameaça à segurança da nação."

Relembrou de seguida as posições que tomou sobre os acontecimentos da Cabília, sobre o referendo sobre o tamazight ou, ainda, sobre a crise de Ghardaia, explicando depois: "A minha participação no encontro com Said Bouteflika tinha um único objectivo: poupar o país a derapagens depois da infiltração dos baitagias (delinquentes) nas marchas. Na Síria, as manifestações começaram pacificamente antes de começar a intervenção estrangeira. A mesma coisa na Líbia, e eu recuso que nós tenhamos que passar pelo mesmo cenário.

Foi por isso que fiz tudo para encontrar uma saída para a crise. Encontrei-me com o conselheiro do presidente em exercício. Se ele não tem legitimidade, como se escreve no acto de acusação, então todas as nomeações desde 1999 são ilegítimas. A minha única preocupação era ajudar o meu país a sair indemne da crise. É um crime? Se a vossa resposta for sim, então este processo é político."

Louisa Hanoune revela ter-se encontrado várias vezes com o presidente da República, com quem ventitou dossiês económicos, questões de liberdade e de direitos. "Durante todo o ano de 2018, insisti em que ele confirmasse que não havia intenção de haver quinto mandato, e a resposta a esta pergunta foi sempre categórica.

Porém, quando a posição mudou e começaram a aparecer sinais da sua candidatura, cortei todas as relações. Quando a candidatura foi anunciada, pedi, inclusivamente, ao presidente do Conselho Constitucional que aplicasse a lei e declarasse o impedimento. As marchas de 22 de Fevereiro resolveram a questão."

Quando o presidente do tribunal pediu a Louise Hanoune que fizesse a sua declaração final, ela começou por denunciar as palavras do representante da procuradoria, "atentatórias" da sua pessoa e da sua reputação "enquanto mulher", realçando não terem as acusações qualquer fundamento demonstrável.

"O meu lugar é na rua, com a revolução. Estou inocente. Não há nenhuma prova material da existência de seja que conspiração contra a instituição militar." ■



Ler Hoje *Defesa do Marxismo* Porquê?



AS ÉDITIONS DU TRAVAIL estão publicando em francês um livro de Leão Trotsky que se havia tornado praticamente impossível de encontrar, sendo, mesmo, inexistente em algumas línguas.

Que interesse há-de haver em publicar hoje uma recolha de artigos e de cartas de uma polémica sobre a natureza da União Soviética entabulada em 1939 por um dos dirigentes da revolução russa com militantes americanos do Socialist Workers Party (SWP)?

Mais: que interesse podia haver, para os próprios trotskistas dos Estados Unidos, em mandar fazer essa edição em inglês, em 1942, em plena guerra mundial, dois anos após o assassinato do seu autor por um agente de Estaline?

O SWP fora criado recentemente, em 1938. Duplicara de efectivos em poucos meses, mas estas cartas provocaram uma crise nas fileiras da organização americana. Desde 1941, ela fora, ainda, a primeira vítima do *Smith Act*, lei que proibia a publicação de obras ou artigos revolucionários. Dezenas de responsáveis da organização foram inculcados, e dezoito deles foram declarados culpados e condenados a penas de prisão de doze a dezasseis meses. Em que sarilhos se iria, então, meter a organização, ao publicar uma brochura conflituosa?

Ainda por cima, sabendo que ela redundara recentemente em rupturas na organização. Esta recolha de críticas, que tinha por alvo as teorias dos militantes James Burnham e Max Schachtman sobre a natureza da URSS, a natureza da burocracia e a atitude dos revolucionários a seu respeito no contexto da eclosão da Segunda Guerra Mundial, originara efectivamente a demissão de um deles e uma cisão organizada pelo outro.

De que servia insistir, quando a IVª Internacional fora apenas fundada em Setembro de 1938? Não tinha mais nada que fazer, em plena carnificina imperialista?

Oitenta anos mais tarde, uma pequena casa editora decide exumar estes velhos textos, devolvendo à vida um livro que estava em vias de desaparecer.

O que há-de lá encontrar de útil o trabalhador de hoje ou o jovem militante que nem sequer nascera quando, em 1992, o Estado de que lá se trata desabou?

Em primeiro lugar, a defesa da dialéctica

A obra intitula-se "*Defesa do Marxismo*", entendido este como método de análise e de acção revolucionárias, que parte dos acontecimentos e factos tal como são, se desenvolvem e se transformam, a fim de deduzir uma orientação política ao serviço da classe operária e da sua luta de classe.

Os trotskistas — os marxistas dos nossos dias, portanto — consideram, com Marx e Engels, que “o comunismo (não é) nem um estado a criar nem um ideal que sirva para resolver a realidade”, conforme os dois redactores do *Manifesto do Partido Comunista* formularam em *A Ideologia Alemã*, em 1845: “Chamamos comunismo ao movimento real que suprime o actual estado de coisas.” Os marxistas não são fiéis a uma atitude ou a normas, são-no a um método científico.

Trotsky salda contas com os “revolucionários” que desdenham o estudo das questões teóricas e consideram sem importância a aprendizagem do método marxista ou nela vêem um mero debate filosófico, ao qual tais radicais contrapõem a acção e só a acção.

“A experiência histórica mostra que a maior revolução da história não foi dirigida pelo partido que começou pelas bombas, mas pelo que começou pelo materialismo dialéctico.”

Porquê tanta insistência?

“O pensamento dialéctico está para o pensamento vulgar como o cinema para a fotografia. O cinema não rejeita a fotografia, antes combina uma série de fotografias segundo as leis do movimento.”

Num parágrafo magistral chamado “O ABC da dialéctica materialista”, Trotsky elabora:

“Na lógica aristotélica, o ponto de partida do silogismo simples é $A=A$. Esta verdade é aceite como axioma para muitas acções práticas humanas e para generalizações elementares. Na realidade, A não é igual a A . É fácil demonstrá-lo, que mais não seja mirando estas duas letras à lupa: diferem sensivelmente uma da outra. Está bem, dirão, mas o caso não é a forma ou o tamanho das letras, elas são simplesmente o símbolo de duas grandezas iguais, por exemplo uma libra de açúcar. A objecção de nada vale: na realidade, uma libra de açúcar nunca é igual a uma libra de açúcar: balanços com maior precisão desvendarão sempre uma diferença. Objectarão: está bem, mas, pelo menos, uma libra de açúcar é igual a si mesma. Errado. Todos os corpos mudam constantemente de dimensão, de peso, de cor, etc., nunca são iguais a si mesmos. O sofista replicará que, então, uma libra de açúcar é igual a si mesma “num dado instante”. Sem sequer entrar no duvidosíssimo valor prático de tal “axioma”, ele tão-pouco resiste à crítica teórica. Como se há-de, com efeito, compreender a palavra “instante”? Se é uma fracção infinitesimal do tempo, a libra de açúcar sofrerá inevitavelmente mudança durante o “instante”. Ou será o instante uma pura abstracção matemática, representando, por conseguinte, um tempo nulo? Só que tudo o que vive existe no tempo; a existência não é senão um processo de evolução ininterrupta; o tempo é, portanto, o elemento fundamental da existência. O axioma $A=A$ significa que um corpo é igual a si mesmo quando não muda: quando, por conseguinte, não existe (...). O axioma $A=A$ é, por um lado, a fonte de todo o nosso saber, por outro lado, a fonte de todos os nossos erros.”

Pode-se assimilar a URSS à sua burocracia?

O interesse desta chamada é o de permitir compreender os interesses do proletariado mundial para agir com eficácia. Convém recordar que estas cartas são escritas em plena marcha para a guerra imperialista. Começam por uma polémica sobre a atitude

que os partidários da IVª Internacional devem tomar em relação à URSS, por um lado, e à burocracia que a dirige, por outro.

Há militantes que se interrogam: devemos defender a URSS dirigida por Estaline e pela sua burocracia sanguinária, que manda massacrar os melhores revolucionários do mundo inteiro, a começar pelos militantes da IVª Internacional? Não representará o aparelho do Kremlin uma nova classe exploradora? Não gerará ele um novo “sistema” económico?

Amparando-se nos trabalhos de *A Revolução Traída*, publicada em 1936, uma das suas obras fundamentais, Trotsky reata o debate com os militantes para saber se as “mudanças quantitativas” que transformaram a União Soviética desde a grande revolução de Outubro de 1917 “passaram a mudanças qualitativas e, portanto, se a URSS continua a ser um Estado operário, embora degenerado, ou se transformou num novo tipo de Estado explorador”.

A natureza de classe de um Estado define-se “não pelas suas formas políticas, mas pelo seu conteúdo social, pelo carácter, portanto, das formas de propriedade e das relações de produção que o Estado em questão protege e defende”.

Sendo o seu carácter de classe determinado pela sua relação com as formas de propriedade dos meios de produção, “a concentração do poder nas mãos da burocracia e a travagem imposta ao desenvolvimento das forças produtivas não mudam por si só a natureza de classe da sociedade e do seu Estado. Só a intervenção da violência revolucionária ou contra-revolucionária no domínio da propriedade pode modificar essa natureza.”

Trotsky afirma que “a degenerescência do Estado soviético é fruto do atraso da revolução mundial”, que gerou no seio daquele uma camada burocrática parasitária. Estes burocratas não representam uma nova classe social ou exploradores de novo tipo. Trotsky recusa, aliás, à burocracia estalinista “a qualificação de classe no sentido que o marxismo dá ao termo, isto é, o da sua relação com a propriedade dos meios de produção.”

Em consequência, a palavra de ordem dos marxistas há-de ser de defesa da URSS e das suas fundações sociais, sempre que estejam ameaçadas pelo imperialismo.

“O proletariado defende a URSS contra o imperialismo, apesar de Estaline”

Em *A Revolução Traída*, Trotsky teorizou e demonstrou, em larga medida, a necessidade de derubar a burocracia como condição indispensável para preservar a propriedade do Estado. Volta a explicar a necessidade de uma “revolução política”, distinta da revolução social expropriadora do capital, pois se trata de “derrubar uma oligarquia parasitária e manter a propriedade nacionalizada (estatal)”.

No entanto, nas suas cartas, apela infatigavelmente à defesa “incondicional” da URSS:

“Estaline serve a burocracia e, por essa mesma via, a burguesia mundial, mas não pode servir a burocracia se não preservar o fundamento social que a burocracia explora no seu próprio interesse. Nessa medida, Estaline defende a propriedade nacionalizada contra o imperialismo e contra as camadas demasiado impacientes e demasiado ávidas da burocracia >>>

● EDIÇÃO

>>> *cia. Todavia, faz essa defesa com métodos que preparam o desabamento geral da sociedade soviética. E é por isso que é preciso derrubar a clique estalinista. Tem, porém, de ser o proletariado revolucionário a derrubá-la. Não pode confiar a tarefa aos imperialistas. O proletariado defende a URSS contra o imperialismo, apesar de Estaline.”*

O debate virá a ser determinante para a jovem Internacional. No dia 23 de Agosto de 1939, a Alemanha nazi e a União Soviética assinam um pacto de não agressão e de partilha do Leste da Europa. É essa a razão por que Trotsky martela a sua ideia:

“O proletariado tem razões suficientes para derrubar e correr com a burocracia estalinista, corrupta até à moela. Mas é precisamente por isso que não pode, nem directa nem indirectamente, deixar isso ao cuidado de Hitler ou do Mikado. Estaline derrubado pelos trabalhadores: um grande passo em frente para o socialismo; Estaline eliminado pelos imperialistas: é o triunfo da contra-revolução. Tal é o sentido exacto da nossa defesa da URSS à escala mundial.”

Poucos dias volvidos sobre o pacto germano-soviético, num texto intitulado “A URSS em guerra”, escrito do seu exílio em Coyoacán, no México, Trotsky enxerga o que se prepara. Estamos em Setembro de 1939. Sob o olhar de Estaline, von Ribbentrop, pelo regime nazi, e Molotov, representante da URSS, acabam de apertar as mãos e prometer que não se atacam mutuamente. Com grande clarividência política, Trotsky escreve, não obstante: “De momento, Hitler é aliado e amigo de Estaline. Porém, se, com a ajuda de Estaline, conseguir a vitória na frente ocidental, virará de imediato as suas armas contra a URSS.”

Aquele que será assassinado poucos meses mais tarde, no dia 21 de Agosto de 1940, por um homem de mão de Estaline, alerta os militantes revolucionários de uma organização, que intervêm nas piores condições e são perseguidos por todos os regimes estalinistas, nazis e democráticos que um mundo em guerra conta. Ele adivinha que a questão irá ser determinante para uma organização ainda frágil.

E, com efeito, em 21 de Julho de 1940, Hitler manda o seu estado-maior preparar um plano de invasão da União Soviética. No dia 22 de Junho de 1941, o regime nazi largará a operação Barbarossa. Quatro milhões de soldados penetram na União Soviética, na maior invasão da história militar.

Problemas de ontem?

Neste livro, cujo tema pode parecer longínquo, os trabalhadores e os jovens de hoje encontrarão não somente uma ilustração do método científico do marxismo, conforme Marx e Engels o foram aplicando ao longo das suas obras, desde o 18 Brumário de Luís Bonaparte ao Capital, passando pela Dialéctica da Natureza.

Quando os trabalhadores, do Chile ao Líbano, da Argélia a Hong Kong, do Iraque à Catalunha, os jovens e os povos do mundo inteiro se levantam e se organizam para defender a civilização face à barbárie imperialista, Defesa do Marxismo poderá servir-lhes de auxiliar para compreenderem e agirem.

“Os revolucionários são obrigados a defender toda e cada uma das conquistas da classe operária, por muito que estejam deformadas pela pressão das forças inimigas. Quem não souber defender as conquistas antigas, nunca conseguirá novas.”

Estas frases não ganharam uma ruga. E permitem fazer calar a algarviada dos que apelam a passar além dos partidos operários, dos sindicatos operários — e até do canto d’A Internacional — para tentar acabar com a independência política da classe operária mundial.

Defesa do Marxismo responde a esses radicais de domingo, que confundem ostensivamente a natureza das organizações operárias, fundadas pelos trabalhadores para a sua luta de classe, com a respectiva direcção burocrática, utilizando tal confusão para “se desfazerem” das duas coisas.

“Os sindicatos em França, na Grã-Bretanha, nos Estados Unidos e nos outros países apoiam a fundo a política contra-revolucionária das suas burguesias. Isso não nos impede de chamar sindicatos a esses sindicatos, de apoiar cada passo progressista que eles possam dar e de os defender contra a burguesia. Porque não se haverá de aplicar o mesmo método a um Estado operário contra-revolucionário?”

Estas palavras figuravam numa das cartas publicadas, datada de 18 de Outubro de 1939. Oitenta anos mais tarde, têm eco nas tarefas dos nossos dias. A defesa do marxismo e do trotskismo tem toda a actualidade, para preparar o futuro. ●

Gregory Fernandes

A Internacional

Revista do CORQI (Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional)
Assina!

Assino A Internacional - 6 números: 24 euros

Apelido, nome:

Endereço:

Endereço electrónico:.....

Cheques à ordem de ‘Réveil ouvrier’ - 67, avenue Faidherbe, 93100 Montreuil, França

Tribuna livre

A propósito da cisão da Frente Popular na Tunísia

A *Internacional*, revista do CORQI, abre regularmente as suas colunas a militantes, grupos e organizações não filiados no CORQI ou que nem sequer se reclamam da IVª Internacional, enquadrando-se noutras tradições políticas do movimento operário. Neste âmbito, um leitor da Tunísia transmitiu-nos este artigo, que exprime o ponto de vista de uma das partes em presença na cisão que recentemente se deu na Frente Popular da Tunísia. Não estando envolvido nesta cisão, o CORQI não tem posição na matéria, e é óbvio que, se representantes da outra parte pretenderem exprimir-se por sua vez, lhes daremos a palavra, na mesma medida e nas mesmas condições.

A redacção

A Frente Popular da Tunísia: Comentários sobre a Cisão

Zied Ben Abdeljelil

Militante da Frente Popular/Partido dos Trabalhadores

A Frente Popular de 2011 a 2014:

EM 17 DE DEZEMBRO DE 2010, a fagulha da revolução tunisina abrasou a província. No dia 14 de Janeiro de 2011, era a greve geral na capital. A unidade forjada num mês de protestos e greves permitiu aos militantes dos sindicatos e partidos progressistas enquadrarem milhares de manifestantes que sitiaram o ministério do interior, clamando a palavra de ordem “*Trabalho, Liberdade, Dignidade Nacional!*” e exigindo que Ben Ali se fosse embora. O ditador fugiu nesse mesmo dia. Os militantes revolucionários, unidos, contribuíram para intensificar a crise revolucionária. Em 27 de Fevereiro de 2011, o regime cedeu aos protestos massivos que reivindicavam um governo de transição e a eleição de uma assembleia nacional constituinte soberana: estas palavras de ordem vinham do programa dos marxistas-leninistas tunisinos⁽¹⁾.

Desde essa altura, os partidos marxistas e pan-árabes tentaram consolidar esta unidade de acção num quadro organizado. As duas primeiras tentativas falharam: a *Frente do 14 de Janeiro* e a *Frente Popular do 14 de Janeiro*.

No dia 23 de Outubro de 2011, o partido islamista *Ennahda* ganhou as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte (ANC), ganhando 89 assentos dos 219 da assembleia (40%). Fragmentados, os partidos marxistas e pan-árabes conheceram uma derrota eleitoral humilhante, que pôs a descoberto o seu fraco peso nas classes populares. Averbado o fracasso, uma conclusão se impôs: os revolucionários precisavam de se unir para agir.

A *Frente Popular pelo Cumprimento dos Objectivos da Revolução* (FP) é a terceira tentativa de unir as forças revolucionárias na Tunísia depois do 14 de Janeiro de 2011. Foi proclamada no dia 7 de Outubro de 2012. Era constituída por partidos marxistas (trotskista, maoista e leninista), partidos pan-árabes (nasserista e baasista), partidos sociais-democratas e independentes de esquerda. A FP adoptou um programa de luta com as classes populares (pequena burguesia, pequenos agricultores, operários) contra o integrismo e o imperialismo, pela república democrática e por uma economia dita *nacional*. A FP não excluiu nenhuma tática para travar esta luta — insurreições e eleições incluídas⁽²⁾.

Desde que foi criada, a FP apresentou-se como vanguarda da resistência contra as opções do governo islamista (Dezembro de 2011 - Janeiro de 2014). A FP forjou a sua unidade nesse combate, mas foi violentamente atacada: dois secretários-gerais foram assassinados pelo grupo terrorista Ansar Al Charia (Belaid, 06/02/2013, e Brahmi, 25/07/2013); dois militantes (Belmofti e Ajlani) foram mortos pela polícia, e várias vagas de prisões foram lançadas contra os militantes. A FP iniciou uma coligação com os partidos liberais para enfrentar o ascenso do integrismo e do terrorismo (*Frente de Salvação Nacional*: 26 de Julho de 2013 - Junho de 2014)⁽³⁾. Esta estratégia inspirava-se essencialmente nas experiências de frentes contra o fascismo na Europa antes da Segunda Guerra Mundial. A acção comum atingiu a maioria dos seus objectivos, afastando os islamistas do governo de transição (29 de Janeiro de 2014), impondo uma constituição progressista (27 de Janeiro de 2014) e fixando um ultimato para as eleições legislativas e presidenciais (Outubro de 2014). O novo governo de transição, dito *de tecnocratas*, manteve-se dominado pelos *compradores*.

Ciente da força da sua unidade e da sua luta contra o governo dos tecnocratas, a FP apresentou-se às eleições de 2014 com um programa progressista e social. >>>

(1) Partido Comunista Operário Tunisino (30 de Outubro de 1992). Comunicado: Por ocasião do 5º ano do golpe de Estado de 7 de Novembro: “*Que-bremos as cadeias!*”

(2) Frente Popular. “Os fundamentos políticos da frente popular” (7 de Outubro de 2012).

(3) Partidos e organizações da Frente de Salvação Nacional (26 de Julho de 2013) “*Proclamação da Frente de Salvação Nacional*”.

● TRIBUNA LIVRE

>>> Ganhou 15 assentos parlamentares, formando o primeiro bloco da oposição. O candidato da FP às eleições presidenciais teve 255.000 votos (8%) na primeira volta, ficando em terceiro lugar. O balanço eleitoral feito pela direcção e pelos militantes da FP foi motivante e positivo, ao confirmar o lugar da FP como vanguarda das forças revolucionárias na Tunísia.

Uma fachada de unidade que escondia as dissensões: 2015-2019

No seguimento dos maus resultados nas eleições municipais de Abril de 2018, os militantes e a direcção da FP tiraram um balanço geral mais negativo do que positivo do período 2014-2018. Embora o bloco parlamentar da FP tivesse feito oposição feroz à política neoliberal da coligação de direita, a Frente não tinha levado a cabo acções para promover o seu programa junto das classes populares, dos jovens e das mulheres. Esteve pouco presente nas mobilizações que se intensificavam. Os camaradas filiados nos diferentes partidos da FP não se coordenavam nos sindicatos e, pelo contrário, actuavam de maneira sectária. As estruturas regionais e locais deixaram de se reunir. A FP reduziu-se então a uma estrutura hipercentralizada de coordenação: o conselho central (CC). Esta hipercentralização não permitia travar um debate em que se expusessem e criticassem as posições dos partidos e se tomassem decisões por maioria. Por medo à cisão, tomar decisões dentro do CC era sempre uma prova tremenda, para assegurar o justo equilíbrio entre as variações, ou mesmo divergências, nas posições dos partidos.

Tais variações sentiam-se, com efeito, na FP desde a segunda volta das presidenciais de 2014. Um partido da FP, o PPDU⁽⁴⁾, considerando os islamistas mais ameaçadores do que os liberais, sugeriu lançar um apelo ao voto em favor do candidato liberal, Beji Caied Essebsi; depois, no início de 2015, propôs participar no governo dos liberais, na condição de ele excluir os islamistas. O PPDU e um partido pan-árabe opuseram-se a que a FP apoiasse greves e mobilizações que não fossem enquadradas pela UGTT, a pretexto de que eram dirigidas por populistas e/ou islamistas. As variâncias de opinião foram-se concretizando a pouco e pouco. Assim, um membro do Comité central do PPDU, Mongi Rahoui, participou nas conversações para a remodelação governamental iniciada pela direita em Agosto de 2016. Contestado internamente pelo CC da FP, o PPDU desmentiu ter conhecimento prévio do caso.

Face a todas estas divergências, a FP não alimentou uma verdadeira crítica interna. Pelo contrário, limavam-se sempre as arestas e chegava-se sempre a um consenso, por vezes em detrimento da identidade revolucionária da FP.

Cedo as divergências se foram acentuando, tendo a derrota nas eleições municipais de 2018 imposto à direcção da FP questões fundamentais a abordar imperativamente no quarto congresso:

— A FP é uma coligação de luta comum dotada de um programa político comum ou é uma coligação eleitoralista?

— O programa político da FP é um programa revolucionário de luta de classes ou é um programa progressista que permite compromissos com a franja liberal da burguesia contra a franja integrista?

— A FP deve construir uma organização de frente única eficaz ou transformar-se definitivamente em cartel de partidos?

A preparação do congresso fez-se durante os meses de Janeiro e Fevereiro de 2019 no CC. O debate revelou a profundidade dos desacordos entre duas franjas da FP. Uma tendência considerava que a FP devia cooperar com os liberais contra os islamistas para preservar o paradigma progressista da sociedade tunisina. Esta tendência achava que a FP devia participar no poder a fim de defender os interesses das classes populares. Outra tendência considerava que o antagonismo em jogo na Tunísia era o que opunha as classes populares a todas as franjas da burguesia, devendo a FP continuar a ser um instrumento de emancipação e de luta de classes. Contestava-se igualmente a organização da FP: a tendência revisionista queria criar uma organização de contornos fluidos, próxima de um movimento, enquanto o resto dos partidos da FP se mantinha fiel ao centralismo democrático. Era, deste modo, impossível chegar a consenso no CC.

A crise transbordou quando a tendência revisionista minoritária se serviu dos meios de comunicação para fazer pressão sobre o resto dos partidos da FP. Acusava-os de ditadura e burocracia e reduzia a clivagem à vontade da direcção de impor um candidato às eleições presidenciais de 2019. Encadearam-se em seguida reacções que eram testemunho de um ruidoso divórcio entre as duas tendências da FP. Opostas uma à outra nas eleições de Setembro-Outubro de 2019, a derrota eleitoral foi esmagadora para ambas as tendências.

Actualmente, os partidos que constituíam a FP discutem o balanço. Os primeiros comentários criticam a visão idealista que considerava a FP como condição necessária e suficiente para a manutenção do processo revolucionário. Critica-se igualmente o voluntarismo que alimentou o fantasma da unidade, apesar das divergências entre os partidos da FP. Ora, estes partidos representam os interesses das diferentes franjas das classes populares.

Pela nossa parte, entendemos que a organização de uma frente não serve para mascarar as divergências, serve para permitir o debate. Mesmo assim, se se optar por ser uma força revolucionária, é forçoso assumir esse carácter e, no debate, optar pela defesa da classe operária.

A Frente Popular da Tunísia será indubitavelmente uma experiência rica da luta de classes, que — tal como as lições da sua cisão — iluminará os revolucionários no mundo. ●

⁽⁴⁾ Partido dos Patriotas Democratas Unificado, partido maoísta.

A Internacional

publica-se em versão alemã, árabe, espanhola, francesa, húngara, inglesa, italiana e portuguesa



